

Álvaro Barroqueiro

**RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS
ENTRE AS POPULAÇÕES E A INDÚSTRIA
LOCAL ATRAVÉS DO DIÁLOGO:**

O ESTUDO DE CASO DO CONCELHO DE SINES

**Dissertação de
Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação**

(2012-2014)

Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro.

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Lisboa, de de

*“Se queres ter sucesso,
Encontra um projeto impossível,
Depois,
Convence-te a ti e a todos que é possível.”*
(autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

A todos os que participaram no inquérito o meu obrigado, sem eles este trabalho não tinha sido possível. À Sandra Caeiro, a minha orientadora. Ao Manuel Ribeiro (Cerena/IST/UL), e à Elisabete Silva (DA/CMS), pelo apoio e colaboração. À minha família por me aturarem todos os dias.

RESUMO

Problemas ambientais acontecem frequentemente nas áreas de fronteira entre aglomerados populacionais e instalações industriais, sendo o concelho de Sines um caso paradigmático, onde os conflitos entre a população e a indústria se verificam há já várias décadas. Para se perceberem as suas razões, foi realizado um estudo de caso no concelho de Sines. Embora os resultados obtidos não evidenciem uma clara situação de poluição ambiental, constata-se no entanto existir uma situação de conflito, que opõe a população à indústria local. Realizaram-se igualmente dois inquéritos por questionário, aplicados a atores-chave do Concelho, de modo a compreenderem-se as relações sociais e ambientais quer da população quer da indústria de Sines. Os resultados dos questionários foram posteriormente tratados com recurso à estatística descritiva e análise de conteúdo. Este trabalho demonstrou a importância do tema do ambiente para os Sineenses, e a disponibilidade da população e da indústria de Sines para a colaboração na proteção do ambiente. Este trabalho identificou ainda elementos fundamentais para o estabelecimento de plataformas de diálogo e que contribuem para uma melhor integração a nível ambiental entre as populações e a indústria, tendo em vista a promoção da cidadania e o desenvolvimento sustentável, dos quais se destaca a comunicação para a promoção da participação pública, a proximidade como fator na perceção do risco, e a construção da confiança através do envolvimento da população em processos de decisão ambiental. Como desenvolvimento futuro propõe-se a realização de um estudo projeto para a implementação de um programa de educação para a sustentabilidade, e do diálogo social entre a população e a indústria de Sines.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania ambiental, resolução de conflitos, participação pública, plataformas de diálogo, qualidade do ambiente.

ABSTRACT

Environmental problems often occur in border areas between local population and industrial facilities. Sines is a paradigmatic case where conflicts between the population and industries occur for some decades. In order to understand the reasons of this, a case study was performed to Sines's municipality. Although results could not evidence a clear situation of environmental pollution, a situation of conflict exists which turns the population against the local industry. In order to better understand the social and environmental relations from both sides, a questionnaire survey was applied to key-players within the population and local industry. The data was, subsequently treated by descriptive statistics and content analysis. The results show how crucial is the environment for this region and also, the availability of the population and the local industry to cooperate towards environmental protection. This work also identified the key elements for the establishment of dialogue platforms that contribute to a better integration of population and industry at an environmental level, in order to promote citizenship and sustainable development, namely the communication to promote public participation, proximity as a factor in risk perception, and trust building through the involvement of the population in the environmental decision process. For future development, the implementation of an education program regarding sustainability and social dialogue between Sines's population and industry is proposed.

KEYWORDS: *environmental citizenship, conflict resolution, public participation, dialogue platforms, environmental quality.*

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1. Enquadramento e justificação	1
1.2. Objetivos.....	2
2. Revisão da literatura	5
2.1. Enquadramento	5
2.2. Atitudes sociais face ao ambiente	5
2.2.1. O ambiente em Portugal	7
2.2.2. A educação ambiental em Portugal	11
2.3. Perceção do risco e cultura ambiental.....	14
2.3.1. Racionalidades leigas, participação pública e comunicação científica.....	16
2.3.2. O papel dos media na perceção do risco e na divulgação ambiental	19
2.4. O desempenho ambiental da indústria e a relação com a comunidade.....	21
3. Metodologia.....	25
3.1. Enquadramento metodológico	25
3.2. Modelo de análise.....	26
3.3. Recolha e tratamento de dados	27
3.3.1. Estudo de caso na região de Sines	27
3.3.2. Inquérito aos atores sociais da população de Sines.....	28
3.3.3. Inquérito às organizações industriais de Sines.....	31
3.4. Limitações e pressupostos dos métodos de trabalho	35

4. Estudo de caso - Concelho de Sines.....	37
4.1. A população Sineense e a qualidade do ambiente na região de Sines.....	37
4.2. A indústria de Sines.....	53
5. Resultados do inquérito - Atores sociais da região de Sines	61
5.1. A população de Sines	61
5.1.1. Atitudes ambientais.....	63
5.1.2. Perceção do risco	70
5.1.3. Princípios e valores	76
5.1.4. Predisposição para o diálogo com a indústria local	84
5.2. A indústria de Sines.....	90
5.2.1. Política empresarial.....	91
5.2.2. Modelos de comunicação externa	100
5.2.3. Consequências da implementação de processos de comunicação externa.....	101
6. Discussão dos resultados	103
6.1. O conflito ambiental em Sines	103
6.2. Disponibilidade da população de Sines para o estabelecimento de plataformas de diálogo com a indústria vizinha	106
6.3. Disponibilidade da indústria de Sines para o estabelecimento de plataformas de diálogo com a população local.....	112
7. Propostas de solução	115
7.1 Elementos para o estabelecimento de plataformas de diálogo entre as populações e a indústria vizinha.....	115
8. Conclusão	117

Referências bibliográfica	123
Glossário	135
Anexo I: Atores sociais representantes da população de Sines	139
Anexo II: Inquérito realizado à população de Sines.....	147
Anexo III: Atores sociais representantes da indústria de Sines.....	157
Anexo IV: Inquérito realizado à indústria de Sines.....	159
Anexo V: Respostas ao inquérito realizado à população de Sines.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS

AdSA - Águas de Santo André

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

BMS - Biblioteca Municipal de Sines

CAE - Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

CEE - Comunidade Económica Europeia

CMS - Câmara Municipal de Sines

CNA - Comissão Nacional de Ambiente

COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines

CRP - Constituição da República Portuguesa

DQA - Diretiva Quadro da Água

DS - Desenvolvimento Sustentável

EA - educação ambiental

EC - *European Commission*

EMAS - Regulamento de Eco-Gestão e Auditoria

ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ESS - *European Social Survey*

GAS - Gabinete da Área de Sines

ICS - Instituto de Ciências Sociais

IMPEL - *European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law*

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPAmb - Instituto Português do Ambiente

IPQR - Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

ISO - *International Organization for Standardization*

ISSP - *International Social Survey Programme*

LBA - Lei de Bases do Ambiente

LPN - Liga para a proteção da natureza

MESA - Ministério do Equipamento Social e do Ambiente

NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

ONGA - organizações não-governamentais na área do ambiente

PAI - Páginas Amarelas eletrónicas

RIP - Resíduos Industriais Perigosos

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

SEA - Secretaria de Estado do Ambiente

SGA - Sistemas de Gestão Ambiental

SMPC - Serviços Municipais de Proteção Civil

SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

UE - União Europeia

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figuras

Figura 1: Campo de fatores da atitude social, segundo Lewin.

Figura 2: Confiança dos portugueses nos políticos (% nenhuma confiança) no período de 2002 a 2012, de acordo com os dados da ESS.

Figura 3: Modelo de análise - Disponibilidade para o diálogo.

Figura 4: Evolução da população e taxa de desemprego no Município de Sines, de acordo com os dados dos Censos.

Figura 5: Distribuição anual de queixas e reclamações devidas a maus cheiros em Sines de janeiro de 2012 a outubro de 2014, de acordo com os dados da CM de Sines.

Figura 6: Qualidade do ar ambiente em Sines no período 2002-2012, de acordo com os dados do QualAr, APA.

Figura 7: Número de acidentes/incidentes ocorridos em Sines no período de 2007 a 2011, de acordo com os dados da IGAMAOT.

Figura 8: Diferença dos pesos médios à nascença das crianças nascidas nos concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Odemira, Grândola e Alcácer do Sal relativamente à média nacional, no período de 1995 a 2013.

Figura 9: Localização dos pontos de amostragem do aquífero de Sines (SNIRH, 2014).

Figura 10: Caracterização da qualidade da água subterrânea no ponto 516/127, localizado no lugar de Monte Feio (SNIRH, 2014).

Figura 11: Classificação global da qualidade da água subterrânea no ponto 516/2017 (SNIRH, 2014).

Figura 12: Variação de alguns indicadores socioeconómicos no período 2007-2013, de acordo com os dados do Conhecer a Crise.

Figura 13: Complexo de Sines - Implantação das áreas portuária e industrial.

Figura 14: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao género.

Figura 15: Distribuição da amostra da população de Sines quanto à idade.

Figura 16: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao grau de escolaridade.

Figura 17: Distribuição da amostra da população de Sines quanto à atividade profissional.

Figura 18: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao local de residência.

Figura 19: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao tempo de residência na região.

Figura 20: Atitudes ambientais - Comportamentos individuais adotados para a proteção do ambiente.

Figura 21: Atitudes ambientais - Razões para a não participação nas questões ambientais.

Figura 22: Perceção do risco - Proximidade às questões ambientais.

Figura 23: Princípios e valores - Medidas para a resolução dos problemas ambientais.

Figura 24: Princípios e valores - Disponibilidade para pagar mais pela proteção do ambiente.

Figura 25: Existência de conflitos ambientais ou sociais na região de Sines, entre a população e a indústria local.

Figura 26: Razões para o conflito existente na região de Sines, entre a população e a indústria local.

Figura 27: Disposição da população Sineense para colaborar com as organizações industriais na proteção do ambiente e da saúde humana.

Figura 28: Há vantagens para a população de Sines, que resultam da colaboração com a indústria.

Figura 29: Vantagens para a população de Sines, que resultam da colaboração com a indústria local.

Figura 30: Política empresarial - Análise dimensional da política de comunicação externa.

Figura 31: Política empresarial - Análise do carácter dimensional por empresa.

Figura 32: Política empresarial - Distribuição dimensional das categorias observadas.

Figura 33: Política empresarial - Distribuição das componentes da comunicação.

Tabelas

Tabela 1: Objetivo geral, objetivos específicos e hipóteses de trabalho.

Tabela 2: Correspondência das variáveis em estudo da dimensão População com as questões colocadas em questionário.

Tabela 3: Correspondência das variáveis em estudo da dimensão Indústria com as questões colocadas em questionário.

Tabela 4: Número de denúncias e denunciantes referentes a Sines, entre 2011 e 2014, de acordo com os dados da IGAMAOT.

Tabela 5: Qualidade da água de consumo fornecida à população de Sines no período de 2002 a 2013, de acordo com os dados da ERSAR.

Tabela 6: Monitorização da qualidade da água superficial em Sines no período de compreendido entre 2009 e 2012, de acordo com os dados do SNIRH.

Tabela 7: Classificação das águas balneares das praias da região de Sines, de acordo com os dados do SNIRH.

Tabela 8: Práticas ambientais da população de Sines no período 2009-2012, de acordo com os dados do PORDATA e ERSAR.

Tabela 9: Número anual de empresas na região de Sines por atividade económica das secções C e D.

Tabela 10: Distribuição das empresas (n.º) anual por escalão de pessoal na região de Sines.

Tabela 11: Volume de negócios (€) anual por atividade económica das secções C e D na região de Sines.

Tabela 12: Indicador de concentração do volume de negócios anual das quatro maiores empresas (%) na região de Sines.

Tabela 13: Número anual pessoas ao serviço na região de Sines por atividade económica das secções C e D.

Tabela 14: Atitudes ambientais - Interesses individuais do dia-a-dia.

Tabela 15: Atitudes ambientais - Envolvimento nas questões ambientais.

Tabela 16: Perceção do risco - Potenciais ameaças ambientais.

Tabela 17: Perceção do risco - Principais causas de degradação ambiental.

Tabela 18: Princípios e valores - Posicionamento face ao ambiente.

Tabela 19: Princípios e valores - Confiança institucional.

Tabela 20: Sistema de categorias analíticas da disposição da população Sineense para colaborar com as organizações industriais na proteção do ambiente e da saúde humana.

Tabela 21: Política empresarial - Motivações para a implementação de processos de comunicação com a população.

Tabela 22: Política empresarial - Grelha categorial da análise da disponibilidade das empresas de Sines para o diálogo com a população local.

Tabela 23: Modelos de comunicação externa - Elementos fundamentais para o estabelecimento de plataformas de diálogo.

Tabela 24: Consequências resultantes da implementação de processos de comunicação externa - vantagens para a indústria de Sines.

1. Introdução

1.1 Enquadramento e justificação

Uma grande experiência e conhecimento são adquiridos no dia-a-dia pelas organizações industriais, que podem ser aplicados com sucesso quer na sensibilização ambiental quer na educação para o desenvolvimento sustentável das populações. A gestão industrial para além do mero cumprimento das obrigações legais, ao mesmo tempo que promove o bom relacionamento com as comunidades locais e assegura a sua competitividade comercial, confere às empresas um estatuto de elevada credibilidade e confiança.

No entanto, a atividade industrial tem normalmente associadas emissões ambientais, e os acidentes acontecem, causando não só impacte ambiental mas também social, muitas vezes motivo de contestação popular e, por sua vez, de conflito com as populações vizinhas. Estes casos ganham especial expressão em aglomerados populacionais situados na proximidade de grandes instalações industriais, muitas vezes potenciados pela pressão urbanística, como é o caso do concelho de Sines.

Por outro lado, também nas questões ambientais o desconhecimento gera receios e desconfiança, e as pessoas tendem a refugiar-se na sua ‘zona de conforto’, sem se envolverem diretamente nos assuntos que ao ambiente dizem respeito. Seja por razões culturais ou individuais, os portugueses revelam uma baixa mobilização para os assuntos do ambiente, percecionando o ambiente como um problema longínquo ou que aos outros diz respeito, e pelo qual nada podem fazer para melhorar.

O concelho de Sines, que apresenta desde a década de 1970 um intenso aumento da atividade industrial, de elevado risco ambiental, nomeadamente nas áreas da química e da petroquímica, paralelamente a um significativo crescimento da densidade populacional, é um caso paradigmático de conflito prolongado por razões ambientais, que envolve a população local e a indústria vizinha.

A experiência tem demonstrado que em casos de conflito, as relações de vizinhança entre a população e a indústria podem ser melhoradas com o estabelecimento de plataformas de diálogo. Importa então conhecer a disponibilidade da população Sineense para o diálogo com a indústria vizinha, assim como a disponibilidade das organizações industriais de Sines para o diálogo com a população local, tendo em vista a promoção da cidadania ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sabendo-se que as relações sociais dependem em cada momento de um sistema complexo de fatores que atuam simultaneamente como forças facilitadoras, ou, pelo contrário, inibidoras do diálogo, este trabalho justifica-se também pela sua dimensão social, procurando-se assim contribuir para a melhor compreensão das motivações e racionalidades que determinam a maneira de agir de cada um no que ao ambiente diz respeito, sistematizando-se comportamentos que permitam prever e antecipar situações de potencial conflito em matéria de ambiente.

1.2 Objetivos

Este trabalho tem por objetivo geral contribuir para uma melhor integração a nível ambiental entre as empresas e a comunidade através do estabelecimento de plataformas de diálogo, tendo como estudo de caso o concelho de Sines.

A concretização do objetivo proposto passa pela conclusão dos seguintes objetivos específicos (tabela 1):

1. descrever as atitudes e as perceções ambientais da população Sineense face ao ambiente, e a sua relação com a indústria local,
2. descrever as políticas de comunicação externa das organizações industriais de Sines,
3. identificar os modelos de comunicação externa implementados pelas empresas dirigidos ao diálogo com as populações,
4. identificar as vantagens que as populações e as empresas de Sines esperam com o estabelecimento de plataformas de diálogo.

A metodologia adotada passa por uma investigação empírica hipotético-dedutiva, aplicada ao estudo dos aspetos que condicionam a disponibilidade da população e das organizações industriais de Sines para o estabelecimento de plataformas de diálogo, recorrendo-se à utilização de técnicas de análise qualitativa e quantitativa. Para a contextualização dos temas abordados, elaborou-se um glossário dos termos usados nesta tese, e que se encontram listados no final deste documento.

Tabela 1: Objetivo geral, objetivos específicos e hipóteses de trabalho.

Objetivo geral	Objetivos específicos	Hipóteses de trabalho
<p>Contribuir para uma melhor integração a nível ambiental entre as empresas e a comunidade através do estabelecimento de plataformas de diálogo, tendo em vista a promoção da cidadania ambiental e o desenvolvimento sustentável, num estudo de caso no concelho de Sines</p>	<p>i) descrever as atitudes e as perceções ambientais da população Sineense face ao ambiente, e a sua relação com a indústria local,</p> <p>ii) descrever as políticas de comunicação externa das organizações industriais de Sines,,</p> <p>iii) identificar os modelos de comunicação externa implementados pelas empresas, dirigidos ao diálogo com as populações,</p> <p>iv) identificar as vantagens que as populações e as empresas de Sines esperam com o estabelecimento de plataformas de diálogo.</p>	<p>i) a população de Sines está predisposta a colaborar com a indústria vizinha na proteção do ambiente e da saúde humana;</p> <p>ii) as empresas de Sines estão disponíveis para dialogar com a população local, integrando nas suas políticas de gestão a opinião pública;</p> <p>iii) o estabelecimento de plataformas de diálogo é possível, contribuindo assim para melhorar as relações de vizinhança entre as populações e a indústria.</p>

2. Revisão da literatura

2.1. Enquadramento

A pesquisa bibliográfica efetuada focou-se essencialmente na realidade portuguesa, enquadrada pela experiência internacional, através do estudo dos inquéritos já realizados na área do ambiente a nível nacional e europeu. Os temas em análise foram revistos tendo em conta os objetivos do trabalho em curso. Procurou-se perceber como as atitudes e as perceções ambientais individuais são moldadas por diferentes fatores, nomeadamente pelos aspetos subjetivos e culturais, mas também sociais, como a influência exercida pelos *media* na construção da perceção do risco, enquanto principal fonte de informação sobre ambiente. Fez-se ainda uma interpretação do papel que as organizações industriais representam no seio da comunidade em que se inserem, e de como os processos de comunicação externa, especificamente dirigidos ao diálogo com as populações, são integrados nas suas políticas de gestão.

2.2. Atitudes sociais face ao ambiente

Quando se trata de assuntos do ambiente, as pessoas reagem de maneira muito diversa mas ninguém fica indiferente; ou se é a favor ou se é contra. O próprio termo ‘ambiente’ encerra em si um leque variado de significados, que vão de uma visão ecocêntrica, focada na natureza e nos aspetos naturais, a uma visão mais antropocêntrica, focada no espaço envolvente do indivíduo e na sua qualidade de vida (Lima, 2000). Neste trabalho entende-se a atitude ambiental como uma motivação social que impulsiona e orienta o indivíduo para uma determinada ação direta, ou simples expressão emocional, em matéria de ambiente (Ávila e Castro, 2002).

O estudo das atitudes sociais face ao ambiente tem sido largamente discutido e interpretado na literatura da especialidade. Não se encontra, no entanto, uma definição única para aquilo que Casanova *et al.* (2004, p.337) designa por "articulação entre valores e orientação para a ação" no que respeita ao ambiente, pelo que não é ainda possível traçarem-se regras gerais que, baseadas num conjunto de práticas (experiências) e valores (conhecimentos) individuais, expliquem as atitudes sociais quando face às questões do ambiente (Castro, 2004).

A atitude social é a resultante de múltiplos fatores, que concorrem em cada momento numa rede complexa de mútuas interações (figura 1). Para se poder compreender, e assim eventualmente antecipar comportamentos, o indivíduo e o ambiente que o rodeia devem ser entendidos como uma "constelação de fatores interdependentes" (Lewin, 2004, p.201), que interagem e se modificam constantemente. Este comportamento é moldado por um sistema de crenças e valores próprios, pelas tendências e as convicções individuais, mas também pela personalidade e experiência de vida, pela proximidade e sensibilidade ao assunto, e pelo espaço social envolvente. A atitude individual é então o resultado de um conjunto de fatores que a influenciam em cada momento, podendo cada um deles atuar como motivador ou inibidor da ação (Lewin, 2004).

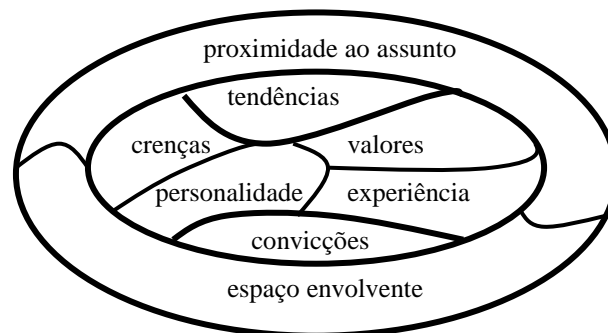


Figura 1: Campo de fatores modificadores da atitude social, segundo Lewin (2004).

O espaço social, ou sociedade, em que se insere, tem um efeito moldante no indivíduo, que tende a ajustar o seu comportamento para aquele que, em cada momento, percebe como sendo o socialmente correto (Castro, 2004). Desta forma, ao adotar e mimetizar o comportamento do grupo, *i.e.* aquele que se aceita como sendo, e assim se

torna, o comportamento socialmente correto, o indivíduo é socialmente aceite. Nesse sentido, as práticas individuais estão ligadas a uma forma de fazer que se encontra tipificada segundo valores morais que balizam as normas de conduta em sociedade (Lewin, 2004), designadas normas sociais.

A proteção do ambiente é hoje vista como um objetivo global, que resulta da preocupação com os crescentes problemas ambientais que se têm vindo a verificar a nível internacional (Dunlap, 1994). No entanto, a conjuntura socioeconómica contemporânea força a que os aspetos ambientais percam importância relativamente a outros (Schmidt, 2008), talvez mais importantes para o dia-a-dia das pessoas, como a própria subsistência ou a satisfação das suas necessidades básicas.

No campo social, todos estes fatores criam condicionamentos próprios, que irão moldar as atitudes individuais de cada um, levando as pessoas a comportarem-se de diferentes maneiras nas questões que ao ambiente dizem respeito, ou que com ele se relacionam, pelo que não poderão ser desprezados numa análise que se pretende integradora das atitudes individuais face ao ambiente (Lewin, 2004).

2.2.1. O ambiente em Portugal

Portugal acordou tardiamente para o tema do ambiente. Na década de 60, quando os outros países ocidentais começavam a ganhar a sua própria consciência ambiental (Schmidt, 2008), Portugal mantinha-se ainda profundamente arraigado à cultura tradicional ruralista e ‘supersticiosa’. Esta evolução da ciência isolada das políticas sociais, refletiu-se, até muito recentemente, no fraco investimento na investigação científica (Gonçalves, 2002).

Aquando da inauguração da Siderurgia Nacional a 24 de agosto de 1961, Ferreira Dias, então ministro da Economia, declara que "país sem uma siderurgia não é país, é uma horta" (OE, 2014), pretendendo desta forma projetar Portugal para a linha da frente dos países mais desenvolvidos. Esta obra era então vista como símbolo de progresso

científico e tecnológico, que traria por si só às gentes de Portugal o conhecimento e a cultura que se observava noutros países do norte da Europa.

Marcada por um sistema de ensino profundamente elitista, a sociedade portuguesa da altura adquire um carácter claramente dualista, em que por um lado, os economicamente privilegiados detêm o conhecimento e o poder de decisão sobre as questões ambientais, e por outro, a grande parte da população portuguesa, que permanece ignorante e alheia a estas questões (Rodrigues *et al.*, 2000). Com o acesso à ciência restringido a uma elite, Portugal pauta-se por uma quase completa ausência de divulgação científica. A partilha da informação científica nunca foi vista como um fator de crescimento económico, e a opinião pública nunca foi considerada para a tomada de decisão em matéria de ambiente.

Embora o ambiente em Portugal tenha ganho estatuto de direito fundamental já em 1976, com a aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP)¹, apenas com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, e com a elevada carga legislativa que daí adveio, muitas vezes desequilibrada e desajustada aos países periféricos do sul, as preocupações ambientais começaram a chegar a Portugal (Lima e Schmidt, 1996). Mas sem uma política ambiental de âmbito nacional sólida, a opinião pública nunca acolheu este assunto como uma prioridade, que se tem traduzido numa fraca mobilização à participação pública, e que se verifica ainda nos dias de hoje (Schmidt e Valente, 2004).

No entanto, ainda que tímidos e superficiais, progressos têm-se verificado, com significativos ganhos de consciência ambiental, e simultaneamente também de preocupação com a qualidade do ambiente. Em 1997, no âmbito do Programa Observa, criado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) com o apoio do Instituto Português do Ambiente (IPAmb), foi aplicado a nível nacional um inquérito para o estudo das representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente (Almeida, 2000), com o objetivo de adquirir conhecimentos sobre as perceções e os comportamentos dos portugueses em matéria de ambiente.

¹ Aprovada e decretada pela Assembleia Constituinte, reunida em sessão plenária, a 2 de abril de 1976.

Neste inquérito, os portugueses revelam uma elevada preocupação para com o ambiente, com cerca de 32% dos inquiridos a considerar o estado do ambiente a nível nacional ‘preocupante’ ou ‘muito preocupante’, enquanto a nível europeu essa preocupação se estendia a 43% dos inquiridos (Schmidt, 2000). Esta diferenciação geográfica mostra que os portugueses preocupavam-se mais com o estado do ambiente além-fronteiras, do que a nível nacional, sendo os problemas ambientais normalmente percebidos como problemas ‘dos outros’ ou simplesmente ‘problemas longínquos’, revelador do desconhecimento objetivo ou da falta de informação que se verificava naquele tempo (Lima e Schmidt, 1996).

Numa perspetiva temporal, verifica-se que a preocupação ambiental se mantém, mas a diferenciação geográfica tem vindo a inverter-se (Schmidt *et al.*, 2004). No 2º inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre ambiente, conduzido em 2000 pela equipa do Observa² (Almeida, 2004), apenas 37% dos inquiridos considera a Europa mais poluída que Portugal, enquanto 47% considera Portugal tanto ou mais poluído que os restantes países europeus. Estes resultados parecem sugerir uma crescente consciencialização dos portugueses para as questões ambientais, ao que não será estranho o crescimento urbano e a concentração populacional em torno das grandes cidades verificado por esta altura.

Esta mudança poderá explicar-se, por um lado, na emergência de uma consciência ambiental, em que as pessoas vêm ganhando o direito de expressar a sua opinião (Schmidt *et al.*, 2004), mas também, e por outro, com a massificação do mediatismo ambiental, suportado pela multiplicação das vozes de contestação, e, como se verá mais adiante, pelo crescente número de publicações e rubricas televisivas, de pendor sensacionalista, promotor de um constante receio latente (Crichton, 2004). No entanto, e como Lima e Schmidt (1996) apontam, a contestação ambiental não é apanágio de maturidade da consciência ambiental.

No que se refere às causas de degradação ambiental, a atividade industrial surge normalmente como a principal fonte de poluição do ar e da água (Schmidt, 2000). A importância atribuída pela população portuguesa aos fatores de degradação ambiental, Almeida (2004) refere que neste inquérito, 96% dos portugueses classificam

² O programa Observa foi criado no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), para a investigação das relações entre sociedade e ambiente (<http://www.observa.ics.ul.pt/?p/351/1657/>).

a atividade industrial como a principal causa de poluição ambiental. Esta posição era já notada no inquérito internacional Gallup, aplicado em 1992, em que o poder económico aparece associado ao poder político, como cúmplices da degradação ambiental (Lima e Schmidt, 1996), traduzindo-se já então numa certa desconfiança na classe política.

A recessão económica que se vem fazendo sentir em Portugal, o desemprego e a quebra do poder de compra no consumo doméstico, são também assuntos que afetam diretamente as pessoas no seu dia-a-dia, e que se traduzem num sentimento de insatisfação e de culpabilização das instituições governativas (*jornal metro* 18 de março 2014, p.4). Este sentimento vem claramente expresso nos resultados da 6ª edição do *European Social Survey*³ (ESS, 2014), que analisou a opinião pública portuguesa relativamente aos “significados e avaliações da democracia”. Os dados recolhidos mostram que 35% dos inquiridos portugueses não confiam nas instituições políticas, traduzindo um agravamento que se têm vindo a verificar nos últimos anos (figura 2). Para aqueles que confiam pouco ou muito pouco, essa percentagem sobe para os 80%.

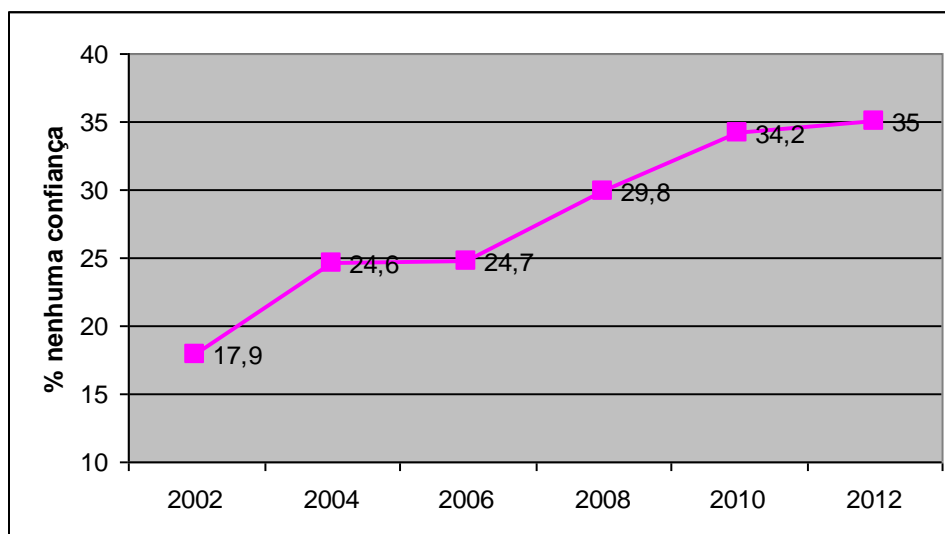


Figura 2: Confiança dos portugueses nos políticos (% nenhuma confiança) no período de 2002 a 2012, de acordo com os dados da ESS.

³ O Inquérito Social Europeu (ESS) é um inquérito multinacional, academicamente orientado, aplicado em mais de 30 países para monitorar e interpretar a mudança de atitudes e valores públicos na Europa e investigar como eles interagem com a mudança de instituições da Europa (<http://www.europeansocialsurvey.org/>).

A desconfiança nas instituições políticas a que se assiste ainda hoje no país é perceptível no relatório do Eurobarómetro 'Europeus em 2014'⁴, cujo trabalho de campo em Portugal decorreu entre os dias 15 e 24 março de 2014. Os resultados obtidos neste inquérito revelam que 85% dos inquiridos não confiam no governo. No que se refere à situação económica nacional, 97% dos inquiridos consideram-na má, e 58% acham mesmo que ainda vai piorar. Também no que toca ao emprego, embora a maioria das pessoas inquiridas achem que a sua situação não se vai alterar, consideram no entanto que ela irá agravar-se a nível nacional (EC, 2014).

2.2.2. A educação ambiental em Portugal

A educação ambiental (EA), está muitas vezes associada a termos como 'o meio ambiente', 'a natureza', 'as hortas escolares', 'a separação do 'lixo doméstico'. Mas o que é na verdade a EA? No âmbito deste trabalho define-se a EA em função dos seus objetivos, como é a consciencialização das pessoas para os assuntos ambientais e a correspondente aquisição de valores e competências que permitam a modificação de atitudes e práticas comportamentais individuais em prol do ambiente, no contexto social em que se insere (Pinto, 2004).

Em Portugal, a EA acompanhou a evolução industrial, *i.e.* aconteceu tardiamente. Embora o primeiro movimento ambientalista tenha surgido já em 1948, com a fundação da LPN⁵, não se pode dizer que houvesse de facto até 1974, uma política ambiental em Portugal (Pinto, 2004). Os temas do ambiente eram praticamente inexistentes nos programas escolares, e as ações de divulgação ambiental incipientes, ainda à procura de modelos próprios de comunicação (Evangelista, 1992). O ambiente, preso a uma visão conservacionista da natureza, era então visto como uma novidade, ou uma curiosidade, mas nunca como uma via de educação por si só (Evangelista, 1992).

⁴ O Eurobarómetro é uma série de pesquisas de opinião pública realizada regularmente em nome da Comissão Europeia desde 1973. Essas pesquisas abordam uma grande variedade de temas da atualidade relacionados com a União Europeia em todos os Estados-Membros da UE (http://ec.europa.eu/public_opinion/archives_en.htm).

⁵ LPN - Liga para a Proteção da Natureza (<http://www.lpn.pt/>)

É após a Revolução de Abril de 1974, que o tema do ambiente ganha expressão, com a reformulação dos programas escolares nos diversos níveis de ensino e a abertura cultural que então se verificou (Cunha *et al.*, 1999). Em 1975 é criada a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), integrada no Ministério do Equipamento Social e do Ambiente (MESA), dando-se então início à institucionalização da EA em Portugal (Teixeira, 2003). Internacionalmente, é também neste ano que se realiza a conferência de Belgrado, onde são apresentados os princípios norteadores da EA, com o grande objetivo de "formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados" (Giordan e Souchon, 1997, p.10).

No entanto, tardava a transição para uma EA efetiva, promotora quer da tomada de consciência quer da mudança de atitudes relacionadas com o ambiente (Teixeira, 2003). Com a entrada de Portugal na União Europeia (UE) em 1986, dá-se um novo salto na política ambiental nacional, muito por pressão da UE, mas também pelos financiamentos que de lá vieram, que permitiram almejar outro tipo de mecanismos e políticas mais interventivas (Cunha *et al.*, 1999).

Em 1987 é aprovada a Lei de Bases do Ambiente⁶ (LBA), focada nas componentes naturais e humanas do ambiente, e nos princípios da promoção ecológica e da qualidade de vida, consagrados na Constituição de 1976 (Teixeira, 2003). Com esta Lei é também criado o Instituto Nacional do Ambiente (INAmb), com as atribuições de estudar e promover projetos ambientais e atividades de EA, a levar a cabo em colaboração com as autarquias e também com outras instituições públicas e privadas, levando alguns autores a situar aqui o nascimento da EA em Portugal (Schmidt *et al.*, 2010a).

Mas é já na década de 1990 que se tornam visíveis alguns sinais da EA feita em Portugal, embora essencialmente centrada na atividade escolar (Schmidt *et al.*, 2011). São então desenvolvidos diversos projetos e programas de promoção ambiental, como o 'Eco Escolas' e o 'Ciência Viva', embora raramente envolvendo as comunidades locais (Schmidt *et al.*, 2010a). É vincada a sua institucionalização com a fundação de diversas organizações não-governamentais na área do ambiente (ONGA), como a ASPEA⁷. Internacionalmente é na Conferência do Rio de 1992 que a EA começa a ganhar forma,

⁶ Lei n.º 11/87, de 7 de abril, alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro e mais tarde revogada pela Lei n.º 19/2014, de 14 de abril.

⁷ ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental (www.aspea.org).

pela consagração do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) com a adoção da Agenda 21, enquanto veículo de promoção para a capacitação das pessoas através da educação ambiental (Freitas, 2006).

No entanto, avaliados os resultados obtidos após três décadas de atividades, dificilmente se pode considerar ter havido de facto uma abordagem estruturada e consistente da EA em Portugal. Atualmente, a EA que se faz em Portugal “não é suficientemente conhecida, nem os seus contornos estão delineados de forma sistematizada” (Schmidt *et al.*, 2010a, p. 22), associando-se às causas de insucesso a falta de recursos e a desarticulação interinstitucional, que resulta da constante instabilidade governativa a que se tem vindo a assistir na nossa história recente (Teixeira, 2014).

De acordo com o trabalho recentemente desenvolvido por Schmidt *et al.* (2010a, 2011) para caracterizar a EA em Portugal, a partir de dois inquéritos aplicados em 2006-2007 a um universo de 15 000 escolas não universitárias, e a 2300 organizações não escolares com atividade nesta área, constata-se que a grande maioria dos projetos de EA (87%) são realizados nas escolas, ao nível da pré-primária e do 1º ciclo do ensino básico (63%). Salienta-se neste contexto o contributo das empresas e associações empresariais para o desenvolvimento de projetos de EA, em que apenas 1,8% das 163 entidades contactadas declararam realizar este tipo de atividades (Schmidt *et al.*, 2010a), o que representa apenas 7% do total de projetos recenseados (Schmidt *et al.*, 2010b).

Estes resultados sugerem que a EA que se faz atualmente em Portugal é essencialmente dirigida às camadas escolares mais jovens, continuando ainda a ser ministrada mais como um "suplemento recreativo do que como uma peça educativa forte" (Schmidt *et al.*, 2010a, p.17). Este trabalho reflete também um enorme vazio naquilo que se refere às atividades de EA especificamente dirigidas às populações não escolares (Schmidt *et al.*, 2010b).

2.3. Percepção do risco e cultura ambiental

Entende-se por ‘percepção do risco’ a representação cognitiva que se faz de um determinado acontecimento, em termos de prejuízo ou perda provável resultante de um acontecimento acidental (Slovic, 1987; Flynn e Slovic, 2000; Granjo, 2004), sendo um reflexo da personalidade e da experiência individual de cada um (Queirós *et al.*, 2006). Lima (2000) acrescenta que a percepção do risco representa a interpretação subjetiva que se faz de uma situação ou acontecimento, e que molda a atitude humana em duas fases: primeiro percebe-se o risco, depois adota-se uma atitude (Filho *et al.*, 2010).

O estudo da percepção do risco justifica-se antes de mais pela sua dimensão social (Giddens, 1991), mas também para o planeamento de ações de comunicação pública (Lima, 1995), tendo em vista a implementação de políticas e projetos, nomeadamente na área ambiental, e pelo envolvimento das populações nos assuntos que as afetem diretamente (Vasconcelos, 2006). Neste trabalho, iremos focar-nos na percepção do risco ambiental, e de como ela é afetada pela cultura ambiental de cada um.

O conhecimento assume diversas formas, muitas vezes discordantes entre especialistas (técnicos; os praticantes de ciência) e leigos (populares; aqueles que não têm formação académica em ciência). As pessoas constroem as suas percepções, através de uma rede complexa de fatores psicológicos, sociais e culturais, mas também da informação imediata disponível (Lima, 1995). No que se refere aos riscos ambientais, os especialistas realizam a sua avaliação baseada no conhecimento, enquanto os leigos se socorrem da sua experiência de vida para subjetivamente construir os seus próprios modelos de risco (Perko, 2013).

Neste campo, Langlois (2012) e Che *et al* (2013) vieram demonstrar que o fator de proximidade (*fenceline*) é o aspeto mais relevante na construção da percepção do risco ambiental. Assim, as pessoas que vivem nas proximidades de grandes instalações industriais percecionam o risco de uma forma mais vincada. Por outro lado, Huang *et al.* (2012), identifica quatro fatores que determinam a aceitabilidade do risco industrial: aquilo que se sabe sobre a própria indústria, as consequências que resultam de um acidente industrial, o benefício que se pode retirar, e a confiança na capacidade das autoridades públicas para a gestão dos riscos industriais.

Gonçalves (2007) conduziu em 2003 um inquérito à população portuguesa, com o objetivo de perceber de que forma as pessoas se relacionam com o risco ambiental. De acordo com os resultados obtidos, os riscos ambientais são normalmente classificados como preocupantes (21%), sendo destes o risco de poluição (53%) o mais preocupante. Neste trabalho, ganham especial relevância os riscos novos, associados às novas tecnologias, os riscos continuados no tempo ou de longo prazo, e os riscos globais, por oposição aos riscos de proximidade (Delicado e Gonçalves, 2007).

Também no que se refere aos riscos ambientais, a televisão surge como a principal fonte de informação (86%), embora, talvez paradoxalmente, os níveis de confiança associados aos meios de comunicação social apareçam bastante reduzidos, sendo até muitas vezes classificados como alarmistas (Delicado e Gonçalves, 2007). Igualmente baixa revelou-se a confiança nas instituições responsáveis pela gestão do risco: o estado e as empresas. Esta falta de confiança resulta da perceção das pessoas sobre como o risco é gerido, pela capacidade técnica demonstrada na sua gestão, e pela transparência e qualidade da informação disponibilizada (Gonçalves, 2007).

Gonçalves (2007), veio também evidenciar a extremamente baixa taxa de participação pública, tendo apenas 10% dos inquiridos declarado ter já participado em ações associadas a riscos ambientais. Embora as pessoas à partida declarem vontade de participar, diversas razões são no entanto apontadas como impedimento à participação efetiva, nomeadamente a falta de oportunidade (38%) e a falta de tempo (24%). Estes dados são reveladores de uma enorme passividade (Delicado e Gonçalves, 2007), parecendo sugerir ainda uma certa impotência por parte das pessoas relativamente a estas questões (Castro, 2004), *i.e.*, de que individualmente não é possível fazer-se muito pela gestão do risco ambiental, ou que essa competência cabe apenas às instituições oficiais e aos peritos responsáveis por estas matérias.

No que se refere à cultura ambiental, esta caracteriza-se pela capacidade de compreensão e racionalização sobre os temas do ambiente (Ávila *et al.*, 2000; Gonçalves, 2002), mas também pela disponibilidade para a mobilização e participação nos assuntos que lhe dizem respeito (Rodrigues *et al.*, 2000). Pode-se então afirmar que somos ambientalmente literatos quando de forma consciente nos envolvemos ativamente em prol do ambiente (Correia e Eiró-Gomes, 2009).

Castro (2004) posiciona a cultura ambiental de um país relativamente à sua atividade industrial: quanto maior a maturidade científica e tecnológica no país, maior a cultura ambiental da população. Salienta ainda este autor que uma industrialização fraca faz confinar o grau de conhecimentos científicos a limites mais estreitos, nomeadamente no que se refere ao risco ambiental. Nesta linha de pensamento, constata-se que Portugal, que como já referido anteriormente entrou tardiamente na era industrial (Schmidt *et al.*, 2004), revela uma baixa cultura científica (Castro, 2004), e que só muito recentemente se tem de facto verificado uma maior criação de movimentos sociais, embora muitas vezes de protesto, e quase sempre de âmbito local (Mendes e Seixas, 2005).

2.3.1. Racionalidades leigas, participação pública e comunicação científica

As pessoas são por natureza racionais. Perante uma qualquer situação, a informação disponível é ponderada, e através do seu próprio sistema de valores e crenças pessoais tomam uma decisão (Lima, 1995). O leigo racionaliza as questões ambientais com base na sua experiência prática, vivida, naquilo que Nunes (2000, p.82) designa por "ciência em estado selvagem". Não podemos esquecer que ainda há não muito tempo atrás na nossa história coletiva, senão mesmo ainda nos dias de hoje, rituais de fertilidade eram realizados para 'agradar aos deuses' e assim obter a proteção para as suas culturas agrícolas e animais. À partida, estas práticas poderão parecer absurdas aos olhos do cientista de hoje, no entanto é uma realidade que não deve ser menosprezada.

Talvez também pelas suas raízes tradicionalistas, a participação pública em Portugal é muitas vezes vista mais como um entrave do que como um contributo em processos de decisão ambiental (Lima, 1995), sendo as pessoas chamadas aos processos de tomada de decisão apenas para ratificar soluções já adotadas (Oliveira e Carvalho, 2012). No entanto, é um erro de deixar de fora destes processos os saberes não científicos (Alves *et al.*, 2012), nomeadamente ao nível local, onde muitas vezes os problemas se fazem sentir de forma mais acentuada (Pinto, 2006). A participação do público contribui para o enriquecimento das decisões tomadas porque inclui os saberes empíricos locais, conferindo assim maior robustez e legitimidade a todo o processo (Vasconcelos, 2006).

Podemos definir participação pública como sendo "o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afetados por uma intervenção (...) ou que estão interessados na mesma" (André *et al.*, 2006, p.1). A participação pública em processos de consulta e tomada de decisão é fundamental para o alcance de soluções de larga aceitação, tornando-as mais sustentáveis (Alves *et al.*, 2012). A discussão aberta e transparente permite que as pessoas se tornem mais conscientes e melhor informadas na defesa dos seus próprios interesses, criando assim novas oportunidades para o exercício de uma cidadania mais ativa e para novas formas de gestão local (Vasconcelos, 2006). Salienta Queirós *et al.* (2006), que qualquer tomada de decisão sem a participação pública é uma solução para o insucesso.

Na dinamização de processos de participação pública, a mobilização popular deve ser apresentada como um dever cívico, uma espécie de cidadania instrumental que utiliza os saberes como uma forma de poder colocados ao serviço de todos (Santos, 1991). Neste sentido, o indivíduo deixa de ser um mero espectador dos acontecimentos para passar a ser protagonista no processo de tomada de decisão, saindo da plateia para o palco da atividade política (Day, 1997). Mas não basta sensibilizar para a mudança de atitudes, é fundamental criar antes as condições que permitam o exercício efetivo dessa cidadania, necessariamente motivadoras para o envolvimento do público (Santos, 1991). Como refere Alves *et al.*, (2013), colocar em pé de igualdade os conhecimentos técnicos e os conhecimentos populares.

Tipicamente, as metodologias de participação pública aplicadas resumem-se a audiências e consultas públicas, normalmente de caráter informativo (Oliveira e Carvalho, 2012). Com a crescente complexidade dos temas do ambiente, e o cada vez maior interesse das pessoas pelos assuntos que têm vindo a discussão, pelo menos naqueles que mais direta e significativamente as afetam (Oliveira e Carvalho, 2012), Também a participação pública ambiental tem vindo assim a evoluir para um modelo mais complexo, que necessariamente exige uma melhor preparação (Vasconcelos, 2006), quer na organização e operacionalização do processo decisório, quer na implementação das soluções alcançadas (Queirós *et al.*, 2006).

Neste campo, diversos aspetos têm sido apontados como entraves ao sucesso dos processos de participação pública, e que importa mitigar. São por exemplo: a falta de credibilidade e desvalorização do próprio processo, a falta de conhecimentos

especializados e o desinteresse das pessoas, o elitismo dos decisores políticos (Vasconcelos, 2007). Para este autor, o sucesso do processo participativo passa por cumprir três regras fundamentais:

- i) o envolvimento das populações numa fase precoce do processo,
- ii) a participação de todas as partes interessadas, e
- iii) a discussão centrada nos interesses ao invés de defender posições particulares.

Mas a implementação de processos participativos não é apenas a mera aplicação de técnicas e medidas pré-definidas, de descodificação e comunicação de conteúdos científicos. É antes de mais necessário e fundamental compreender como as pessoas veem e sentem localmente os problemas ambientais e salientar a importância, dando a conhecer as consequências, da participação para a sua própria vida quotidiana (Conceição *et al.*, 2008), procurando-se capacita-las para uma tomada de decisão mais consciente e melhor informada. Trata-se acima de tudo de contextualizar, tornar interessante a partilha de conhecimentos e integrar os diversos saberes, nas suas diversas vertentes e aspetos (Alves *et al.*, 2012).

No entanto, no seu percurso evolutivo, o conhecimento científico tem vindo a tornar-se cada vez mais elitista, hermético, inacessível a outras formas de conhecimento (Felt, 2000). A comunicação é muitas vezes vista como complemento da atividade científica, um exercício criativo e quase exibicionista, que relega para a categoria de ignorantes os não iniciados em ciência (Felt, 2000). Criou-se assim uma divergência entre o conhecimento especializado e o conhecimento leigo sobre ambiente, para a qual contribui também a falta de tradição, formação e experiência de comunicação dos próprios produtores de ciência (Oliveira e Carvalho, 2012).

Conforme aponta Schmidt (2008, p.106), "os cidadãos precisam dos cientistas para as ajudar a compreender as complexidades e urgências" das questões ambientais que enfrentam. Importa pois formar comunicadores de ciência (Peters *et al.*, 1996), que tenham por missão, de forma sustentada e sistemática, fazer chegar a informação de qualidade ao público em geral, naquilo que aqui se designa por promoção da 'culturalização ambiental'.

2.3.2. O papel dos media na percepção do risco e na divulgação ambiental

A televisão surge, entre meios de comunicação social (*media*), como o principal veículo de comunicação de massas, (Delicado e Gonçalves, 2007), desempenhando assim um importante papel na disseminação da informação científica e divulgação ambiental, e na formação da percepção do risco, chegando de uma forma direta e acessível à população em geral (Schmidt, 2008). Mas, apesar das pessoas dizerem sentir-se bem informadas no que toca ao ambiente, quando questionadas apresentam lacunas graves de conhecimento, o que vem suscitar a ideia de que apesar de muito informadas, elas não estão de facto bem informadas, levantando questões quanto à qualidade da informação transmitida pelos *media* (Almeida e Graça, 2000).

A mediação entre a produção científica e os não especialistas em ciência ganha importância quando esta transferência de conhecimentos vem afetada de interpretações próprias, lacunas técnicas, ou interesses não declarados. A simples omissão de outros pontos de vista ou opiniões contrárias podem transformar e distorcer a mensagem original, e induzir no público juízos errados. A comunicação científica deverá ser conduzida com especial atenção e cuidado, correndo o sério risco de se criarem desfasamentos entre aquilo que é a realidade e o que se percebe, após a sua difusão em larga escala (Schmidt, 2008).

É comum referir-se que só é verdade se 'sair nas notícias', sendo a importância do tema proporcional à sua cobertura mediática. O leigo, sem conhecimentos científicos, constrói a sua opinião, e molda a sua atitude, em grande medida influenciado pela informação que recolhe das fontes de informação que tem ao seu alcance, os *media* (Queirós *et al.*, 2006). A massificação dos assuntos ambientais tem assim um efeito formador da opinião pública (Formosinho, 2003), porque as pessoas tomam por verdade aquilo que lhes é mostrado pelos meios de comunicação social. Diz Drucker (2012) que a nossa percepção é condicionada por aquilo que se consegue perceber.

Em Portugal, em termos mediáticos, nenhum outro se mostrou tão polémico como o caso da incineração de resíduos industriais perigosos (RIP), no final da década de 1990

(Jerónimo e Garcia, 2011). Casos semelhantes, a co-incineração e a incineração dedicada de RIP, tiveram através dos *media* efeitos opostos, em termos de aceitação pública (Schmidt, 2008). Este caso colocou frente a frente partidos políticos, elementos da comunidade científica, muitas vezes ao serviço de interesses não declarados, organizações ambientais e as populações (Formosinho, 2003).

O processo da co-incineração de RIP em Portugal ilustra bem o modelo de decisão *top-down*, onde os peritos científicos são chamados apenas após a tomada de decisão política, de forma a justificar e legitimar a opção adotada (Jerónimo e Garcia, 2011). A reação popular que se gerou em torno deste assunto, sempre exacerbado pelos *media*, deu lugar a diversas manifestações populares, que aconteceram um pouco por todo o país, desde o bloqueio de estradas a vigílias noturnas (Gonçalves 2002). Em janeiro de 1999, uma petição pública que apelava à suspensão do processo da co-incineração em Portugal reuniu mais de 50 000 assinaturas (Nunes e Matias, 2003).

Um aspeto positivo destes casos mediáticos foi o de trazer para o espaço público o debate das questões ambientais (Nunes e Matias, 2003). Gonçalves (2002) observa que as pessoas têm vindo a tornar-se mais atentas e interventivas, naquilo que designa por “sociedade de risco” (Beck, 2006), como uma evolução relativa aos processos de decisão tradicionais, caracteristicamente tecnocráticos e centralizados. Devemos no entanto notar que a notícia é circunstancial, ela depende do momento, do local e do público recetor. Uma qualquer notícia ambiental pode criar em determinado momento e local um efeito de “ressonância cultural” (Schmidt, 2008, p.96), e não noutra situação qualquer, dependendo dos valores, dos saberes e das sensibilidades locais.

Como já referido anteriormente, os *media* são frequentemente acusados de sensacionalismo (Delicado e Gonçalves, 2007), e muito provavelmente com razão (Balle, 2003; Beck, 2006). Numa sociedade cada vez mais mediatizada, o empolamento do risco e a exploração dos medos e receios das pessoas são os ingredientes da notícia, para o apelo à curiosidade e cativação do leitor (Delicado, 2007). Audiência significa publicidade, e publicidade traduz-se em receitas. Diz Balle (2003), que o código de conduta dos *media* rege-se por regras próprias, de acordo com a sua agenda numa lógica industrio-comercial, fazendo da notícia a sua própria razão de existir (Balle, 2003).

Os meios de comunicação social têm na verdade desempenhado um importante papel na divulgação ambiental, contribuindo significativamente para a chamada das pessoas para

os problemas do ambiente, mas essa é uma responsabilidade que não se lhes pode ser unicamente atribuída (Schmidt, 2008). Como já referido, cabe aos cientistas e aos agentes da ciência assegurar a melhor comunicação do saber especializado (Drucker, 2012), nomeadamente em matéria ambiental, para que assim as pessoas possam tomar as suas decisões de forma consciente e informada (Schmidt, 2008).

Diz o adágio que ‘uma imagem vale por mil palavras’. Neste campo, a televisão tem um papel muito importante a desempenhar na culturalização ambiental das populações (Pinto, 2005), sendo a reportagem televisiva o veículo por excelência para alcançar esse objetivo (Balle, 2003). Como afirma Pinto (2003, p. 17), "a programação e ação estratégica do canal público [de televisão] deveriam ser orientadas de modo a proporcionar aos cidadãos e à população em geral uma informação rigorosa, diversificada e equilibrada sobre os assuntos que fazem a atualidade", numa lógica de serviço público para a cidadania.

2.4. O desempenho ambiental da indústria e a relação com a comunidade

As organizações industriais são um elemento importante nas comunidades em que se inserem; economicamente pelo pagamento de taxas e impostos, socialmente pelo emprego que geram, e ambientalmente pela emissão de poluentes, com efeitos diretos na qualidade de vida local. Esse papel poderá tornar-se mais importante se, fazendo uso da sua experiência e conhecimentos, as organizações industriais adotarem uma atitude interventiva no seio da comunidade, quer através da sensibilização, quer da promoção e envolvimento em projetos educativos de natureza ambiental.

Desde os anos 50 do século XX que o crescente agravamento dos problemas ambientais tem vindo a suscitar a necessidade de conciliar o bem-estar social e o desenvolvimento económico com a preservação do ambiente (Mascarenhas e Costa, 2011). Também a maior mediatização das questões ambientais tem vindo a colocar maior pressão sobre a atividade industrial, suscitando a dinamização de movimentos sociais, normalmente em ações de protesto, reivindicação ou de afirmação (Mendes e Seixas, 2005). Por outro lado, as pessoas estão atualmente menos disponíveis para adquirir produtos que não

sejam “amigos do ambiente” (Jorgensen, 2008), chegando mesmo a boicotar marcas associadas a práticas ambientais e sociais censuráveis (Falk e Heblich, 2007).

Esta nova realidade levou as empresas a redefinir políticas de gestão e a procurar novas estratégias de atuação (Porter e Kramer, 2006), com a integração dos aspetos económicos, sociais e ambientais na política de gestão empresarial. Este conceito tem vindo a ser genericamente designada por responsabilidade social das empresas (RSE), e diversas teorias foram já desenvolvidas para integrar os interesses primários da empresa, ser rentável, com as expectativas sociais (Mascarenhas e Costa, 2011).

Ainda que algumas das teorias de RSE combinem aspetos de outras com diferentes terminologias, Garriga e Melé (2004, p.51) referem que a "responsabilidade social das empresas significa alguma coisa, mas que não é sempre o mesmo para todos". Segundo estes autores, as principais teorias de RSE podem ser classificadas em quatro grandes categorias:

- i) instrumentais: focadas nos aspetos económicos e na criação de riqueza,
- ii) políticas: baseadas na atuação responsável da empresa,
- iii) integrativas: que integram as exigências e os valores sociais, e
- iv) éticas: baseadas em princípios que expressam o socialmente correto.

Inicialmente, a RSE era vista como uma mera atuação filantrópica (Rondinelli e Berry, 2000), ou como uma tentativa de tornar mais 'verde' uma empresa ou atividade de ‘má fama’, como são os setores da indústria química e da produção de energia (Porter e Kramer, 2006). No entanto, as empresas em geral têm vindo a perceber esta nova abordagem também como uma oportunidade estratégica. Ao monitorizar a comunidade local, os seus interesses e expectativas (Freeman, 2010), estão também a obter benefícios para a sua atividade e reputação corporativa, assegurando a sua competitividade comercial (Rondinelli e Berry, 2000).

Ao integrar o envolvimento das populações nos seus processos de decisão (Rondinelli e Berry, 2000), quer ao nível da gestão quer da operação industrial (Rego e Cunha, 2003) as empresas estão a introduzir mudanças sustentáveis nas suas políticas de comunicação externa. As questões sociais passam a fazer parte dos assuntos internos da própria

empresa, e as preocupações e receios da comunidade passam a ser suas também, contribuindo também para uma melhor integração entre a empresa e a população local. A RSE tem vindo assim a tornar-se um modelo de atuação que excede as expectativas éticas, legais e comerciais da sociedade (Rondinelli e Berry, 2000).

No que se refere aos aspetos ambientais, o tradicional sistema jurídico baseado na regulação direta, fiscalização e responsabilização (instrumentos de comando e controle) não se tem mostrado eficaz na promoção da proteção ambiental, para além do que é estritamente obrigatório (Rondinelli e Berry, 2000). Oliveira e Guimarães (2004) apontam como justificação geral, a falta de participação do cidadão na tutela do bem jurídico que é o ambiente. Na verdade, estes instrumentos de regulação direta não contemplam atualmente um modelo de avaliação e validação das empresas, fiável e credível, que promova a melhoria contínua do desempenho ambiental, e o envolvimento na comunidade, nomeadamente em projetos educativos de natureza ambiental.

Por outro lado, ainda que as empresas laborem no inteiro cumprimento das suas obrigações legais, o regime de ‘zero emissões’ não é tecnicamente viável, pelo que impactes ambientais irão sempre ocorrer, tornando-se assim suscetíveis de contestação popular (IMPEL, 2007). O fumo a sair das chaminés, as marés negras, são imagens marcantes que se associam com a degradação ambiental, onde a atividade industrial surge normalmente como o “mau da fita” (Schmidt, 2000). Situações de potencial conflito ambiental ocorrem mais frequentemente em zonas de fronteira entre populações e indústria, geralmente relativas a odores, ruído ou emissões atmosféricas, sendo muitas vezes potenciadas por razões de pressão urbanística (IMPEL, 2007).

Esta lacuna de regulação, leva algumas empresas a organizarem-se voluntariamente em associações de carácter setorial ou regional. Numa perspetiva de responsabilidade coletiva, as empresas procuram assim sinergias, de forma a melhorar o seu desempenho ambiental e a promover a sua aceitação, no seio das comunidades em que se inserem (Mascarenhas e Costa, 2011). Outra forma das empresas poderem demonstrar o seu compromisso para com as questões sociais e ambientais, passa pela implementação voluntária de sistemas de gestão ambiental (SGA), publicação de resultados de sustentabilidade e a adoção de rótulos sociais e ecológicos (Mascarenhas e Costa, 2011).

Dizem Rondinelli e Berry (2000) que as empresas ambientalmente responsáveis atuam para além do mero cumprimento legislativo. Ao integrarem nos seus processos de

gestão a monitorização e controlo dos riscos ambientais, de forma estruturada e sistemática, as empresas estão continuamente a otimizar o seu desempenho, com o conseqüente aumento de eficiência, a redução de impactes ambientais e a melhoria da sua imagem corporativa. O ambiente deixa assim de ser um objetivo na sua atividade diária, e o cumprimento legal uma obrigação, para passar a ser uma consequência do seu (bom) desempenho operacional (Porter e Kramer, 2006).

3. Metodologia

3.1. *Enquadramento metodológico*

No campo das ciências sociais, diz-nos Lewin (2004) que é vantajoso iniciar-se qualquer trabalho de investigação com uma análise global da questão, como um todo, e partir daí para a análise detalhada de cada aspeto particular, mantendo-se a orientação para os objetivos traçados. Numa primeira fase procedeu-se a uma pesquisa seletiva da bibliografia temática publicada, para a recolha, em tempo útil, de informação relevante para o tema em análise, nas suas diversas vertentes (Carmo e Ferreira, 2008). Refira-se que o tema de investigação foi selecionado tendo em conta os critérios de familiaridade e de afetividade do autor (Sousa e Baptista, 2011).

A revisão da literatura efetuada (ver capítulo 2) incidiu na bibliografia selecionada, constituída por, nomeadamente, artigos científicos, teses ou dissertações académicas, e outras publicações periódicas, como jornais e revistas especializadas. Fez-se igualmente uma pesquisa temática dos inquéritos já realizados na área do ambiente, a nível nacional e europeu, no âmbito do ISSP⁸, do Eurobarómetro e do Programa Observa⁹.

⁸ International Social Survey Programme (ISSP) é uma rede de cooperação internacional que visa recolher e analisar as atitudes sobre as questões sociais relevantes (<http://www.issp.org/>).

⁹ O OBSERVA - Observatório de Ambiente e Sociedade é um programa de investigação permanente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) (<http://www.observa.ics.ul.pt/?p/351/1657/>).

3.2. Modelo de análise

Como já referido, as relações sociais dependem em cada momento de um sistema complexo de fatores que atuam simultaneamente como forças facilitadoras ou inibidoras das atitudes para o diálogo. O projeto de investigação, em torno do qual se desenrolou o presente trabalho, estruturou-se com a definição dos objetivos e hipóteses de trabalho (Guerra, 2006). Tendo por base a bibliografia consultada, traçou-se o modelo de análise representado na figura 3, elaborado de acordo com a metodologia proposta por Quivy e Campenhoudt (1995). A problematização do tema de estudo **Disponibilidade para o diálogo**, nas suas dimensões **População** e **Indústria**, resultou na definição das variáveis de suporte à investigação (fatores internos).

Por razões de tempo e espaço, que se coadunam com os limites deste trabalho, não será aqui abordada a influência dos fatores externos para o diálogo entre a população e a indústria local, identificados na revisão da literatura. No que se refere aos fatores internos **Literacia ambiental** e **Desempenho ambiental**, também estes não serão abordados no âmbito desta investigação, carecendo cada um deles de um trabalho de fundo próprio. A variável **Modelos de comunicação (externa)** será analisada pela sua identificação através dos processos de diálogo com a população adotados pela empresa.

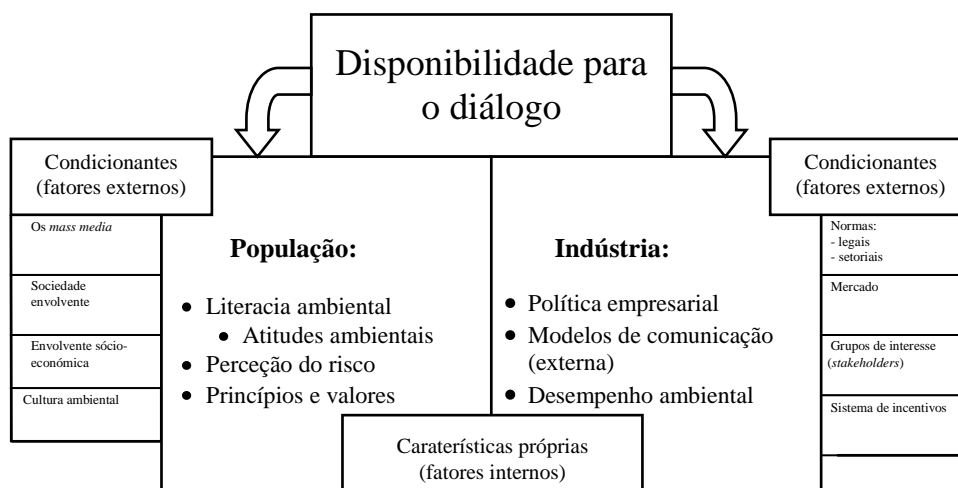


Figura 3: Modelo de análise - Fatores que influenciam a disponibilidade da população e da indústria para o diálogo.

3.3. Recolha e tratamento de dados

3.3.1. Estudo de caso na região de Sines

Sines é um exemplo paradigmático de uma situação persistente de conflito devido a problemas ambientais, que envolve a população e a indústria local. Praticamente no seu estado natural até ao início da década de 1970, Sines apresenta desde então um intenso crescimento industrial e populacional, registando já um longo historial de contestação popular. Tendo em vista a integração ambiental entre a população e a indústria local através do estabelecimento de plataformas de diálogo, importa antes de mais compreender o problema ambiental que se verifica no concelho de Sines.

Para isso, torna-se necessário perceber as razões do conflito em Sines, procurando-se avaliar se existe de facto uma situação de poluição ambiental na região, eventualmente causada pela indústria local, ou se a atitude de contestação popular é causada pela perceção das pessoas relativamente à atividade industrial, tradicionalmente associada à degradação do ambiente e da saúde pública (Schmidt, 2000).

Para isso, foi conduzido um estudo de caso holístico aplicado à região de Sines (Yin, 2006), focado na descrição dos aspetos ambientais e sociais envolventes. Procurou-se alargar o campo da investigação e integrar diferentes áreas e perspetivas, de forma a tornar este estudo mais completo e significativo (Yin, 2001). A pesquisa de informação para a caracterização da região de Sines baseou-se na observação direta e análise documental (Quivy e Campenhoudt, 1995).

A recolha de dados foi realizada através de consulta dos *sites* do Instituto Nacional de Estatística (INE), para a obtenção de dados relativos à população e ao tecido empresarial de Sines, e da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), para a recolha de dados ambientais. Para a recolha de dados sobre a qualidade da água para consumo doméstico foi consultado o *site* da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e

Resíduos (ERSAR)¹⁰. Foram ainda consultados os *sites* Conhecer a Crise e PORDATA, ambos coordenados pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS)¹¹, para a recolha de dados de carácter social.

Foi também efetuada uma pesquisa bibliográfica dos recortes de jornais recolhidos na Biblioteca Municipal de Sines (BMS) no período de 1989 a 2001 sobre o tema ‘Ambiente’, de forma a fazer-se uma caracterização histórica do conflito ambiental na região. Salienta-se que, no entanto, e como nos alertam Mendes e Seixas (2005), especial cuidado foi posto na análise deste meio de comunicação, dada a possibilidade de interpretações editoriais ou de seletividade jornalística da informação expressa.

3.3.2. Inquérito aos atores sociais da população de Sines

Para descrever as atitudes e perceções ambientais pelas quais se rege a população de Sines, e a sua relação com a indústria local, realizou-se um inquérito por questionário misto de administração direta (Quivy e Campenhoudt, 1995). Os dados recolhidos foram analisados de forma a fazer-se uma avaliação da disponibilidade dos Sineenses para a colaboração com a indústria local na proteção do ambiente e da saúde humana, sistematizando-se comportamentos que permitam prever e antecipar situações de potencial conflito ambiental.

Na impossibilidade de se consultar toda a população, por limitações de tempo do próprio trabalho em curso, optou-se por se identificar um painel de atores sociais chave representativo da população de Sines, construído a partir das listas Portal Nacional de empresas¹², das Páginas Amarelas eletrónicas (PAI)¹³ e da lista de Associações e Agências inscritas no município de Sines¹⁴. Constituiu-se assim uma amostra não probabilística de conveniência (Barnett, 2002) composta por 55 elementos, selecionados de acordo com os interesses do presente trabalho (Carmo e Ferreira, 2008), e

¹⁰ Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR): <http://www.ersar.pt/website/Home.aspx>.

¹¹ Fundação Francisco Manuel dos Santos : <http://www.ffms.pt/>

¹² Portal Nacional de empresas (<http://portalnacional.com.pt/>).

¹³ Páginas Amarelas eletrónicas (<http://www.pai.pt/>).

¹⁴ Associações e Agências (<http://www.sines.pt/PT/Negocios/associacoes/Paginas/default.aspx>).

pertencentes a diversos setores da opinião pública, nomeadamente das autarquias locais, do sistema educativo e das associações socioculturais e comerciais em atividade na região (ver anexo I).

Esta amostra, embora limitada em termos de extensão, é representativa da sociedade civil local, permitindo assim extrapolar com confiança quanto à disponibilidade da população de Sines para colaborar com a indústria vizinha na proteção do ambiente e da saúde humana (Sousa e Baptista, 2011).

O corpo do questionário foi construído a partir de inquéritos anteriormente realizados nesta matéria, nomeadamente pelo Programa Observa em 2000 ‘Os portugueses e o ambiente’ (Almeida, 2004) e em 2003 ‘Os Portugueses e os novos riscos’ (Gonçalves, 2007), pelo ISSP em 2000 ‘Ambiente e desenvolvimento’ (Lima *et al.*, 2004) e pelo Eurobarómetro em 2010 ‘*Science and Technology*’ (EC, 2010) e em 2011 ‘*Attitudes of European citizens towards the environment*’ (EC, 2011).

As questões foram seleccionadas tendo em conta a sua relevância para a caracterização das variáveis da dimensão **População** em estudo (tabela 2), e focadas e adaptadas para a região de Sines, na atual realidade portuguesa. Foram ainda introduzidas três questões de resposta aberta, de forma a obterem-se declarações espontâneas das opiniões e perspectivas dos inquiridos, não recolhidas através de perguntas fechadas (Sousa e Baptista, 2011), que permitam concluir quanto à sua relação com a indústria local, e a sua predisposição para o diálogo. Procurou-se manter o tempo de resposta em cerca de 12 minutos.

O questionário foi então testado com oito pessoas de fora da área de estudo, com vista à verificação da sua fluidez, coerência e pertinência quanto aos objetivos propostos. As respostas obtidas foram comparadas e avaliadas em termos de compreensão e qualidade das respostas. Com base nos comentários e observações recolhidas nos testes efetuados, algumas questões foram revistas, de forma a minimizar a possibilidade de não respostas (Sousa e Baptista, 2011).

A versão final do questionário foi convertida para o modelo Google® Drive, para preenchimento *online* (ver anexo II). Os atores sociais seleccionados foram previamente contactados por telefone, e convidados a participar no inquérito, explicando-se o âmbito

e os objetivos pretendidos para o trabalho em curso. O acesso ao questionário foi enviado por *e-mail* com um texto introdutório de apresentação aos objetivos do projeto.

Pode-se afirmar que, na generalidade, a receptividade ao inquérito foi muito positiva, tendo-se conseguido o contacto direto via telefone com 45 entidades. Em 10 casos o contacto foi feito apenas por correio eletrónico. No entanto, foi necessário usar de alguma persistência e repetir os contactos já efetuados, de modo a sensibilizar e persuadir para a resposta ao questionário. As respostas foram sendo recolhidas ao longo de vários meses (entre maio e agosto de 2014), não se vislumbrando nesse período, no entanto, contingências que possam mascarar os resultados da investigação.

Tabela 2: Correspondência das variáveis em estudo da dimensão População com as questões colocadas em questionário.

Variável de estudo	Questões
1 - Atitude ambiental, mobilização para a ação	Q1; Q4; Q6; Q7
2 - Perceção dos riscos ambientais	Q2; Q10; Q11
3 - Princípios e valores face à atividade industrial	Q3; Q5; Q8; Q9
4 - Predisposição para o diálogo com a indústria local	Q12; Q13; Q14

Obtiveram-se 32 respostas que foram sujeitas a validação, por verificação da consistência, extensão e integridade das respostas, tendo sido aceites todos os questionários recebidos. Seguidamente, os dados obtidos foram transferidos para folha de cálculo Excel[®], classificados e codificados.

Os dados primários recolhidos foram analisados com recurso a técnicas de estatística descritiva (Quivy e Campenhoudt, 1995). Para a descrição de valores em escala ordinal foi utilizada a medida de localização ‘mediana’ (Reis, 2008). Para avaliar o grau de

associação entre variáveis (qualitativas), aplicou-se a estatística não paramétrica coeficiente de correlação de Spearman (r_s) para escalas ordinais (eq. 1) (Heiman, 2011).

$$r_s = 1 - \frac{6 \sum d^2}{N(N^2 - 1)} \quad (\text{eq. 1})$$

De forma a fazer-se uma avaliação da disponibilidade da população Sineense para o diálogo e da sua relação com a indústria local, assim como das vantagens resultantes da colaboração com a indústria vizinha para a proteção do ambiente e da saúde humana, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa aplicada às respostas das perguntas abertas (Bardin, 1977). Pretende-se assim fazer uma análise do discurso expresso (conteúdo manifesto), como fonte de informação implícita das condições de produção (conteúdo latente) desse discurso (Vala, 1989), procurando-se significados que permitam concluir quanto à efetiva disponibilidade da população de Sines para o diálogo com a indústria local.

3.3.3. Inquérito às organizações industriais de Sines

Para se fazer a descrição das organizações industriais de Sines, em termos de políticas e modelos de comunicação externa adotadas para o diálogo com a população, e as motivações para incorporar nas suas práticas de gestão a consulta pública, realizou-se um inquérito por questionário aberto de administração direta (Quivy e Campenhoudt, 1995), aplicado a um conjunto de empresas representativas da indústria local. Os dados recolhidos foram analisados de forma a fazer-se uma avaliação da disponibilidade da indústria de Sines para o diálogo com as populações locais.

Na impossibilidade de se consultar todo o universo empresarial de Sines, e por limitações de tempo do próprio trabalho em curso, optou-se por garantir a participação dos aspetos críticos mais significativos, caraterísticos da atividade industrial Sineense, e

suscetíveis de potencial impacte ambiental e social na região (Granjo, 2004), com base nos critérios de dimensão (n.º de trabalhadores/faturação) e atividade desenvolvida. Foram selecionadas oito (8) das principais empresas (ver anexo III), do universo de 1435 organizações industriais existentes no concelho de Sines, constituindo-se assim uma amostra não probabilista de conveniência (Barnett, 2002), intencionalmente selecionada de acordo com os interesses do presente trabalho (Carmo e Ferreira, 2008).

Embora de dimensão reduzida, esta amostra é representativa dos aspetos críticos mais significativos suscetíveis de potencial impacte ambiental e social caraterísticos do tecido industrial da região, permitindo assim extrapolar com confiança quanto à disponibilidade da indústria de Sines para o diálogo com a população local, através da integração da opinião pública nas suas políticas de gestão (Sousa e Baptista, 2011).

As empresas que disponibilizam os seus contactos na página oficial de *internet*, seis no total, foram previamente contactadas por telefone, para averiguar da sua disponibilidade para participar no inquérito, verificando-se uma receptividade muito positiva. No entanto, duas das empresas previamente selecionadas tinham encerrado recentemente a sua atividade, por razões comerciais. Duas outras empresas desta amostra foram contactadas apenas por correio eletrónico, através do envio de um *e-mail* com uma introdução de apresentação ao projeto. Embora tendo sido confirmada a sua receção por estes dois destinatários, não foram obtidas respostas ao questionário.

O questionário à indústria foi estruturado em três grupos de perguntas de resposta aberta, para que a empresa expressasse livremente as suas opiniões, proporcionando-se assim oportunidades de enriquecimento da informação recolhida (Quivy e Campenhoudt, 1995), e dirigido ao responsável de topo da empresa (ver anexo IV). Cada grupo de perguntas foi detalhado em três subálneas, de forma a permitir recolher a informação relevante para a caraterização das variáveis da dimensão **Indústria** em estudo (tabela 3).

Tabela 3: Correspondência das variáveis em estudo da dimensão Indústria com as questões colocadas em questionário.

Variável de estudo	Questões
1 - Política empresarial: Estão as empresas disponíveis para adotar e integrar nas suas políticas de gestão processos de diálogo com a população?	Q1
2 - Modelos de comunicação: Quais os elementos essenciais para o estabelecimento de processos de diálogo com a população?	Q2
3 - Motivações e expectativas: Vantagens que resultam da implementação de processos de comunicação externa com as populações locais.	Q3

Obtiveram-se 4 respostas ao questionário do inquérito aplicado às organizações industriais de Sines, que constituíram assim o *corpus* da análise. Embora o discurso ou narrativa escrita careçam da componente cinestésica e expressividade da expressão oral, esta técnica permite retirar de forma objetiva e sistemática os elementos simbólicos (Carmo e Ferreira, 2008) da estrutura do pensamento onde a lógica interna está presente, ainda que simplificada (Bardin, 1977), como são as respostas escritas a questionários de resposta aberta.

Os dados primários recolhidos foram analisados com recurso a técnicas de análise de conteúdo quantitativa e qualitativa descritiva. Pretende-se deste modo fazer-se uma análise do discurso exposto (conteúdo manifesto), como fonte de informação implícita das condições de produção (conteúdo latente) desse discurso (Vala, 1989). Procuram-se assim significados que permitam concluir quanto à disponibilidade das organizações industriais de Sines para adotar e integrar nas suas políticas de gestão processos de diálogo com a população.

O *corpus* da análise foi codificado em unidades de análise, de extensão reduzida sempre que possível, para assegurar os requisitos de validade e fidelidade do trabalho (Vala,

1989). Definiu-se o tema¹⁵ com significação categorial (unidade semântica) como unidade de registo e o parágrafo como unidade de contexto, quando necessário para a categorização exata do tema (Bardin, 1977). Dado o número reduzido de respostas, não foram consideradas razões de intensidade da significação das unidades de registo em análise (Vala, 1989).

As categorias analíticas de trabalho foram previamente definidas de acordo com os objetivos propostos para o trabalho em curso, seguindo-se os critérios propostos por Bardin (1997) para a categorização temática, nomeadamente em termos de exaustividade e exclusividade (Vala, 1989). Procurou-se também manter reduzido o número de categorias de trabalho, de forma a simplificar o processo de classificação, sem no entanto se perder a compreensão analítica dos significados expressos na mensagem propriamente dita.

A quantificação foi realizada por frequênciação, com a contagem do número de ocorrências de cada categoria temática, considerando-se que a uma maior frequência corresponde uma maior associação à categoria analítica (Bardin, 1977). Os resultados obtidos na análise quantitativa foram tratados com recurso a técnicas de estatística descritiva (Quivy e Campenhoudt, 1995).

A avaliação dos modelos de comunicação externa adotados pelas empresas inquiridas, assim como das vantagens apontadas para o estabelecimento de plataformas de plataformas de diálogo com a população local, foi feita pela sua identificação e listagem através da análise do discurso expresso na resposta ao inquérito.

¹⁵ Oração expressa por verbo ou locução verbal.

3.4. Limitações e pressupostos dos métodos de trabalho

Ao efetuar um estudo social, está-se sujeito a diversas limitações próprias de cada método de trabalho aplicado (Quivy e Campenhoudt, 1995; Carmo e Ferreira, 2008; Sousa e Baptista, 2011), cujos pressupostos estiveram sempre presentes no espírito do autor no sentido de serem minimizadas nomeadamente:

- 1 - moldar a informação recolhida por aceções epistemológicas próprias e subjetivas do autor, introduzindo-se enviesamentos interpretativos;
- 2 - o trabalho com amostras de dimensão reduzida, embora facilitadoras da aplicação de métodos de análise, são passíveis de conter lacunas não imediatamente perceptíveis, mascarando assim os resultados que vierem a ser obtidos;
- 3 - gestão da informação e do tempo, são mecanismos essenciais para a manutenção do andamento do estudo em curso, evitando-se a dispersão temática e o desenvolvimento de áreas irrelevantes ou não essenciais;
- 4 - a elaboração de inquéritos, por questionário e entrevista, adequados à dimensão e profundidade do estudo em curso e a prevenção de 'não respostas';
- 5 - a problematização da questão de investigação, formulação de hipóteses e objetivos de trabalho, e o cruzamento de resultados;
- 6 - a importâncias das questões colocadas, abertas ou fechadas, em inquéritos por questionário, e o detalhe das respostas obtidas;
- 7 - o número de não respostas, ou respostas inválidas, nos questionários de administração direta;
- 8 - a experiência na aplicação da técnica de análise de conteúdos a textos escritos;
- 9 - o contacto por correio eletrónico, na ausência de outras formas, com o destinatário e validação;
- 10 - a análise e interpretação de peças jornalísticas;
- 11 - respostas curtas e superficiais obtidas em questionários de perguntas abertas de administração direta;

- 12 - a ocorrência de respostas incompletas ou baralhadas em questionários de administração direta;
- 13 - introdução de desvios na passagem de dados brutos a dados organizados;
- 14 - inconsistência do processo de categorização temática;
- 15 - interpretação subjetiva da realidade na condução do estudo de caso.

4. Estudo de caso - Concelho de Sines

4.1. A população Sineense e a qualidade do ambiente na região de Sines

O município de Sines situa-se na costa alentejana, no distrito e a sul de Setúbal, e é constituído pelas freguesias de Sines e Porto Covo, ocupando uma área de 202,7 km². A sua fundação data de 24 de novembro de 1362, por carta de foral de D. Pedro I (CMS, 2014). Em 2011 Sines contava 14 238 habitantes e 5621 famílias (INE, 2014a). Tradicionalmente associada às atividades marítimas, a agricultura tem também um vinco profundo nas tradições e cultura das gentes de Sines (Soledade, 1999). Das suas mais notáveis figuras destaca-se Vasco da Gama (ca.1469-1524), descobridor do caminho marítimo para a Índia.

É no princípio da década de 1970, com a construção do porto de águas profundas, que Sines inicia o seu processo de industrialização. Em 1971 é criado o Gabinete da Área de Sines (GAS), com o objetivo de planear e coordenar o desenvolvimento económico e social de Sines. Neste processo evolutivo seguiu-se a refinaria de petróleo bruto e toda a indústria química de base, bem como das respetivas estruturas auxiliares e de apoio. Para o Estado Novo, era o tempo de trazer Portugal para a linha da frente dos países industrializados (Pacheco, 1999).

Com o início das obras do porto em 1973, dá-se também início ao rápido crescimento da população de Sines, com a deslocalização da mão-de-obra da agricultura para a construção de infraestruturas e para as necessárias atividades comerciais e de serviços (Pacheco, 1999). Só na década de 1970, a população na área de Sines cresce 92% (CMS, 2014). Este aumento populacional deveu-se também à forte afluência de imigrantes vindos das ex-colónias africanas, nomeadamente de trabalhadores cabo-verdianos, que se especializaram na construção civil (Góis, 2006). Estes acabaram por assentar e por trazer também as suas famílias para perto de si, constituindo hoje uma importante comunidade na região.

No que se refere ao desemprego (INE, 2014a), verifica-se que também o município de Sines apresenta desde 1960 uma tendência de crescimento do desemprego, à semelhança do panorama nacional. No entanto, é de notar que no ano de 2011 se verifica uma ligeira quebra na taxa de desemprego na região, contrariando a tendência nacional (figura 4).

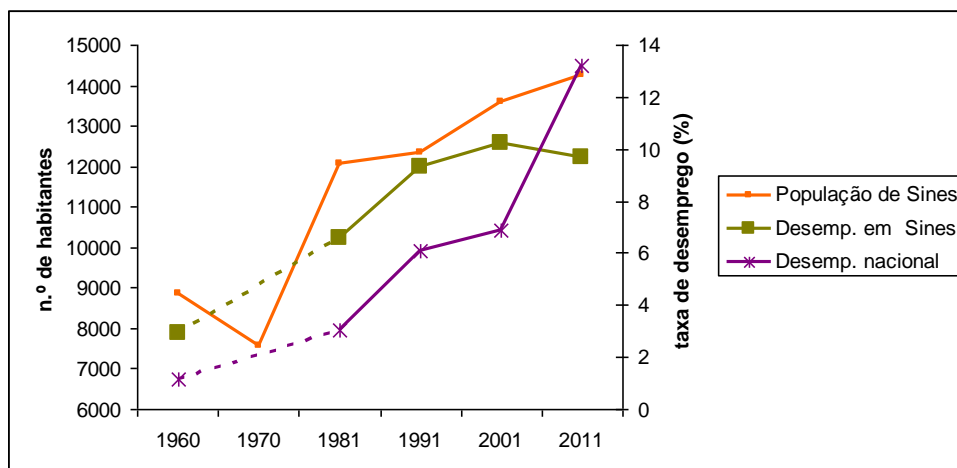


Figura 4: Evolução da população e taxa de desemprego no Município de Sines, de acordo com os dados dos censos da população.

Pode-se afirmar que o conflito ambiental em Sines teve início com as obras de construção do complexo portuário-industrial, que obrigaram à deslocalização do porto de pesca e desinstalação da frota pesqueira local, e à desapropriação de terrenos agrícolas, necessários para a instalação da plataforma industrial (Pacheco, 1999). Desde então, são frequentes as queixas e reclamações ambientais, associadas à utilização dos recursos marinhos e à qualidade do ar na região de Sines (CMS, 2014).

Mas é a partir da década de 1980 que as tensões sociais na região se agudizam. A crise económica que se instala, quando o projeto de construção do complexo está ainda na sua fase de lançamento, levou aquele empreendimento a ser então apelidado de ‘elefante branco’ (CMS, 2014). O crescente descontentamento, potenciado pela degradação da qualidade de vida mas também por uma série de acidentes ambientais ocorridos na região, culminou com a realização em 1982 da primeira ‘greve verde’ em Portugal (Pacheco, 1999), levando os trabalhadores de Sines a paralisarem totalmente as atividades económicas e portuárias em Sines (CMS, 2014).

De entre os acidentes marítimos que naquela época ocorreram na região de Sines, destacam-se os casos da explosão do petroleiro *Campeón* a 15 de agosto de 1980, o derrame de crude do petroleiro *Marão* a 14 de julho de 1989, e a maré negra causada pelo derrame de águas de lastro do navio *The Ogennitor* a 5 de maio de 1990 (BMS, 2014). Estes acontecimentos foram todos profusamente noticiados, quer na imprensa regional quer nacional. A 27 de novembro de 1995, no seguimento de uma série de acidentes relacionados com descargas poluentes nas águas de Sines, os pescadores Sineenses voltam a paralisar a frota pesqueira, como forma de protesto (CMS, 2014).

Desde a década de 1980 que a Câmara Municipal de Sines (CMS) se tem envolvido diretamente em diversas ações de carácter ambiental (CMS, 2014), quer no acolhimento de reuniões populares quer como interlocutor da população junto das entidades da administração central (Pacheco, 1999). São exemplos:

- o projeto de instalação da nova refinaria de Sines (2005/2006);
- a descarga acidental de clínquer no Porto de Sines (2006);
- o projeto de construção de uma nova central de ciclo combinado (2006/2007);
- a contaminação dos solos e captações municipais de águas (2008/2009);
- a crise dos cheiros industriais (2011/2012).

Na década de 1990 chega a Sines a polémica da incineração de RIP, com o projeto de instalação de uma estação incineradora naquela região. A notícia foi recebida em Sines com forte oposição popular, que contou também com o apoio e solidariedade da Câmara Municipal (Gonçalves, 2002). Diversas figuras públicas, individuais e coletivas, vieram então a terreiro alertar para os perigos da incineração de RIP, e sobre os riscos deste processo de tratamento de resíduos para as populações locais.

Jeremy Irons, convidado a dissertar sobre os malefícios da poluição numa conferência realizada pela Comissão de Luta contra a Incineradora aquando de uma passagem sua por Lisboa para filmagens, foi notícia no Correio da Manhã de 17 de abril de 1993, com o título “Jeremy Irons contra incineradora no Alentejo” (BMS, 2014). O Grupo Lontra, uma organização ambientalista local, veio dar a conhecer, através do jornal Público de 4 de abril de 1994, um relatório da Greenpeace que aponta “a destruição do meio

ambiente, o agravamento da incidência de cancro e o aparecimento de deformações biogénicas” como consequências da incineração de resíduos perigosos (BMS, 2014).

A qualidade do ar de Sines tem sido também um tema recorrente da contestação popular, até aos dias de hoje. Nas palavras de Pacheco (1999, p.27), “Em 1981 a população de Sines era gravemente afetada pelos gases e cheiros da Petroquímica sempre que se instalava um pouco de vento leste”. Em 1984 é criada a Comissão de Gestão do Ar, com sede na Câmara Municipal de Sines. Esta Comissão, entretanto já desativada, era constituída por diversos organismos da administração central e regional, e teve por principal tarefa a salvaguarda da qualidade do ar na região de Sines e a comunicação com as populações (AMS, 2013).

Sobre este assunto, o jornal Público, p.ex. publica na sua edição de 17 de novembro de 1995, um artigo sob o título “Poluição provável por etileno”, em que aponta uma descarga daquele poluente ocorrida no complexo petroquímico como sendo a causa da queda precoce dos citrinos das árvores que se situavam nos terrenos envolventes (BMS, 2014). Noutro exemplo, a 25 de janeiro de 1997, o jornal Expresso publica, sob o título “Petrogal viola a lei do ar”, um artigo em que explica que a redução do teor de enxofre no gasóleo verde, determinada por diretiva comunitária, será alcançada com a emissão concentrada daquele poluente pelas chaminés da refinaria.

A questão dos cheiros ganhou especial relevância em Sines nos anos de 2011 e 2012, período em que episódios de maus odores, principalmente durante a noite e madrugada, eram recorrentes (DN, 2014). Dando resposta ao elevado número de queixas que vinham sendo recebidas, a CM de Sines, através do seu Serviço de Ambiente, disponibiliza desde o início do ano de 2012, na sua página de *internet*, um espaço próprio para que a população possa manifestar o seu descontentamento, e apresentar as suas queixas sobre maus cheiros industriais¹⁶ que venham a ser sentidos na região (CMS, 2014). Desde então, segundo dados da câmara, foram já recebidas 657 queixas (figura 5): 303 em 2012, com maior incidência nos meses de janeiro (79,5%) e fevereiro (11,6%), eventualmente por se tratar do arranque do programa; 6 em 2013; e 348 em 2014 até ao mês de outubro, com maior incidência nos meses de março (66,4%) e outubro (23,6%).

¹⁶ Formulário para apresentação de queixas sobre maus cheiros industriais (<http://www.sines.pt/PT/Viver/Ambiente/queixamauscheiros/Paginas/default.aspx>).3

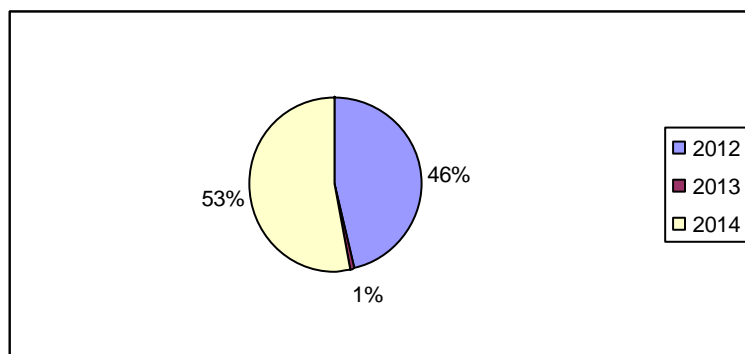


Figura 5: Distribuição anual de queixas e reclamações devidas a maus cheiros em Sines de janeiro de 2012 a outubro de 2014, de acordo com os dados da CM de Sines.

A qualidade do ar em Sines é atualmente monitorizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo (CCDR-A), integrada na rede nacional de estações de monitorização ambiental coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA). De acordo com os dados recolhidos (APA, 2014b), observa-se que, no período de 2002 a 2012, a maior parte dos dias apresentou ‘boa’ qualidade do ar, verificando-se a classificação de ‘má’ numa medição diária realizada em 2004, e em seis medições diárias realizadas em 2006 (figura 6).

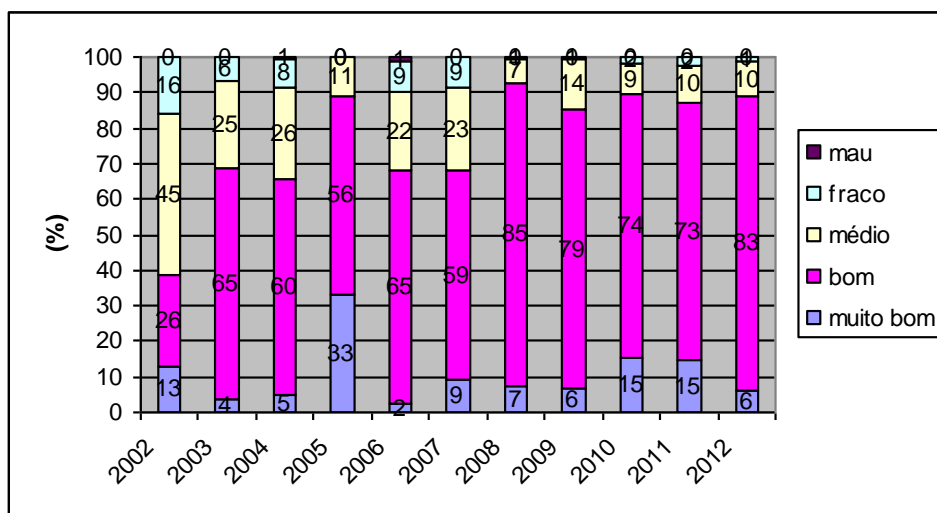


Figura 6: Qualidade do ar em Sines no período 2002-2012, de acordo com os dados do QualAr, APA.

De acordo com os dados disponibilizados pela Inspeção-Geral do Ambiente¹⁷ na sua página de *internet*, registaram-se no período de 2007 a 2011 quinze situações de acidente/incidente (figura 7). Entende-se neste caso por acidente/incidente qualquer situação não controlada, que cause ou possa causar dano ambiental e/ou humano (IGAMAOT, 2014).

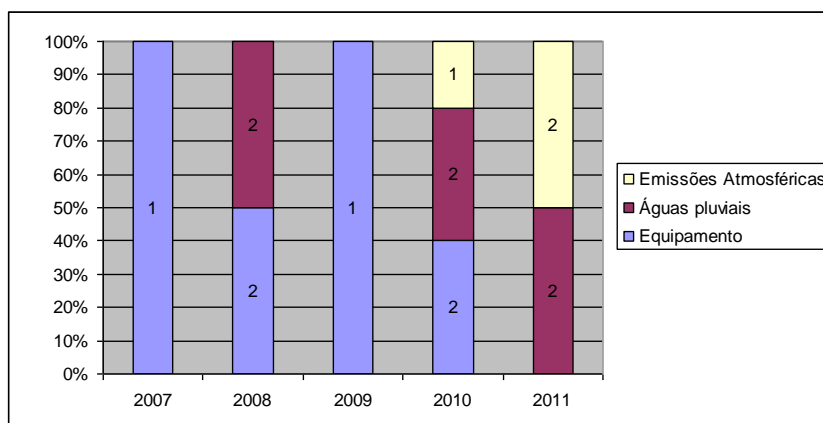


Figura 7: Número de acidentes/incidentes ocorridos em Sines no período de 2007 a 2011, de acordo com os dados da IGAMAOT.

Ainda de acordo com a mesma Inspeção-Geral, foram registadas naquele serviço, entre 2011 e 2014 (tabela 4), 47 denúncias, correspondentes a 516 denunciantes (IGAMAOT, 2013). Estas denúncias foram provenientes de organismos da administração central e local, particulares, empresas públicas e privadas, autoridades policiais e associações ambientalistas, sendo promovida pela IGAMAOT a sua análise, investigação e respetiva resolução, sempre que possível (IGAMAOT, 2013).

¹⁷ Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território: <http://www.igamaot.gov.pt/>.

Tabela 4: Número de denúncias e denunciantes referentes a Sines, entre 2011 e 2014, de acordo com os dados da IGAMAOT.

	Denúncias	Denunciante
2011	15	18
2012	27	283
2013	3	1
2014	2	214
Total:	47	516

Em 2003 a região de Sines foi palco de um estudo, designado SINESBIOAR, que teve por principais objetivos compreender i) a forma como a população percebe a proximidade física ao complexo industrial vizinho e os seus riscos para a saúde e, ii) as variáveis que influenciam essa percepção do risco. O trabalho de campo decorreu entre 24 e 28 de abril desse ano, com a aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população residente em cinco freguesias dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém (SINESBIOAR, 2004).

Os resultados obtidos revelaram a significativa preocupação da população de Sines com a presença do polo industrial na região, e com as consequências que daí poderiam resultar para a sua saúde. Ainda assim, a apreciação dos inquiridos à qualidade de vida e do ambiente no concelho foi tendencialmente positiva (SINESBIOAR, 2004). De acordo com os resultados apresentados, verifica-se que a percepção individual do risco aumenta com a proximidade física ao complexo industrial, mas menos nas pessoas com uma qualquer ligação profissional ao polo. Na opinião dos autores, este facto “parece abrir espaço para uma outra racionalização sobre a presença do polo, ao mesmo tempo que proporciona um melhor acesso à informação” (SINESBIOAR, 2004, p.108).

Este trabalho conclui que os baixos níveis de informação verificados, nomeadamente sobre como agir em situações de acidente industrial que possam pôr em risco a saúde pública e a integridade física das pessoas, mas também de divulgação da qualidade

ambiental, são potenciadores dos receios e preocupações devidas ao desconhecimento (SINESBIOAR, 2004), vincando a perceção individual do risco real e a desconfiança nas instituições responsáveis pela gestão do ambiente.

No ano de 2008, foi iniciado um trabalho de investigação na região de Sines, com o objetivo de testar a utilização de líquenes como bioindicadores para avaliar a exposição humana, e do ambiente, a hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAH)¹⁸. Este trabalho veio demonstrar uma clara associação entre o perfil de PAH encontrado e o uso do solo (urbano, industrial, florestal e agrícola), o que permite a utilização deste método para a determinação da origem de PAH no ambiente. Verificou-se ainda com este trabalho a ocorrência de medições de PAH em solo urbano superiores àquelas realizadas em solo industrial (Augusto *et al.*, 2009).

Tendo por base os resultados obtidos, e considerando a perigosidade dos PAH para a saúde humana, Augusto *et al.* (2012) procuraram avaliar os riscos resultantes da exposição das pessoas a este poluente na área de estudo, concluindo que existe de facto um potencial impacte para a saúde humana por via do solo em espaço urbano. Os autores salientam no entanto a necessidade de se efetuarem estudos de saúde aplicados na região de Sines, nomeadamente na área ocupacional, de modo a avaliarem-se os riscos reais da exposição crónica a este poluente na região (Augusto *et al.*, 2012).

Em 2009 foi lançado o projeto para a Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano (GISA)¹⁹, de iniciativa municipal, que agregou um conjunto de entidades da administração regional e empresas da região (CMS, 2014). O principal objetivo que orientou o projeto GISA foi o desenvolvimento de um sistema para a análise da evolução da poluição do ar na região de Sines, essencialmente resultante das atividades económicas locais, e avaliação dos seus potenciais impactes na saúde das pessoas (GISA, 2012).

No âmbito deste projeto GISA, foi realizado um estudo para avaliar a associação entre a qualidade do ar na região do Litoral Alentejano e a ocorrência de baixo peso à nascença, nas crianças nascidas entre 2007 e 2010. O trabalho de campo incluiu a realização de

¹⁸ PAH é uma classe de compostos orgânicos, pertencentes à família dos poluentes orgânicos persistentes (POP), com propriedades cancerígenas, que resultam normalmente da combustão incompleta de produtos petrolíferos.

¹⁹ O projeto GISA é um projecto multidisciplinar que abrange os concelhos do Alentejo Litoral (<http://www.gisaproject.org/>).

mais de 1600 inquéritos aplicados nos municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines, que foram complementados com 20 entrevistas (GISA, 2012).

Os resultados obtidos neste estudo, demonstraram existir de facto uma associação estatística positiva entre o peso à nascença e a exposição a diversos fatores de risco na gravidez, nomeadamente o índice de massa corporal e os hábitos de tabagismo. Estes resultados sugerem igualmente uma associação estatística positiva, embora modesta, entre o peso à nascença das crianças que estiveram sujeitas ao fumo de tabaco durante o período de gestação e a qualidade do ar (Ribeiro *et al.*, 2014).

De acordo com os dados do INE (2014b), relativos ao peso à nascença das crianças nascidas em Sines e concelhos limítrofes no período de 1995 a 2013, constata-se que todos os municípios considerados registam, no geral, pesos médios mais baixos que a média nacional (figura 8). No entanto, é em Sines que se registam baixos pesos médios à nascença mais vezes (95%). Seguem-se nesta escala Santiago do Cacém (79%), Odemira e Grândola (74%), e por fim Alcácer do Sal (58%).

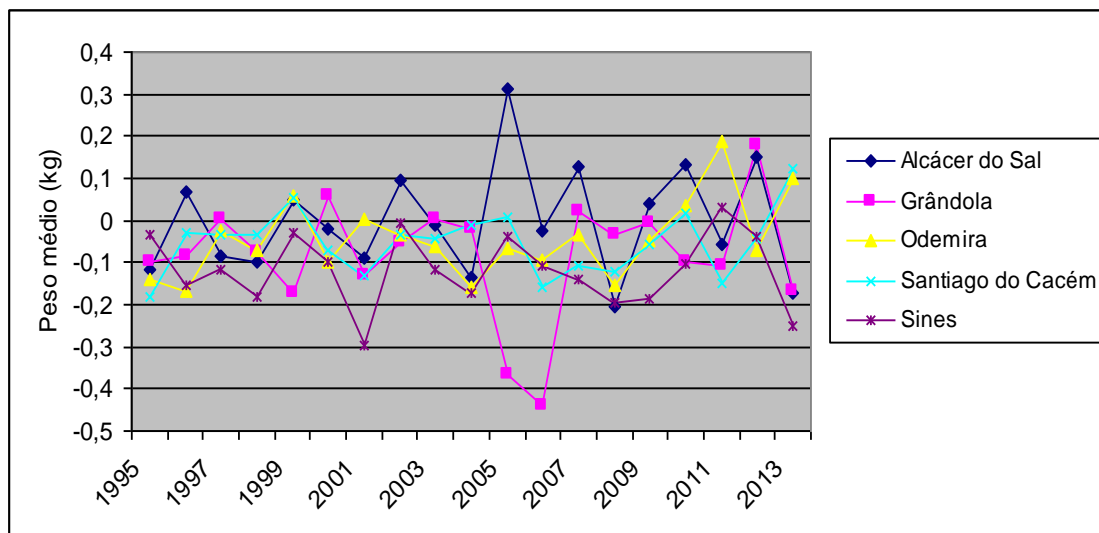


Figura 8: Diferença dos pesos médios à nascença das crianças nascidas nos concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Odemira, Grândola e Alcácer do Sal relativos à média nacional, no período de 1995 a 2013.

Quando se fala de ambiente, associa-se também frequentemente a questão da qualidade da água para consumo humano, e os seus riscos para a saúde. Em Sines, cabe à empresa Águas de Santo André (AdSA)²⁰ o abastecimento em alta de água para consumo doméstico. O abastecimento público em baixa é assegurado pela CM de Sines.

O sistema explorado pela AdSA inclui as etapas de captação, tratamento e distribuição. A captação é feita em seis furos localizados a Norte de Sines, no designado sistema Aquífero de Sines, que abrange os concelhos de Sines, Grândola e Santiago do Cacém (AdSA, 2014). De acordo com os dados apresentados pela ERSAR (2014), entidade que regula as atividades de abastecimento público de água ao consumidor, a água fornecida pelos serviços municipais de Sines e AdSA, no período de 2002 a 2013, foi classificada como ‘água segura’ para o consumo humano (tabela 5).

Tabela 5: Qualidade da água de consumo fornecida à população de Sines no período de 2002 a 2013, de acordo com os dados da ERSAR.

Ano	Análises realizadas (%)	Cumprimento de parâmetros (%)	Classificação global (%)
2002	97,27	98,33	95,65
2003	95,13	98,99	94,17
2004	100	98,2	98,2
2005	100	98,99	98,99
2006	99,91	97,93	97,84
2007	100	99,01	99,01
2008	100	99,27	99,27
2009	100	99,19	99,19
2010	98,69	99,62	98,31
2011	100	99,35	99,35
2012	100	99,05	99,05
2013	100	99,06	99,06

²⁰ Águas de Santo André, S.A.: <http://www.adsa.pt>.

No que se refere à qualidade das águas superficiais e subterrâneas, cabe à APA efetuar a monitorização e controlo dos recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), que transpõe para o direito nacional a Diretiva 2000/60/CE (DQA), e estabelece um quadro de ação comunitária para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição e águas costeiras e das águas subterrâneas.

O Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH)²¹, disponível a partir do *site* da APA, sintetiza em base de dados todas as informações, de hidro-meteorologia e de monitorização da qualidade das massas de água (superficial e subterrânea), recolhidas através da rede de monitorização de recursos hídricos nacional. A estação de Ribeira de Moinhos (26D/50) é a única estação de monitorização da qualidade da água superficial situada no concelho de Sines. Para o controlo das águas costeiras e de transição, o SNIRH não dispõe atualmente de nenhuma estação de monitorização instalada no concelho de Sines.

De acordo com os dados de monitorização das águas superficiais disponíveis (tabela 6), verifica-se que no período de 2009 a 2013, de acordo com os critérios definidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto que determina o tipo de tratamento a aplicar quando a água se destina à produção para consumo humano, diversos parâmetros apresentam resultados acima dos valores máximos recomendados (VMR) e admissíveis (VMA) para as classes A2 e A3 de qualidade da água.

²¹ Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH): <http://snirh.apambiente.pt/>

Tabela 6: Monitorização da qualidade da água superficial em Sines no período compreendido entre 2009 e 2012, de acordo com os dados do SNIRH.

		RIBEIRA DE MOINHOS (26D/50)						
		Azoto amoniacal (mg/l NH ₄)	CBO (5 dias) (mg/l)	CQO (mg/l)	Fosfato total (mg/l PO ₄)	Nitrato total (mg/l NO ₃)	Oxigénio dissolvido (campo) (%)	pH (campo) (Sr)
31-03-2009		0,1	3	10,0	-	6,7	52	7,6
22-02-2010		0,49	5	45,4	-	2,0	-	7,2
15-12-2010		0,04	7	51,0	-	2,0	101	8,4
11-03-2013		0,41	3	21,0	0,071	4,1	48	-
13-06-2013		0,08	3	11,0	0,031	13,0	37	-
28-08-2013		0,29	3	16,0	0,031	6,3	39	-
A1	VMR	0,05	3	-	0,4	25	70	6,5-8,5
	VMA	-	-	-	-	50	-	-
A2	VMR	1	5	-	0,7	-	50	5,5-9,0
	VMA	1,5	-	-	-	50	-	-
A3	VMR	2	7	30	0,7	-	30	5,5-9,0
	VMA	4	-	-	-	50	-	-

VMA - valor máximo admissível

○ > VMR

VMR - valor máximo recomendado

○ > VMA

O aquífero de Sines (sistema multiaquífero) ocupa uma área de 250 km², e abrange toda a bacia hidrográfica de Melides (figura 9). A recarga é efetuada a partir dos afloramentos rochosos e por drenagem dos aquíferos subjacentes, sofrendo ainda efeitos diretos da precipitação e linhas de água superficiais (SNIRH, 2014). O aquífero de Sines é monitorizado a partir de quatro pontos de amostragem, identificados com as referências 494/119, 505/69, 516/126 e 516/127 (SNIRH, 2014).

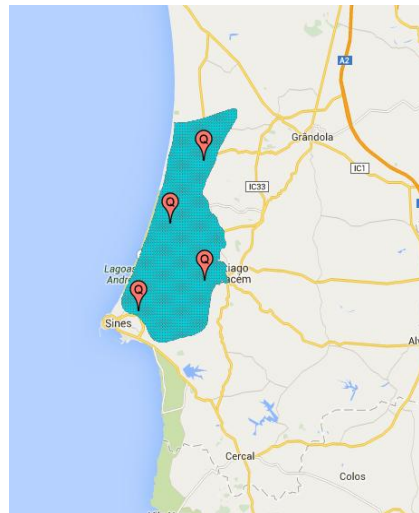


Figura 9: Localização dos pontos de amostragem do aquífero de Sines (SNIRH, 2014).

De acordo com os resultados disponíveis no SNIRH (figura 10), o ponto de amostragem 516/127, localizado no lugar de Monte Feio (entre a cidade de Sines e o complexo industrial petroquímico), foi classificado A3 relativamente ao parâmetro oxigénio dissolvido_(sat.) no ano de 2009. Em 2010 foi classificado > A3 relativamente ao parâmetro fluoretos, e em 2011 A2 relativamente ao parâmetro pH.

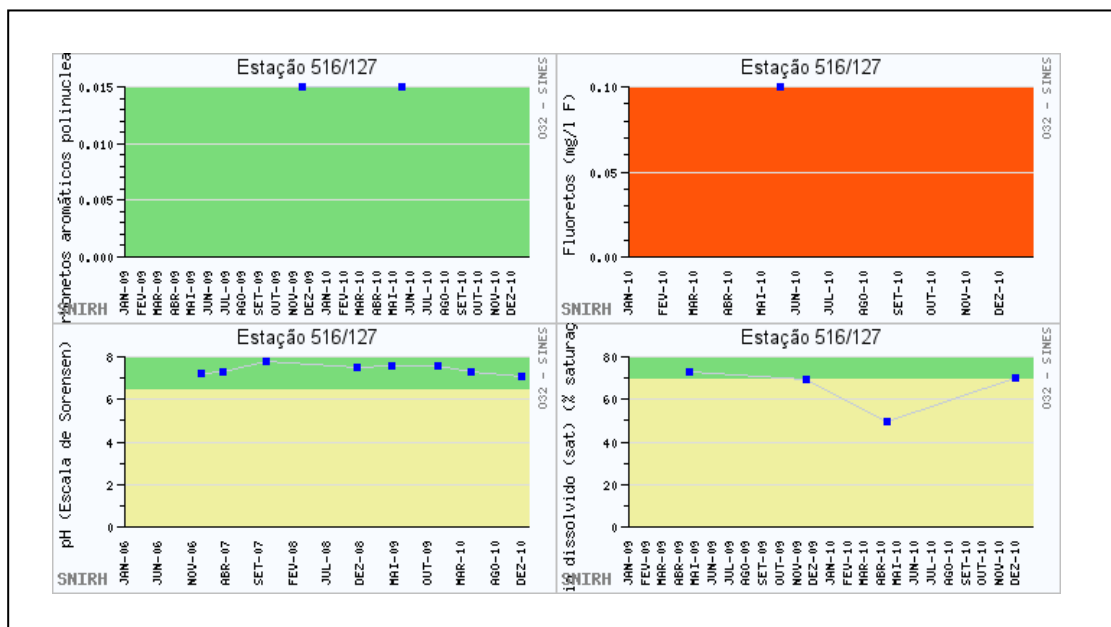


Figura 10: Caracterização da qualidade da água subterrânea no ponto de amostragem 516/127, localizado no lugar de Monte Feio (SNIRH, 2014).

Globalmente, verificaram-se também diversos episódios de contaminação em diferentes campanhas realizadas no período de 2007 a 2012 nos restantes pontos de amostragem (figura 11). No ano de 2007, o ponto de amostragem 494/119 foi classificado A2 por contaminação com azoto amoniacal. O ponto de amostragem 505/69 foi classificado A3 relativamente ao parâmetro condutividade no ano de 2008. No ano de 2010, todos os quatro pontos de amostragem registaram uma classificação > A3 relativamente ao parâmetro fluoretos. No ano de 2011, também todos os pontos de amostragem foram classificados na classe A2, embora em diferentes parâmetros: o ponto 494/119 por coliformes fecais e totais, o ponto 505/69 por oxigénio dissolvido_(sat.), e o ponto 516/126 relativamente ao parâmetro pH.

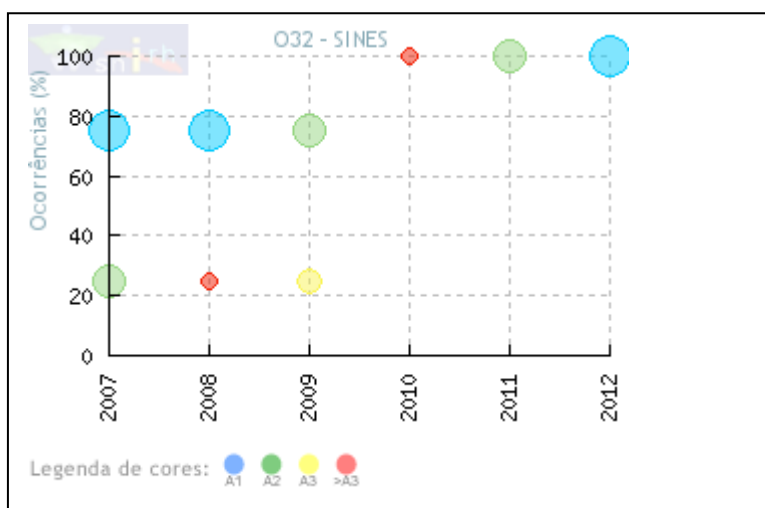


Figura 11: Classificação global da qualidade da água subterrânea no aquífero de Sines (SNIRH, 2014). Classe A1 - tratamento físico e desinfecção, Classe A2 - tratamento físico e químico e desinfecção Classe A3 - tratamento físico, químico de afinação e desinfecção.

Ao abrigo da já referida Lei da Água, compete à APA a avaliação da qualidade das águas balneares, as quais incluem as águas costeiras e de transição: “são águas balneares as águas superficiais, quer sejam interiores, costeiras ou de transição, em que se preveja um grande número de banhistas e onde a prática balnear não tenha sido interdita ou desaconselhada de modo permanente” (SNIRH, 2014).

As águas balneares são desde 2011 classificadas como ‘Excelente’, ‘Boa’, ‘Aceitável’, ‘Má’ e ‘Sem classificação’, nos termos da Diretiva 7/2006/CE. Nos termos da Diretiva

76/160/CEE, até 2010 essa classificação era dada como sendo ‘Boa’, ‘Aceitável’ e ‘Má’. De acordo com os dados disponíveis para o período de 2006 a 2013 (tabela 7), foram sempre atribuídas as classificações de qualidade máxima para as águas balneares das praias de Sines (SNIRH, 2004).

Tabela 7: Classificação das águas balneares das praias da região de Sines, de acordo com os dados do SNIRH.

	GRANDE DE PORTO COVO	ILHA DO PESSEGUEIRO	MORGAVEL	S.TORPES	VASCO DA GAMA	VIEIRINHA
2008	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
2009	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
2010	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
2011	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente
2012	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente
2013	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente

A situação socioeconómica do país em geral, e das pessoas em particular, contribui fortemente para a maneira de estar e agir de cada um. Nos dias de hoje, e de acordo com os dados disponibilizados no portal ‘Conhecer a Crise’²² (FFMS, 2014), verifica-se uma tendência para o aumento do custo de vida (bens alimentares), ao mesmo tempo que acontece uma quebra do consumo privado (figura 12). Revelador da atual situação socioeconómica é o aumento do número de empréstimos à habitação que nos últimos anos entraram em incumprimento, juntamente com a queda do índice de confiança do consumidor verificada.

²² Conhecer a Crise é um portal criado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que pretende dar conhecimento dos principais indicadores sociais e económicos do país, sintetizando diversa informação dispersa por diversas entidades públicas e privadas (<http://www.conheceracrise.com/>).

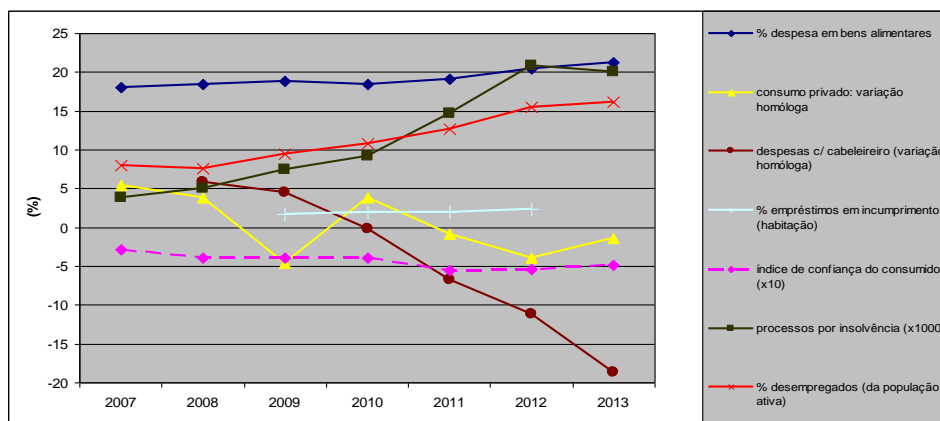


Figura 12: Variação de alguns indicadores socioeconómicos no período 2007-2013, de acordo com os dados do Conhecer a Crise (FFMS, 2014).

Quanto às práticas ambientais individuais (tabela 8), os dados disponíveis não refletem uma tendência de mudança sensível nos comportamentos dos Sineenses, no período de 2009 a 2012. O município de Sines registou no ano de 2012 uma recolha seletiva de 611 kg/hab. de resíduos sólidos urbanos (RSU), bastante acima da média nacional, onde esse valor se ficou pelos 453,3 kg/hab. (PORDATA²³, 2014a). Relativamente ao consumo de energia elétrica para fins domésticos, Sines registou no mesmo ano um consumo de 1171,7 kWh/hab., enquanto a nível nacional esse consumo foi de 1226,6 kWh/hab. (PORDATA, 2014a). Também no que se refere ao consumo diário *per capita* de água para fins domésticos, não se verifica uma tendência clara de redução (ERSAR, 2014).

Tabela 8: Práticas ambientais da população de Sines no período 2009-2012, de acordo com os dados do PORDATA e ERSAR.

	2009	2010	2011	2012
Consumo de eletricidade doméstica (kWh/hab.)	1180	1244	1247	1172
RSU recolhidos por habitante (kg/hab.)	660	702	697	611
Consumo diário de água <i>per capita</i> (m ³ /dia)	0,47	0,26	0,26	0,30

²³ PORDATA - Base de dados de Portugal contemporâneo (<http://www.pordata.pt/Tema/>)

No que se refere a ações de educação ambiental (EA), na região do Alentejo Litoral (NUTS III), onde se insere o município de Sines, entre 2006 e 2007 foram recenseados 23 projetos de EA desenvolvidos por organizações não escolares, colocando a região na segunda posição a nível nacional em termos de número de projetos *per capita* (Schmidt *et al.*, 2010a). No entanto, apenas uma pequena parte das organizações não escolares (14%) referem ter as comunidades locais, e outros grupos não escolares, como alvo nas suas ações educativas (Schmidt, 2010a).

4.2. A indústria de Sines

Como se viu na revisão da literatura, é na década de 1970 que se dá início à grande transformação de Sines (PS, 2004), naquilo que viria a ser uma área de implantação concentrada de indústrias de base e de um terminal oceânico, conhecido pelo ‘Complexo de Sines’ (Pacheco, 1999).

O Complexo de Sines é hoje constituído pela Zona de Atividades Logísticas (ZAL) do Porto de Sines, Zona de Indústria Ligeira 2 (ZIL2) e Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS). É nesta área que se concentram as principais instalações de indústria pesada (figura 13). O complexo portuário-industrial ocupa uma área superior a 3000 ha, envolvendo praticamente todo o perímetro urbano de Sines. Existe ainda uma esteira de tubagens para transporte de produtos químicos e uma linha férrea para o transporte de carvão, que ligam a área portuária de terminais do porto de Sines à refinaria e complexo petroquímico, e à central termoelétrica.

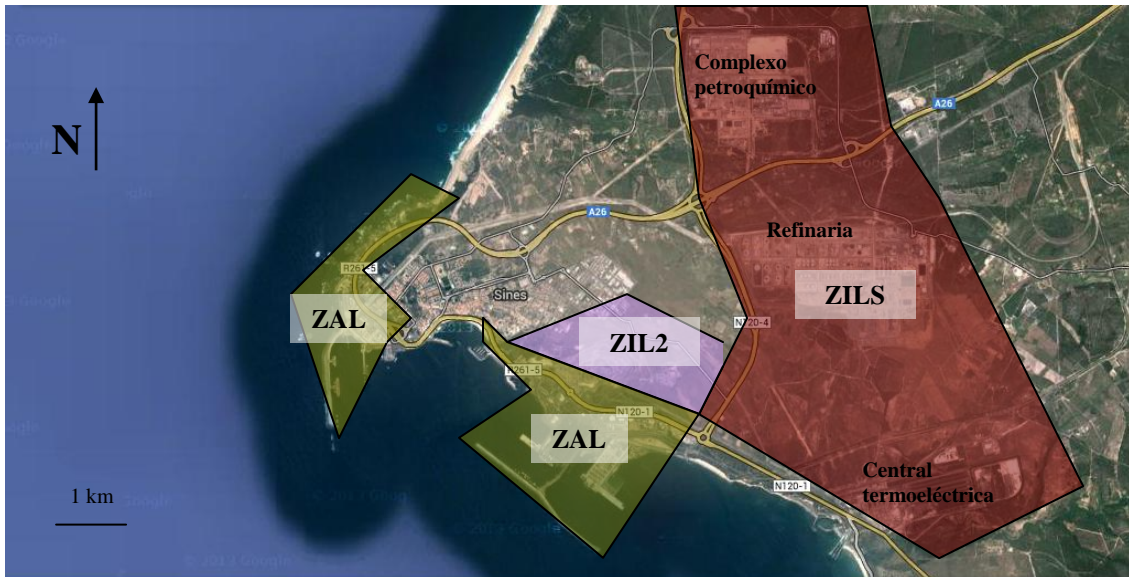


Figura 13: Complexo de Sines - Implantação das áreas portuária e industrial (fonte: Google Earth). Zona de Atividades Logísticas (ZAL) do Porto de Sines, Zona de Indústria Ligeira 2 (ZIL2) e Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Na zona portuária, entraram em atividade em:

- 1978 o terminal petroleiro,
- 1981 o terminal petroquímico,
- 1992 o terminal *multipropose*,
- 2003 o terminal de gás natural liquefeito (GNL), e em
- 2004 o terminal de contentores (terminal XXI).

Na zona industrial entraram em atividade em:

- 1978 a refinaria de petróleo bruto,
- 1981 a instalação de petroquímica,
- 1982 a estação de tratamento de efluentes industriais,
- 1982 a fábrica de negro de carbono,
- 1985 a central termoelétrica a carvão (1º grupo).

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE (2014b), Sines tinha no ano de 2012 60 empresas com atividades incluídas nas secções C – indústria transformadora e D – energia, de acordo com a classificação portuguesa das atividades económicas - CAE_{rev.3} (INE, 2007), de um total de 1435 empresas em atividade (tabela 9). Considera-se no âmbito deste trabalho, que as empresas com atividade económica nestas secções representam melhor o tecido empresarial de Sines, em termos de potencial impacte ambiental mais significativo.

Verifica-se que no período de 2004 a 2012, o número de empresas da secção C, normalmente indústrias de pequena e média dimensão, tem vindo a diminuir desde o ano de 2008, assim como o número global de empresas sediadas no concelho de Sines. Por outro, lado o número de empresas da secção D, com atividades associadas a grandes instalações tem vindo a aumentar, embora moderadamente, mas compatível com a natureza empresarial e industrial de Sines (INE, 2014c).

Tabela 9: Número anual de empresas na região de Sines por atividade económica das secções C e D.

Ano de referência	Total	Secção C	Secção D
2004	1434	85	1
2005	1446	84	1
2006	1474	74	1
2007	1526	71	1
2008	1604	71	2
2009	1567	73	3
2010	1496	66	3
2011	1484	69	4
2012	1435	57	3

Quanto à distribuição das empresas por escalão de pessoal (tabela 10), *i.e.* por número de trabalhadores ao serviço, verifica-se que a grande maioria, ca. 94%, possui 10 ou

menos trabalhadores (INE, 2014c), o que poderá ser um indicador de fragilidade do tecido empresarial de Sines.

Tabela 10: Distribuição das empresas (n.º) anual por escalão de pessoal na região de Sines.

Ano de referência	Total	< 10	10 - 49	50 - 249	> 250
2004	1434	1351	61	19	4
2005	1446	1394	64	22	4
2006	1474	1405	69	20	2
2007	1526	1473	76	17	1
2008	1604	1515	69	18	2
2009	1567	1438	69	17	2
2010	1496	1387	68	17	2
2011	1484	1364	61	20	1
2012	1435	1354	58	20	2

No que se refere ao volume de negócios (tabela 11), enquanto indicador do valor económico gerado (INE, 2014c), verifica-se uma tendência de redução nos valores anuais brutos, naturalmente justificada com o agravamento da situação económica que se vai verificando, não só a nível regional e nacional, mas também internacional.

Tabela 11: Volume de negócios (€) anual por atividade económica das secções C e D na região de Sines.

Ano de referência	Total	Secção C	Secção D
2004	1923 824 123	785 209 681	32 506 316
2005	2075 780 643	873 656 945	41 814 573
2006	2174 829 068	885 011 757	-
2007	2568 904 055	1098 578 896	-
2008	2526 920 520	1008 881 399	49 122 058
2009	2050 776 469	621 295 508	-
2010	2481 619 239	987 960 421	42 526 500
2011	2775 729 554	1172 017 017	51 018 682
2012	2261 775 103	854 012 414	34 818 141

No entanto, comparando o contributo específico das quatro maiores empresas sediadas em Sines para este volume de negócios anual (tabela 12), verifica-se que estas concentram na sua atividade valores relativos sempre superiores a 55% do volume anual gerado pelas 60 empresas de referência das secções C e D, indicador da intensa concentração do valor económico gerado no concelho (INE, 2014c).

Tabela 12: Indicador de concentração do volume de negócios anual das quatro maiores empresas (%) na região de Sines.

Ano de referência	%
2004	66,01
2005	65,55
2006	63,86
2007	68,69
2008	62,84
2009	55,56

2010	62,27
2011	65,58
2012	61,45

No que se refere ao número de pessoas ao serviço (tabela 13), verifica-se uma tendência de crescimento do número de postos de trabalho no período de 2004 a 2011, registando-se apenas ligeiras quebras de 2,4 e 6,1 %, relativamente ao ano anterior, nos anos de 2009 e 2012, respetivamente (INE, 2014c).

Tabela 13: Número anual pessoas ao serviço na região de Sines por atividade económica das secções C e D.

Ano de referência	Total	Secção C	Secção D
2004	16535	2722	2
2005	16793	2774	2
2006	17217	2789	-
2007	18774	2882	-
2008	19457	3173	3
2009	18996	2974	-
2010	19844	3182	5
2011	20476	3170	6
2012	19234	2682	2

Para além de promover a sua imagem corporativa, e de demonstrar o seu compromisso para com as questões sociais e ambientais, as empresas procuram alcançar sinergias que lhes permitam melhorar o seu desempenho ambiental, e assim promover a sua aceitação e o respeito das comunidades em que se inserem, organizando-se voluntariamente em associações profissionais, de caráter setorial ou regional.

São exemplos deste tipo de associações a Responsible Care®²⁴, organização setorial da indústria química, e a COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines²⁵, de âmbito regional, sediada em Sines. A Responsible Care® é uma iniciativa conjunta da indústria química, criada com o objetivo de melhorar a saúde, o desempenho ambiental, aumentar a segurança e comunicar com as partes interessadas sobre os seus produtos e processos. A COMSINES, por seu lado, “visa contribuir ativamente para a promoção da responsabilidade social das empresas da região, o seu crescimento sustentável, e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade de Sines” (AIPQR, 2013).

Outras iniciativas normalmente adotadas, passam pela implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental (SGA), segundo os referenciais ISO 14001:2004²⁶ e o Regulamento EMAS²⁷, ou ainda pela divulgação de relatórios de sustentabilidade e pela realização de atividades culturais e sociais no seio da empresa. Neste tipo de atividades, p.ex. as escolas, os familiares e amigos dos trabalhadores, e os representantes da comunidade e da imprensa local, são convidados a visitar as instalações, e a conhecer a atividade da empresa.

²⁴ A Responsible Care ®: (<http://www.cefic.org/Responsible-Care/>).

²⁵ A COMSINES: (http://www.globalparques.pt/detalhe_newsletter.php?cd_newsletter=146).

²⁶ Management system standards (<http://www.iso.org/iso/iso14000>).

²⁷ Regulamento (CE) n.º 761/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Março de 2001, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

5. Resultados do inquérito - Atores chave da região de Sines

5.1. A população de Sines

A amostra de estudo foi constituída pelas 32 respostas obtidas no questionário aplicado ao painel de atores sociais representativos da população de Sines (ver anexo V), correspondendo a uma taxa de 58% de sucesso. Todas as respostas foram validadas e aceites. Esta amostra revelou-se homogénea quanto ao género (figura 14). Quanto à idade do inquirido, ela revela uma distribuição assimétrica positiva ($G' = 1.82$) centrada na classe de idades entre os 35 e os 45 anos (figura 15).

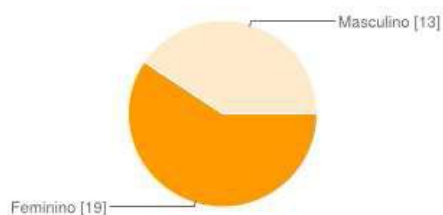


Figura 14: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao género

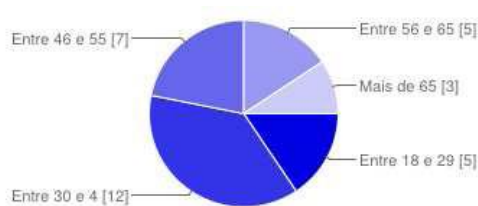


Figura 15: Distribuição da amostra da população de Sines quanto à idade.

No que se refere ao grau de escolaridade 47% dos inquiridos possuíam o nível secundário, e 43% possuíam nível superior, havendo ainda um mestre e um doutorado entre os inquiridos (figura 16). Quanto às atividades profissionais desenvolvidas pelos inquiridos elas abrangem diversos setores da economia, sendo os mais representados os quadros dirigentes da administração pública e superiores de empresas (22%), e o setor administrativo e similar (16%). De salientar ainda os oito (8) inquiridos que selecionaram ‘Outra’, apontando para a variedade de atividades representadas no painel selecionado (figura 17).

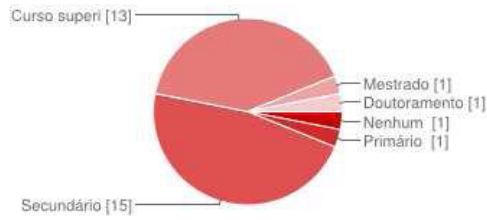


Figura 16: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao grau de escolaridade.

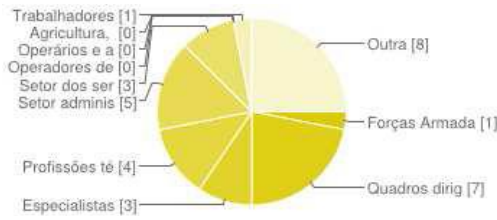


Figura 17: Distribuição da amostra da população de Sines quanto à atividade profissional.

Por outro lado, quanto ao local de residência 27 dos inquiridos (84%) residiam no município de Sines (figura 18), sendo que 22 (82%) o faziam já há mais de 20 anos, a grande maioria (86%) na freguesia de Sines (figura 19).

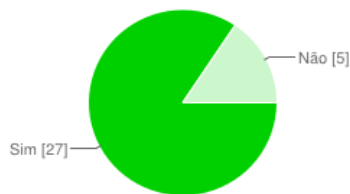


Figura 18: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao local de residência.

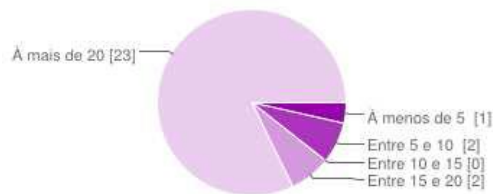


Figura 19: Distribuição da amostra da população de Sines quanto ao tempo de residência na região.

Assim, considera-se a amostra representativa da população de Sines, nomeadamente no que se refere ao género, nível de escolaridade e atividade desenvolvida. A classe de idades entre os 35 e os 45 anos mostra muitas vezes um nível académico e uma consciência e conhecimentos dos assuntos do ambiente acima da média, revelando um maior compromisso para com a defesa do ambiente. Os laços de afinidade da amostra com a própria região de Sines estão assegurados pelo tempo e local de residência dos inquiridos.

De forma a fazer-se uma avaliação da disponibilidade da população de Sines para colaborar com a indústria vizinha na proteção do ambiente e da saúde humana, procurou-se fazer uma descrição das suas atitudes e perceções ambientais, e das suas

relações com a indústria local, procurando-se ainda identificar quais as vantagens que os habitantes de Sines poderão esperar com o estabelecimento de plataformas de diálogo.

5.1.1. Atitudes ambientais

A participação e a cidadania são dois conceitos recorrentemente ligados ao tema do ambiente, normalmente associados ao grau de cultura ambiental das pessoas. Como se viu na revisão da literatura, Portugal teve um despertar tardio para as questões ambientais, o que se tem traduzido até aos dias de hoje numa participação ambiental incipiente (Pinto, 2004). As variáveis aqui discutidas constituem indicadores da atitude individual para uma efetiva participação ambiental.

Em contexto social, as atitudes ambientais individuais são moldadas por uma complexa rede de forças, positivas e negativas, que motivam e orientam o indivíduo para determinada ação, ou simples expressão emocional, em matéria de ambiente ou no que com ele se relaciona (Ávila e Castro, 2002). Essas forças podem ser internas, próprias do indivíduo como o seu sistema de crenças e valores, personalidade e experiência de vida, ou externas, como a envolvente social e económica (Castro, 2004).

Interesses individuais do dia-a-dia (Q1)

As atitudes ambientais são, como se viu também na revisão da literatura, influenciadas por normas sociais de conduta (Castro, 2004). De modo a fazer-se uma avaliação da disponibilidade de mobilização para a participação ambiental, importa perceber quais os assuntos que no dia-a-dia das pessoas mais despertam o seu interesse (tabela 14).

Tabela 14: Atitudes ambientais - Interesses individuais do dia-a-dia.

	Muito interessado (%)	Interessado (%)	Mediana
Questões ambientais	43.8	56.2	Interessado
Cultura e artes	31.2	65.6	Interessado
Novas descobertas da ciência e tecnologia	31.2	65.6	Interessado
Novas descobertas da medicina	34.4	59.4	Interessado
Assuntos políticos	40.6	34.4	Interessado
Notícias desportivas	12.5	53.1	Interessado

Os resultados obtidos no inquérito aplicado aos atores sociais de Sines, mostram o interesse dos inquiridos pelos assuntos ambientais (100%), e pela cultura e artes (97%) assim como pelas novas descobertas da ciência e da tecnologia (97%), e só depois pelas novas descobertas da medicina (94%). Finalmente surgem na escala de interesses individuais os temas da política (75%) e as notícias desportivas (66%).

Estes resultados são coerentes com os obtidos no inquérito Eurobarómetro ‘*Science and Technology*’ (EC, 2010), onde 88% dos inquiridos europeus indicam os assuntos ambientais como sendo o seu principal tema de interesse. Seguem-se as novas descobertas da medicina (82%) e da ciência e tecnologia (79%), a cultura e as artes (69%), os assuntos políticos (68%) e por fim as notícias desportivas (65%).

Os resultados agora obtidos mostram o interesse dos inquiridos pelos assuntos do quotidiano, embora esses interesses possam obviamente variar com as preferências individuais de cada um. Podemos no entanto afirmar que as questões ambientais são um assunto do dia-a-dia dos Sineenses, onde também os temas da ciência e da tecnologia e da medicina, associados à atividade industrial que a rodeia, estão presentes.

Os acontecimentos culturais e das artes são também uma presença regular na vida das pessoas de Sines. São exemplos o Festival Músicas do Mundo que teve a sua origem no intercâmbio cultural com a comunidade cabo-verdiana residente no município, mas também o Carnaval de Sines, que movimenta uma grande parte dos Sineenses. Outros acontecimentos, normalmente promovidos e apoiados pela edilidade local, mas também

pelas associações culturais e recreativas locais, como o Centro de Artes de Sines e o Teatro do Mar têm também lugar frequente no quotidiano das pessoas de Sines.

Envolvimento nas questões ambientais (Q6)

Quando se questionou quanto ao envolvimento nos assuntos do ambiente, contrariamente ao que se poderia esperar a partir da revisão da literatura efetuada (Gonçalves, 2007), verifica-se que os inquiridos no questionário aos representantes da população de Sines se encontram normalmente disponíveis para participar neste tipo de ações (tabela 15), quer efetivamente, de forma ativa direta, quer passivamente, através da assinatura de petições. No entanto, verifica-se uma vincada relutância para a doação de dinheiro, denotando uma eventual rigidez económica.

Tabela 15: Atitudes ambientais - Envolvimento nas questões ambientais.

	Sim (%)	Não (%)
Assistiu a alguma reunião pública de debate sobre ambiente	84,4	15,6
Assinou alguma petição relacionada com o ambiente ou participou em ação de rua	81,2	18,8
Contribuiu com dinheiro para um grupo ambientalista	31,2	68,8
Participou em qualquer ação promovida por uma organização cívica ambiental	68,8	31,2

Os resultados agora obtidos evidenciam uma marcada disponibilidade de mobilização dos inquiridos para a participação ativa e efetiva. Estes dados sugerem uma intensificação da capacidade de ação popular em matéria de ambiente na região de Sines, face aos resultados nacionais obtidos no II Inquérito Observa (Nave, 2004). No

estudo realizado em 2000, sobre as representações e práticas dos portugueses sobre ambiente, a participação em discussões públicas registava uma adesão de apenas 6,9% dos inquiridos, e a subscrição de abaixo-assinados de apenas 18,2%.

Esta fraca mobilização nacional para as questões do ambiente, está também expressa nos resultados obtidos no inquérito do ISSP (Lima *et al.*, 2004), realizado em 2000, onde a análise das práticas ambientais (militância e participação), revelava que apenas 1,8% dos inquiridos portugueses participara, nos últimos cinco anos, numa ação de protesto ou manifestação sobre uma questão ambiental, e apenas 3,7% assinara uma petição relacionada com uma questão ambiental.

A maior mobilização que atualmente se regista no município de Sines advém naturalmente do seu passado recente. Na verdade, desde os finais da década de 1970 que os movimentos populares de ação ambiental são frequentes e recorrentes entre a população local, até aos dias de hoje. Por outro lado, estes dados revelam uma significativa disponibilidade e capacidade de mobilização dos inquiridos para o envolvimento e a discussão dos temas em torno do ambiente.

Comportamentos individuais adotados para a proteção do ambiente (Q7)

No que se refere às práticas ambientais individuais, questionou-se quais os comportamentos adotados pelos inquiridos no último mês (figura 20). Procurava-se deste modo fazer-se uma avaliação dos comportamentos individuais mais adotados pelos Sineenses para a proteção do ambiente.

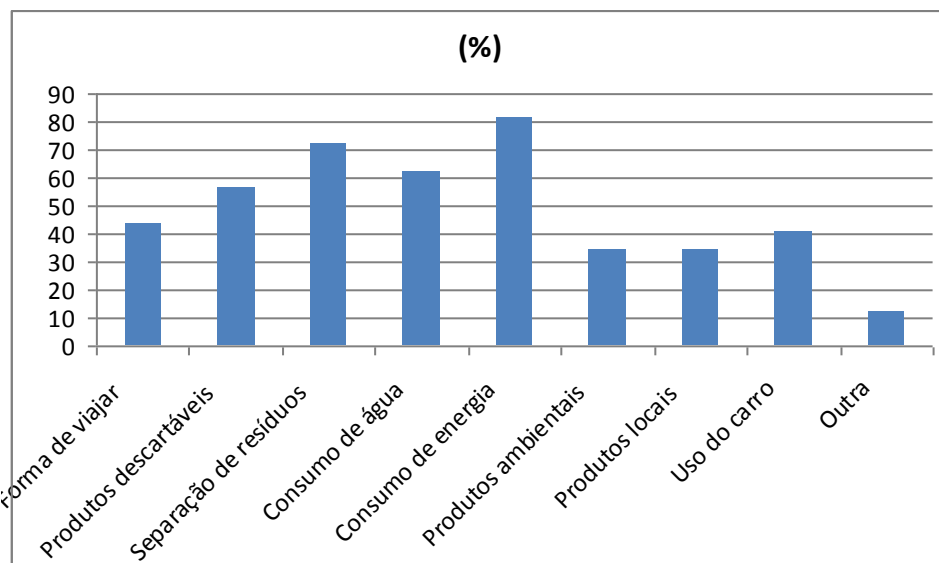


Figura 20: Atitudes ambientais - Comportamentos individuais adotados para a proteção do ambiente.

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que as práticas mais comuns estão associadas ao benefício económico imediato, como são exemplos a redução de consumos, nomeadamente de água (63%) e energia elétrica (81%). Estas tendências eram já notadas no II Inquérito Observa (Nave, 2004), onde se obtiveram, respetivamente, 60% e 75% das respostas para as mesmas questões. A separação de resíduos para reciclagem é também uma prática comum do quotidiano dos inquiridos (72%), seja pela maturidade do tema seja pela disponibilidade dos equipamentos urbanos que permitem a rotina desta prática. Associadas estas vertentes, é de supor que não serão apenas os aspetos economicistas que motivam os comportamentos individuais aqui encontrados.

Outro aspeto que sobressai nesta questão, é a relativamente baixa adesão a outras práticas que exigem um maior esforço pessoal ou preparação. É o caso da escolha da forma de viajar (44%), ou a menor utilização do carro (41%), porque são hábitos que estão enraizados na vida diária das pessoas, ou porque simplesmente não existe muitas vezes alternativa prática viável. A modificação de comportamentos que envolvam elevado esforço ou a alteração de rotinas contribui claramente para a limitação da capacidade de mobilização individual para as práticas ambientais.

Também a aquisição de produtos amigos do ambiente (34%) ou de produtos locais (34%) é uma prática pouco comum. Para isso contribuirão naturalmente a pouca

disponibilidade deste tipo de produtos no comércio tradicional, e o preço elevado a que muitas vezes estão associados. É de salientar, no entanto, o notório aumento de adesão a estas práticas comparativamente aos resultados obtidos no II Inquérito Observa (Nave, 2004), onde apenas 20% dos inquiridos declararam adquirir este tipo de produtos, pese embora a diferença de 10 anos entretanto decorridos, e a eventual mudança de hábitos das pessoas.

A nível europeu, e de acordo com os resultados obtidos no inquérito Eurobarómetro 2011 (EC, 2011) verifica-se uma semelhança entre os comportamentos individuais mais adotados, como a separação do lixo para reciclagem (66%), a redução do consumo de energia (53%), a redução do consumo de água (43%) e a redução de produtos descartáveis (37%). Também a nível europeu, os comportamentos menos praticados são o consumo de produtos amigos do ambiente (17%) e de produtos produzidos localmente (28%). Igualmente o uso do carro (20%) é uma prática com baixa adesão. Estes dados indicam-nos que, em termos de comportamentos ambientais, a população de Sines adota um comportamento individual semelhante ao que é adotado a nível europeu, para a proteção do ambiente.

Razões para a não participação nas questões ambientais (Q4)

A participação pública é, como se viu na revisão da literatura, fundamental para uma cidadania mais ativa e para novas formas de gestão local (Vasconcelos, 2006). Diversas razões são no entanto ainda apontadas como justificação para o impedimento de participação nas questões ambientais (figura 21). As preocupações ambientais estão de facto presentes na população portuguesa, no entanto, a passagem à prática nem sempre é uma realidade. Procura-se com este trabalho perceber as razões que poderão constituir-se como fatores impeditivos de uma ação direta e efetiva em matéria de ambiente.

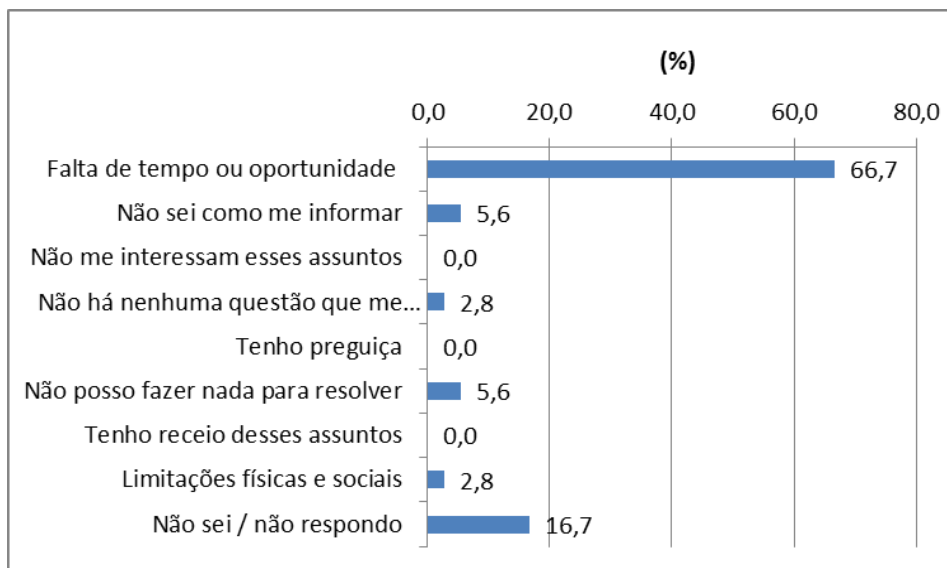


Figura 21: Atitudes ambientais - Razões para a não participação nas questões ambientais.

As razões mais apontadas pelos inquiridos para a não participação nas questões ambientais são a falta de tempo ou de oportunidade (66,6%). A falta de informação (5,6%) e a incapacidade para resolver este tipo de problemas (5,6%) são as razões apontadas por duas pessoas, e apenas uma (2,8%) respondeu não ter qualquer questão que o preocupe ou não o poder fazer por limitações físicas. Salienta-se no entanto a ocorrência de seis não respostas, que correspondem a cerca de 16,7% dos inquiridos.

Os resultados obtidos no inquérito aplicado pelo programa Observa em 2002 (Gonçalves, 2007) sobre as razões para a não procura de informação, revelam que a nível nacional apenas 40% dos inquiridos declararam não ter tempo ou oportunidade. Mas outras razões foram então apontadas como causas da não participação, nomeadamente o não saber como fazer (15%), a falta de interesse (12%) e a não preocupação com as questões ambientais (12%).

Ainda que o painel de atores sociais inquiridos revele um significativo envolvimento nos assuntos que ao ambiente dizem respeito, a falta de tempo ou de oportunidade é a razão mais apontada para a não participação nas questões do ambiente. É um facto que nos dias de hoje, as pessoas estão sujeitas as constantes solicitações que exercem uma elevada pressão sobre a disponibilidade individual para o envolvimento em ações que não sejam imediatamente urgentes, como são as obrigações domésticas e profissionais.

5.1.2. Percepção do risco

Para as populações, a reação ao risco traduz-se em receios e incertezas, que se exprimem em ações de contestação ambiental, geradoras de potenciais conflitos ambientais. A informação disponível tem também um papel importante na construção da percepção do risco, limitado à capacidade de compreensão e de racionalização sobre os temas em análise, e dos próprios modelos de risco (Filho, *et al.*, 2010).

Como se viu no capítulo 2, a percepção ao risco resulta da personalidade e experiência individual, da proximidade e das características do próprio risco (Queirós *et al.*, 2006), mas também da confiança depositada nas instituições responsáveis pela gestão desses mesmos riscos. Neste campo, os meios de comunicação social têm um papel essencial na formação da opinião pública. Se por um lado eles são para a população em geral as principais fontes de informação, nomeadamente a televisão, por outro, são normalmente acusados de sensacionalismo e de dramatização, e de exploração mediática dos riscos ambientais (Beck, 2006; Delicado e Gonçalves, 2007).

Proximidade às questões ambientais (Q2)

Questionou-se o painel de atores sociais de Sines quanto às associações que faz a um conjunto de diferentes questões ambientais previamente identificadas (figura 22). Procurava-se desta forma fazer-se uma avaliação da proximidade subjetiva aos riscos ambientais envolventes, nomeadamente aos de origem industrial (Slovic, 1987). O posicionamento relativamente às questões ambientais, é um indicador da percepção aos riscos existentes na vizinhança.

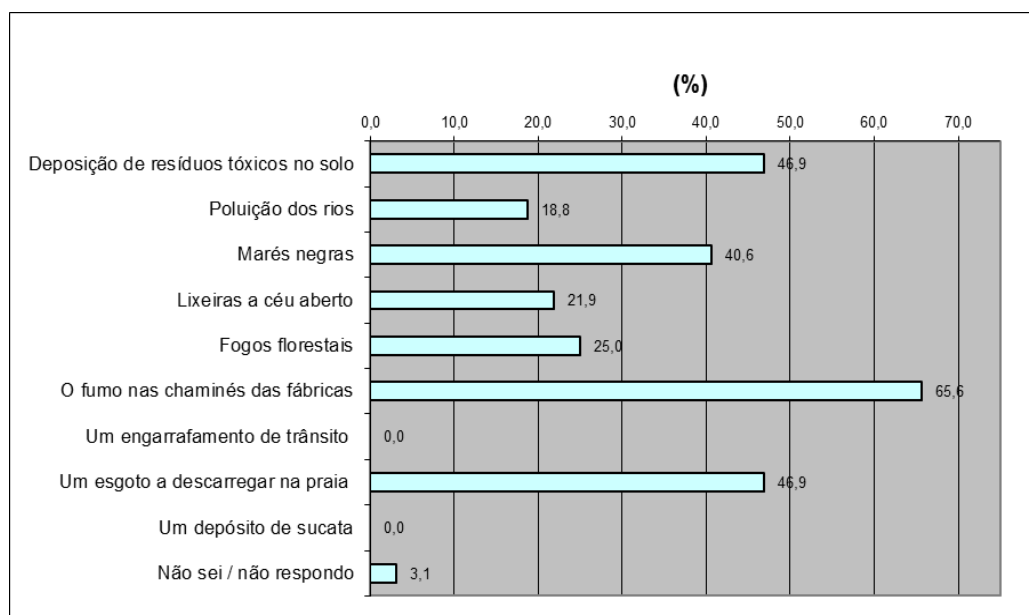


Figura 22: Percepção do risco - Proximidade às questões ambientais.

Os dados obtidos neste inquérito revelam uma clara associação aos problemas ambientais que têm sido recorrentemente alvo de contestação ambiental na região de Sines, nomeadamente o fumo nas chaminés das fábricas (65,6%), a deposição de resíduos tóxicos no solo (46,9%), a descarga de esgotos na praia (46,9%) e as marés negras (40,6%). A proximidade desempenha um importante papel na tomada de consciência para os riscos ambientais, como se viu na revisão da literatura (Langlois, 2012; Che *et al.*, 2013). Eles estão bem presentes no quotidiano e na memória da dos inquiridos, por isso, é expectável que estes apareçam mais frequentemente identificados como imagens ambientalmente mais chocantes.

A nível nacional, os resultados obtidos no II Inquérito Observa (Schmidt *et al.*, 2004) revelam que, enquanto imagens ambientalmente mais chocantes, o fumo nas chaminés das fábricas é apontado apenas por 9% dos inquiridos, enquanto a deposição de resíduos tóxicos no solo aparece com 29% das respostas obtidas. Os esgotos a descarregar na praia com 36% e as marés negras com 46% são as respostas mais frequentes, como imagens ambientalmente mais chocantes.

Os resultados obtidos neste inquérito aparecem consideravelmente diferentes quando comparados com os obtidos anteriormente a nível nacional no II Inquérito Observa (Schmidt *et al.*, 2004). Em comum aparece apenas a questão das marés negras, muito

provavelmente pela difusão e alarmismo mediático de que este tipo de acontecimentos é sempre alvo, mas também pelas suas imagens, sempre muito marcantes. Um exemplo típico da identificação pela proximidade que se verifica neste inquérito é o fumo nas chaminés das fábricas, uma realidade com que a população de Sines vive no seu dia-a-dia, presença constante na paisagem da região.

Potenciais ameaças ambientais (Q11)

Quando questionados quanto a potenciais causas de degradação ambiental existentes na região de Sines, os dados recolhidos permitem concluir que os atores sociais de Sines inquiridos, de uma forma geral, estão preocupadas ou muito preocupadas com um conjunto significativo de acontecimentos (tabela 16). Estes acontecimentos estão direta ou indiretamente ligados aos riscos ambientais envolventes, nomeadamente aqueles que têm origem na atividade industrial vizinha.

Tabela 16: Perceção do risco - Potenciais ameaças ambientais.

	Muita preocupação (%)	Alguma preocupação (%)	Mediana
Doenças pela poluição do ar	87,5	12,5	Muita preocupação
Acidente industrial	87,5	12,5	Muita preocupação
Contaminação por resíduos industriais	75,0	25,0	Muita preocupação
Marés negras	68,8	31,2	Muita preocupação
A contaminação da água das torneiras	71,9	18,8	Muita preocupação
A contaminação dos alimentos	68,8	18,8	Muita preocupação
Acidente numa central nuclear	43,8	6,2	Muita preocupação
Terramotos	37,5	43,8	Alguma preocupação

Os incêndios florestais	31,2	59,4	Alguma preocupação
Cheias por fenómenos naturais	25,0	37,5	Alguma preocupação

As principais ameaças para o ambiente e para a saúde humana, entenda-se preocupações, existentes na região de Sines são, de acordo com os resultados agora obtidos, as doenças pela poluição do ar (87,5%), o acidente industrial (87,5%), a contaminação por resíduos industriais (75%) e as marés negras (68,8%). Também a contaminação da água das torneiras (71,9%) e a contaminação dos alimentos (68,8%), ganham aqui especial relevo, com níveis de muita preocupação.

Verifica-se ainda que os fenómenos naturais, como os terremotos (37,5%) e as cheias naturais (25,0%), registam níveis de preocupação inferiores aos fenómenos de origem industrial, revelando alguma preocupação. Os incêndios florestais (31,2%) representam também alguma preocupação para os inquiridos, naturalmente influenciada pela época estival em que foram recolhidos estes dados.

Por outro lado, alguns riscos, pelas suas características de imprevisibilidade e intensidade, ou pela falta de controlo sobre as causas, geram por si só elevados níveis de preocupação, como é o caso de acidente numa central nuclear (43,8%). Ainda que a instalação deste tipo mais próximo se situe em Espanha, junto à fronteira portuguesa, mas a cerca de 340 km da localidade de Sines, a carga simbólica de um acidente nuclear confere-lhe naturalmente níveis de muita preocupação.

De acordo com os dados obtidos pelo programa Observa em 2002 (Gonçalves, 2007), as causas de maior preocupação a nível nacional são a contaminação da água das torneiras (75%), os incêndios florestais (69%), a contaminação dos alimentos (66%) e as doenças causadas pela poluição do ar (62%). Por outro lado, a contaminação do solo por resíduos industriais (52%), os acidentes industriais graves (43%) e as marés negras (42%), são acontecimentos que geram muita preocupação a um número mais reduzido de inquiridos. Também aqui, são os fenómenos naturais, as cheias (29%) e os terremotos (31%), que geram menos preocupação entre os inquiridos.

Comparativamente, verifica-se uma disparidade entre os dados nacionais recolhidos em 2002 pelo programa Observa (Gonçalves, 2007) e os agora obtidos em Sines. As

principais ameaças ambientais identificadas a nível nacional, prendem-se naturalmente com os casos mais abrangentes, ou de maior divulgação mediática, como são os casos da contaminação da água e dos alimentos, mas também os incêndios e as doenças causadas pela poluição do ar. Os acontecimentos menos apontados, como a contaminação do solo, os acidentes industriais e as marés negras, surgem naturalmente pelo efeito de diluição de significância que se verifica a nível nacional, mas que se encontram bastante vinculados na população de Sines. Este resultado reforça a importância de se realizarem estes estudos a nível regional, quando se pretende analisar problemas ambientais locais e mais específicos.

Principais causas de degradação ambiental (Q10)

No que se refere às fontes de degradação ambiental, a atividade industrial surge tradicionalmente como a principal causa de poluição do ar e da água. Quanto à sua influência na região de Sines, verifica-se que também aqui as causas mais apontadas são as diretamente associadas às atividades industriais e económicas (tabela 17).

Tabela 17: Perceção do risco - Principais causas de degradação ambiental.

	Muita ou alguma influência (%)	Nem muita nem pouca (%)	Mediana
A atividade industrial	100	0	Muita influência
As grandes empresas multinacionais	97	0	Muita influência
O crescimento económico	91	6	Alguma influência
A concentração urbana	66	16	Alguma influência
O consumismo	59	25	Alguma influência
O aumento da população	56	34	Alguma influência
O subdesenvolvimento de	44	19	Alguma influência

alguns países			
A industrialização da agricultura	34	22	Pouca influência

De acordo com os resultados agora obtidos, verifica-se que é a atividade industrial (100%) e as grandes empresas multinacionais (97%) que contribuem com muita influência para a degradação ambiental na região de Sines.

Entre os fatores que contribuem com alguma influência surge o crescimento económico (91%). Também os aspetos sociais, nas suas diferentes escalas, parecem contribuir com alguma influência na qualidade do ambiente local, como a concentração urbana (66%), o consumismo (59%), o aumento da população (56%) e o subdesenvolvimento de alguns países (44%). Note-se que estes fatores se fazem sentir na região de Sines possivelmente desde a década de 1970, com o intenso crescimento populacional que se deu por essa altura, devido aos movimentos migratórios que se registaram na região.

Por outro lado, e com menor influência da degradação ambiental na região de Sines, surge a industrialização da agricultura (34%). Esta atividade, naturalmente ainda muito ligada às tradições ruralistas e pouco às novas tecnologias e práticas de produção intensiva, parece ter pouca influência na degradação do ambiente nesta região.

Face aos resultados obtidos no II Inquérito Observa (Lima e Guerra, 2004a), a população Sineense valoriza mais a atividade industrial enquanto causa de degradação ambiental, relativamente aos 96% dos inquiridos portugueses, que consideravam então esta atividade como importante ou muito importante. O mesmo no que se refere às grandes empresas multinacionais, que em 2000 registavam 81% das respostas, e ao crescimento económico, com apenas 78%.

Os dados agora obtidos sugerem que, muito provavelmente devido à maior proximidade relativa aos fatores de degradação ambiental identificados, os inquiridos tendem a valorizar mais os aspetos diretamente associadas à produção industrial e às atividades económicas, como principais causas de degradação ambiental.

5.1.3. Princípios e valores

Os comportamentos individuais pautam-se por um conjunto de valores e princípios próprios, que num determinado contexto social moldam as atitudes do indivíduo para a ação efetiva. É esta atitude que está na origem da maneira de agir de cada um, nomeadamente no que se refere ao ambiente e ao que com ele se relaciona, e que importa conhecer (Lewin, 2004).

Como se viu na revisão da literatura, os portugueses revelam uma elevada preocupação para com o ambiente (Schmidt, 2000). Neste campo, os aspetos da confiança nas instituições, públicas e privadas, que tutelam o ambiente, da informação disponível, em termos de qualidade e de quantidade, do espaço social envolvente e da conjuntura socioeconómica em que se vive, têm um efeito moldante no comportamento individual, onde cada decisão é perspetivada em função da sua experiência e cultura, mas também das suas necessidades básicas e imediatas.

Posicionamento face ao ambiente (Q3)

Questionaram-se os atores sociais de Sines sobre um conjunto de afirmações em matéria de ambiente (tabela 18), de forma a avaliar em que medida as atitudes ambientais condicionam as práticas individuais, *i.e.* se os indivíduos defendem uma posição inclusiva na proteção do ambiente, ou se pelo contrário, esse é um problema 'dos outros', daqueles a quem se atribuem as responsabilidades pela proteção do ambiente.

Tabela 18: Princípios e valores - Posicionamento face ao ambiente.

	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Mediana
A proteção do ambiente é muito importante para todos	87,5	12,5	Concordo plenamente
Os problemas ambientais têm um efeito direto sobre a nossa vida diária	78,0	22,0	Concordo plenamente
Todos podemos desempenhar um papel importante na proteção do ambiente na região de Sines	78,0	22,0	Concordo plenamente
Os grandes poluidores devem ser os principais responsáveis pela proteção do ambiente	72,0	18,0	Concordo plenamente

De acordo com os resultados obtidos neste inquérito, todos os inquiridos concordam que a proteção do ambiente é muito importante para todos, sendo que 87,5% concordam plenamente com esta afirmação. Por outro lado, e quanto ao facto dos problemas ambientais terem um efeito direto na vida diária das pessoas, 78% dos inquiridos em Sines, declaram concordar plenamente com esta afirmação.

No que se refere à intervenção direta, 78% dos inquiridos concordam plenamente que todos podem ter um importante papel na proteção do ambiente na região de Sines. Por outro lado, quando se trata de atribuir responsabilidades, 72% concordam plenamente que compete àqueles que são os principais responsáveis pelas emissões de poluentes assegurar e zelar pela proteção do ambiente.

Os resultados obtidos no inquérito do Eurobarómetro 2011 (EC, 2011), mostram que a nível europeu apenas 58% dos europeus questionados referem considerar a proteção do ambiente muito importante, enquanto 76% declaram concordar que os problemas ambientais têm um efeito direto na vida das pessoas. No que se refere à proteção do ambiente, 87% dos inquiridos europeus concordam plenamente que todos temos um papel a desempenhar. Por outro lado, quando se trata de atribuir responsabilidades, 91% dos europeus declara que a proteção do ambiente cabe aos grandes poluidores.

No mesmo questionário aplicado a nível europeu em 2011, mas no que se refere apenas à população portuguesa, verifica-se que esta segue a tendência europeia, com 51% dos inquiridos a considerar a proteção do ambiente muito importante, e que 75% dos portugueses reconhecem um efeito direto causado por problemas ambientais na sua vida diária. No que se refere à proteção do ambiente, apenas 79% dos portugueses concordam poder ter um papel a desempenhar para esse fim, e 92% consideram mesmo que essa responsabilidade cabe aos grandes poluidores.

Estes dados permitem verificar significativas diferenças de opinião a nível europeu, nacional e local. Enquanto à escala regional de Sines a proteção do ambiente parece revelar elevada importância entre os inquiridos, essa importância aparece bastante reduzida, quer à escala europeia quer à escala nacional. Por outro lado, enquanto a nível europeu e nacional se considera que compete de facto aos grandes poluidores a responsabilidade pela proteção do ambiente, os atores sociais de Sines inquiridos parecem ser bastante mais tolerantes quanto à atribuição dessas responsabilidades.

Os resultados agora obtidos, nomeadamente quanto à importância e ao papel a desempenhar na proteção do ambiente, parecem sugerir uma certa disponibilidade para a partilha de responsabilidades e para a colaboração ativa com aqueles que enquanto grandes poluidores são os principais responsáveis por assegurar essa proteção, demonstrativa de predisposição para a colaboração dos inquiridos com a indústria local.

Confiança institucional (Q5)

A confiança institucional desempenha um papel determinante na construção individual dos comportamentos ambientais. Questionaram-se os atores sociais chave de Sines quanto à confiança que lhes sugerem diversas fontes de informação, quando se trata de assuntos do ambiente (tabela 19). Neste campo, os *media* em geral e a televisão em particular desempenham, um importante papel na difusão da informação ambiental. No entanto, como se viu (capítulo 2), quantidade e qualidade informativa nem sempre andam juntas quando se trata de questões ambientais (Almeida e Graça, 2000).

Tabela 19: Princípios e valores - Confiança institucional.

	Muita confiança (%)	Alguma confiança (%)	Mediana
Cientistas e peritos científicos	31,2	50,0	Alguma confiança
Profissionais da saúde e médicos	28,1	62,5	Alguma confiança
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)	21,9	59,4	Alguma confiança
Associações ambientalistas e de consumidores	21,9	56,2	Alguma confiança
Autarquias locais	18,8	65,6	Alguma confiança
Administração Regional	15,6	68,8	Alguma confiança
Instituições europeias	12,5	56,2	Alguma confiança
Comunicação social	9,4	50,0	Alguma confiança
Governo nacional	3,1	43,8	Alguma confiança
Organizações industriais	0,0	25,0	Indiferente

Talvez surpreendentemente, considerando a história recente do caso da co-incineração em Portugal, é a classe dos cientistas e peritos científicos que recolhe mais confiança (31,2%) por parte dos inquiridos. Se considerarmos uma avaliação global, *i.e.* com alguma ou muita confiança, são os profissionais da saúde e os médicos que transmitem mais confiança (90,6%). Salienta-se neste campo a confiança positiva granjeada pelas instituições públicas regionais (84,4%), nomeadamente as autarquias locais e os órgãos regionais responsáveis pela área do ambiente, assim como pela APA (81,3%), enquanto organismo da administração central, e pelas associações ambientalistas e de consumidores (78%). As instituições europeias (68,7%) e a comunicação social (59,45%) são, neste campo, quem menos merece a confiança dos Sineenses inquiridos.

No extremo oposto, em que menos de metade dos inquiridos declaram ter muita ou alguma confiança, encontram-se o governo nacional (46,9%) e as organizações industriais (25,0%). Esta falta de confiança pode ser interpretada por um lado pelo afastamento das pessoas aos processos de decisão ambiental, e por outro pelo empolamento mediático dos temas ambientais, ou que com ele se relacionam.

A nível nacional, e de acordo com os dados obtidos em 2000 no II Inquérito Observa (Schmidt *et al.*, 2004), são os meios de comunicação social a conquistar maiores níveis de confiança positiva, nomeadamente a televisão (75%), a rádio (65%) e os jornais e revistas (60%). Na escala nacional da confiança institucional seguem-se a classe médica (70%), as associações ambientalistas (65%), o ministério do ambiente (61%) e as autarquias locais (49%). Também a nível nacional, são as empresas (21%) e os partidos políticos (20%) que merecem menos confiança por parte da população portuguesa.

No II Inquérito Observa, e no que se refere às fontes de informação ambiental mais utilizadas, é a televisão a opção mais nomeada (89%), enquanto as fontes oficiais, como as autarquias (16%) e o ministério do ambiente (14%) ficam bastante mais aquém nesse papel de comunicação com as populações (Schmidt *et al.*, 2004). Isto poderá parecer algo paradoxal, porque se, por um lado, é a televisão a principal fonte de informação, por outro, ela não gera especial confiança na população portuguesa.

A nível europeu, e de acordo com os resultados do Eurobarómetro 2011 (EC, 2011), os níveis de confiança mais elevados vão para os cientistas (40%) e para as associações ambientalistas (37%). Seguem-se nesta escala europeia de confiança institucional a televisão (29%), os jornais (16%) e a rádio (10%). Iguamente baixos a nível europeu são os níveis de confiança nos partidos políticos (9%), no governo nacional (7%) e nas empresas industriais (3%).

Os dados agora recolhidos refletem naturalmente as circunstâncias sociais e locais da região de Sines, onde a afinidade às instituições regionais se faz naturalmente sentir com mais facilidade. Talvez o caso mais significativo seja a enorme quebra de confiança que se regista nos *media*, relativamente aos resultados nacionais de 2000 (Schmidt *et al.*, 2004). Esta diferença será naturalmente resultante do maior espírito crítico e amadurecimento científico da população Sineense, onde a projeção mediática perde para as questões ambientais, presença constante no dia-a-dia das pessoas.

Medidas para a resolução dos problemas ambientais (Q8)

Face aos problemas ambientais existentes na região, questionou-se quanto às soluções mais eficazes para os resolver (figura 23). Pretende-se desta forma avaliar-se quanto à orientação interventiva das pessoas, se por um lado se defende uma abordagem conservadora e punitiva por parte do Estado, ou se, por outro, se defende uma abordagem mais pedagógica e construtiva dos comportamentos ambientais.

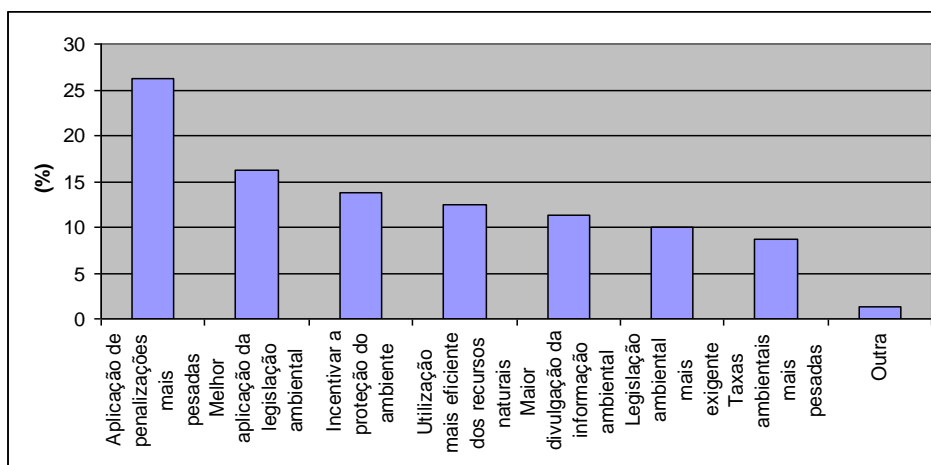


Figura 23: Princípios e valores - Medidas para a resolução dos problemas ambientais.

Os dados obtidos mostram que, na opinião dos inquiridos, a resolução dos problemas ambientais passa claramente pela aplicação de penalizações mais severas, nomeadamente económicas, para os infratores da legislação ambiental (66%), juntamente com uma melhor aplicação da legislação ambiental (41%). Ainda do lado sancionatório, é assinalada a necessidade de legislação ambiental mais exigente (25%) e de aplicação de taxas ambientais mais pesadas sobre os danos ambientais (22%).

No que se refere à aplicação de medidas preventivas e de promoção ambiental, o incentivo à iniciativa privada e aos cidadãos na proteção do ambiente (34%), a utilização mais eficiente dos recursos naturais (31%) e a divulgação de mais

informação, sobre as questões ambientais (28%), são as soluções apontadas pelos inquiridos para a resolução dos problemas ambientais. Estas medidas sugerem uma orientação tolerante e construtiva, próprias da disponibilidade individual para a colaboração na proteção do ambiente.

Em 2000, de acordo com os dados obtidos no II Inquérito Observa (Schmidt *et al.*, 2004), esta opinião de aumentar a penalização e a normalização fazia-se já sentir, ainda que de uma forma menos acentuada. 37% dos inquiridos a nível nacional, considerava na altura que as ações governamentais prioritárias, para a resolução dos problemas ambientais, deveriam ser a fiscalização, autuação e proibição das atividades poluentes, enquanto que apenas 28% apoiava a realização de ações pedagógicas.

A nível europeu, e de acordo com os resultados do inquérito Eurobarómetro 2011 (EC, 2011), 36% dos inquiridos considerava que a aplicação de multas será a maneira mais eficiente de combater os problemas ambientais. Por outro lado, 25% dos europeus consideram que a solução dos problemas ambientais passa pela melhor aplicação da legislação ambiental, enquanto 26% consideram que essa solução passa pela difusão de melhor informação sobre ambiente. No caso particular de Portugal, e de acordo com o mesmo inquérito, a aplicação de multas é a solução proposta por 44% dos portugueses, enquanto 26% preferem uma melhor aplicação da legislação ambiental, e 14% propõe uma melhor divulgação da informação.

Os resultados agora obtidos para a região de Sines, mostram a desconfiança que as pessoas sentem sobre o sistema: por um lado as empresas que não cumprem a lei, por outro, as autoridades que não a fazem cumprir. Ainda assim, as pessoas esperam que o estado venha a cumprir o papel de regulador que lhe compete, seja pela criação de incentivos à proteção do ambiente, seja pela criação de legislação ambiental mais exigente ou pela aplicação de taxas ambientais mais pesadas aos poluidores (Lima e Schmidt, 1996).

Disponibilidade para pagar mais pela proteção do ambiente (Q9)

De forma a avaliar-se a capacidade das pessoas para suportar um maior esforço económico em diferentes vertentes, questionou-se quanto à disponibilidade individual para pagar mais pela proteção do ambiente (figura 24).

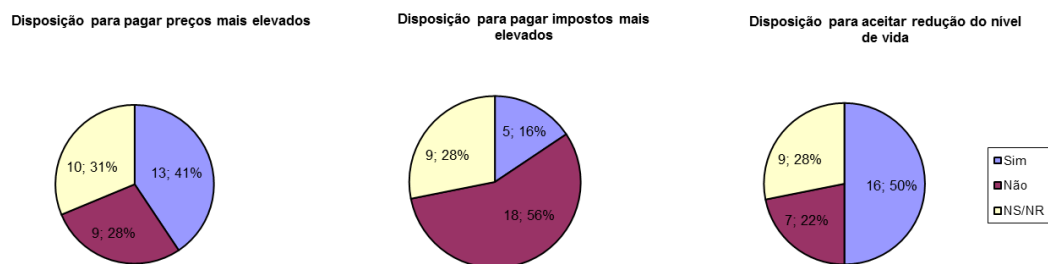


Figura 24: Princípios e valores - Disponibilidade para pagar mais pela proteção do ambiente.

De acordo com os resultados agora obtidos, os atores sociais de Sines inquiridos consideram que poderão prescindir ainda de uma parte do seu conforto pessoal em prol do ambiente, aceitando uma redução do seu nível de vida (50%). Menos disponibilidade vai para o aumento dos preços (41%), e menos ainda no que se refere a um eventual aumento de impostos (16%). De salientar a elevada taxa de não respostas a esta questão (30%), em que embora sem uma declaração expressa de oposição, os inquiridos não se mostram no entanto particularmente abertas a este tipo de medidas, mesmo que elas se mostrem importantes na proteção do ambiente.

Se observarmos os dados obtidos no inquérito do ISSP, realizado a nível nacional em 2000 (Lima e Guerra, 2004b), verificamos que a disponibilidade das pessoas para estas medidas era já bastante baixa: 39% para o pagamento de preços mais elevados, 18% para o aumento de impostos, e 13% para a redução da qualidade de vida. Aspeto a realçar é que a taxa de não respostas que se situava nos 30%, à semelhança da encontrada na população de Sines.

As diferenças que se observam na maior disponibilidade dos inquiridos, quer para uma redução do nível de vida quer para o aumento de impostos, face aos resultados obtidos

em 2000, poderão resultar de uma maior capacidade económica dos Sineenses, que resulta do nível técnico exigido para o trabalho nesta região, naturalmente melhor remunerado (PORDATA, 2014b). Estes dados parecem sugerir que os Sineenses estão de facto disponíveis para suportar maiores esforços individuais, nomeadamente económicos, na proteção do ambiente.

5.1.4. Predisposição para o diálogo com a indústria local

De forma a avaliar-se a disponibilidade dos habitantes de Sines para o diálogo com a indústria local, importa antes de mais perceber qual a sua predisposição para a ação efetiva, *i.e.* conhecer a sua atitude para com a atividade industrial da região, se de recetividade, ou, pelo contrário, se de oposição. Neste campo, como já se viu, as atitudes individuais atuam como forças facilitadoras ou, pelo contrário, como forças inibidoras para o estabelecimento de plataformas de diálogo entre as populações e a indústria vizinha (Lewin, 2004).

Relação com a indústria local (Q12)

Questionaram-se os atores sociais chave de Sines quanto à existência atualmente de situações de conflito, ambiental ou social, com a indústria local, como forma de se avaliar quanto à sua disponibilidade para o diálogo efetivo com as organizações industriais. De uma forma geral, os resultados obtidos sugerem existir de facto uma situação de conflito na região de Sines, como se verá (figura 25).

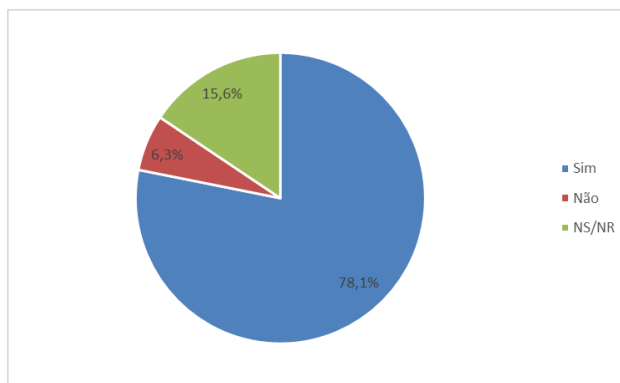


Figura 25: Existência de conflitos ambientais ou sociais na região de Sines, entre a população e a indústria local.

De acordo com os dados obtidos, verifica-se que 78% dos inquiridos considera existirem conflitos de carácter ambiental e social na região de Sines, enquanto apenas 6% considera não existirem. As principais razões apontadas para este conflito entre a população e a indústria local, são a própria existência da atividade industrial, e os seus efeitos físicos mais visíveis como a poluição atmosférica e do mar, os cheiros e os fumos das fábricas, até à proximidade que se verifica entre a população e a atividade industrial (figura 26).

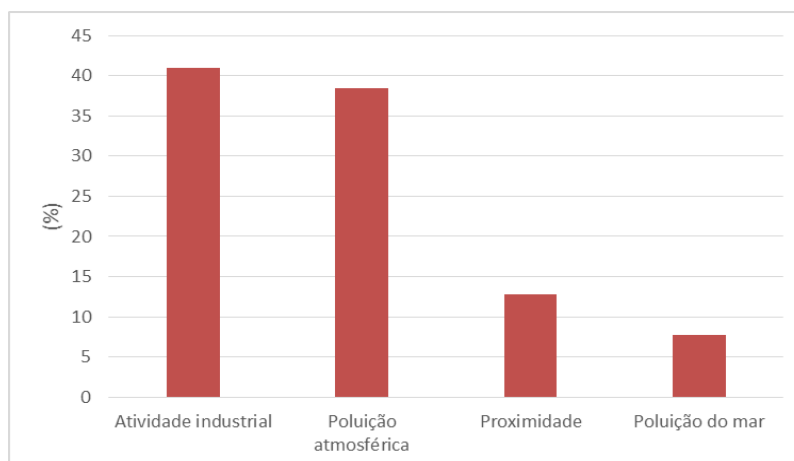


Figura 26: Razões para o conflito existente na região de Sines, entre a população e a indústria local.

Destes resultados destacam-se a atividade industrial (41%) e a poluição atmosférica (38%), fatores que se encontram em concordância com os resultados previamente obtidos. Os atores sociais inquiridos demonstram de facto muita preocupação com as

doenças causadas pela poluição do ar, enquanto potencial ameaça ambiental, sendo a atividade industrial a principal causa da degradação ambiental em Sines.

Predisposição para a colaboração (Q13)

De forma a fazer-se uma avaliação da disponibilidade da população Sineense para o diálogo com a indústria local, questionou-se quanto à predisposição para a colaboração com as organizações industriais de Sines, para melhorar a proteção do ambiente e da saúde humana. Os resultados obtidos sugerem que de facto os inquiridos estão de uma forma geral disponíveis para colaborar (figura 27).

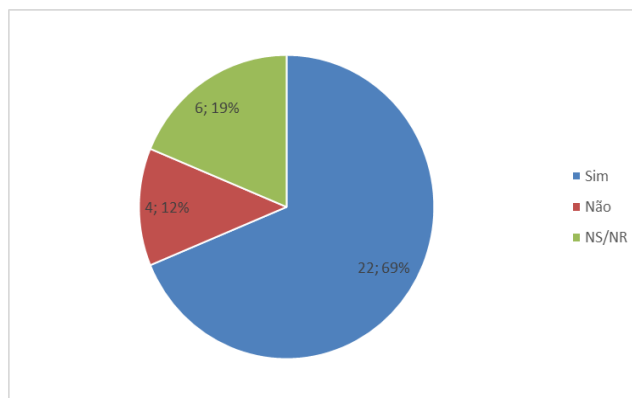


Figura 27: Predisposição da população Sineense para colaborar com as organizações industriais na proteção do ambiente e da saúde humana.

De acordo com os resultados obtidos 69% dos inquiridos estão dispostos a colaborar com as organizações industriais na proteção do ambiente e da saúde humana, embora 12% declarem não estar dispostos a essa colaboração. Salientam-se os 19% dos inquiridos que declararam não saber ou que não responderam.

De forma a fazer-se uma avaliação das condições para a ação efetiva (conteúdo latente), os dados recolhidos através de perguntas abertas foram sujeitos a uma análise de conteúdos qualitativa descritiva. O sistema de categorias analíticas adotado (tabela 20),

foi construído *a posteriori*, a partir dos dados em análise, procurando-se desde logo assegurar a sua validade (Vala, 1989).

Tabela 20: Sistema de categorias analíticas da disposição da população Sineense para colaborar com as organizações industriais na proteção do ambiente e da saúde humana.

Categorias temáticas	Frequências	
	n.º ocorrências	%
O bem comum	10	31,2
Participação pública	9	28,1
Divulgação de informação	9	28,1
Oportunidade	8	25,0
Transparência de processos	3	9,4

Os dados recolhidos foram essencialmente constituídos por respostas curtas, quase sempre monofráscas, que vão desde uma única palavra, como ‘sim’ ou ‘não’, até conjuntos com 61 palavras, a mais extensa. Embora geralmente curtas, as respostas obtidas são focadas no tema, permitindo assim obter significados que permitem descrever a disponibilidade dos inquiridos para o diálogo (Bardin, 1997).

A categoria temática mais referida é a que se associa ao bem comum (31%), elemento central em 10 respostas. Esta categoria reflete as posições à partida positivas, *i.e.* que embora colocando condições ou apontando mesmo entraves à realização efetiva, não deixam no entanto de afirmar a sua disponibilidade para a colaboração. Destaca-se aqui a preocupação geral das pessoas para com o ambiente e a saúde humana, com utilização de expressões como “minimizar os efeitos nefastos” da poluição e o seu impacte “na atividade (...) turística na região” (Inquirido #10). São ainda referidos “benefícios para a população” (Inquirido #22), mas também declarações de empenho como “tudo fazer para a melhoria da situação” (Inquirido #14) e “pelo bem de Sines” (Inquirido #9).

Por outro lado, são apontadas como condições essenciais para a prática efetiva, a participação pública (28%) e a divulgação de informação (28%), ambas com 9 respostas. Estas categorias sugerem que embora a disponibilidade das pessoas para a

colaboração seja uma realidade, ela só poderá ser efetiva, por um lado, “desde que deixem as pessoas participar” (Inquirido #24), nomeadamente através da realização de “debates” (Inquirido #12) e “reuniões para discussão do tema” (Inquirido #14), onde as “opiniões [das pessoas] sejam tidas em conta” (Inquirido #24), e por outro, suportada em processos de comunicação sólida e transparente, “fazendo passar a mensagem à População menos esclarecida” (Inquirido #12), com sessões de “divulgação da informação” (Inquirido #26), “ações de sensibilização” e “cursos de formação” (Inquirido #29), assim como a realização de “atividades alusivas à proteção do ambiente” (Inquirido #32).

A questão da oportunidade (25%) é um aspeto importante na disponibilidade das pessoas para o diálogo. Essa oportunidade prende-se com fatores físicos, mas também sociais como a descrença no desempenho das empresas, que detendo todas as condições para o fazer “não cumprem as regras estabelecidas” (Inquirido #11). Questiona-se mesmo “se as indústrias também quisessem colaborar” (Inquirido #30), ou se não “deveriam [ser elas] a colaborar com os cidadãos” (Inquirido #19), remetendo assim para a esfera das empresas a responsabilidade pela colaboração.

A necessidade de garantir a transparência (9%), de forma a credibilizar estes processos de colaboração, está bem evidente na necessidade de realização de estudos, que ajudem a atividade industrial “a produzir mais sem poluir tanto” (Inquirido #23). Contribui também para a transparência de processos a comunicação de queixas ambientais, feita através do formulário que está “disponível *online* (...) e que pertence à autarquia” (Inquirido #20), e a possibilidade de “visitar as instalações” (Inquirido #24) industriais, promovida pelas empresas através de iniciativas de porta aberta.

Vantagens para a população de Sines (Q14)

Questionou-se quanto às vantagens, ou desvantagens, para a população de Sines, resultantes da colaboração com a indústria, de forma a identificarem-se fatores facilitadores ou mesmo promotores da predisposição das pessoas para o diálogo. De uma forma geral são apontadas pelos inquiridos vantagens na colaboração com a indústria local na proteção do ambiente e da saúde humana (figura 28).

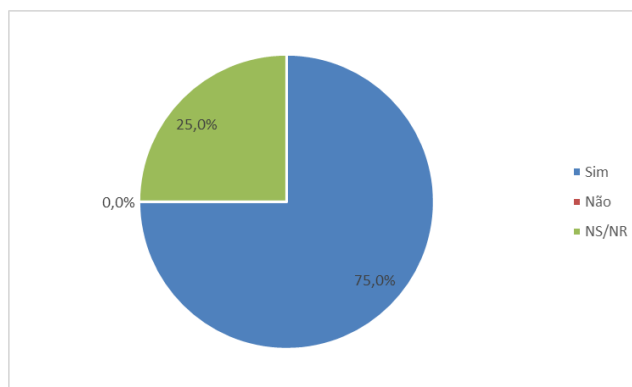


Figura 28: Há vantagens para a população de Sines, que resultam da colaboração com a indústria.

De acordo com os dados obtidos, 75% dos inquiridos considera vantajosa para a população Sineense a colaboração com a indústria. Em oposição, não se verifica qualquer referência a eventuais desvantagens. Salienta-se, no entanto, o número de inquiridos que disseram não saber ou não responderam (25%). As vantagens apontadas pelos inquiridos são diversas, nomeadamente o maior envolvimento das pessoas, mas também um melhor ambiente e uma melhor saúde para todos (figura 29). É interessante realçar aqui a imagem de bem-estar que resultará da colaboração da população de Sines com a indústria local, na proteção do ambiente e da saúde humana.

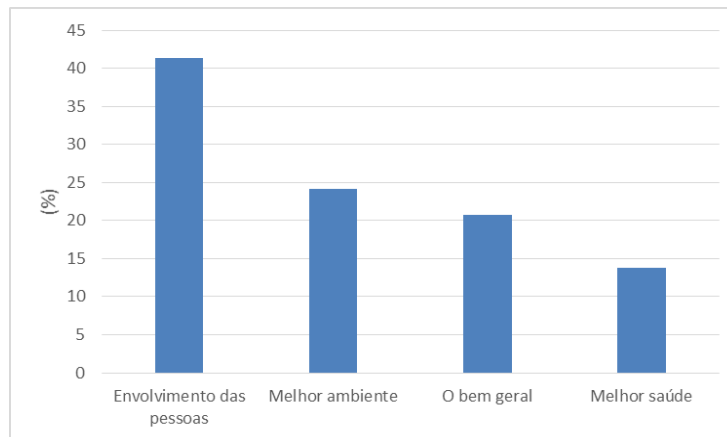


Figura 29: Vantagens para a população de Sines, que resultam da colaboração com a indústria local.

Destes resultados sobressai o envolvimento das pessoas (41%), apontado como a principal vantagem que resulta da colaboração com a indústria. Este aspeto evidencia a disponibilidade dos inquiridos para o envolvimento em processos participativos, fator essencial de sucesso para o estabelecimento de plataformas de diálogo entre a população de Sines e a indústria local. Outros fatores de motivação são o melhor ambiente (24%), o bem geral (21%) e a melhor saúde (14%). Salienta-se a referência ao aspeto do bem geral que se associa a conceitos como a ‘felicidade’ e o ‘bem estar’, porque quando ‘temos um ar mais saudável [...] sentirmos mais saudáveis, mais felizes’ (Inquirido #9), e por isso queremos ‘um melhor ambiente’ para todos (Inquirido #9), e ‘uma melhor qualidade de vida’ (Inquirido #27).

5.2. A indústria de Sines

A amostra de estudo foi constituída pelas 4 respostas obtidas no questionário aplicado às principais organizações industriais de Sines, correspondendo a uma taxa de 50% de sucesso do inquérito efetuado²⁸. Segundo os dados do INE (2014c), as quatro maiores empresas sediadas no município de Sines representam apenas 4,1% do pessoal

²⁸ Por razões de confidencialidade, as respostas ao questionário não são apresentadas.

remunerado ao serviço. No entanto, estas quatro empresas contribuíram no ano de 2011 com 66% do volume de negócios global da região.

Considera-se para os objetivos deste trabalho a amostra representativa do tecido industrial da região, nomeadamente no que se refere aos principais aspetos críticos, mais suscetíveis de potencial impacte ambiental e social, característicos das atividades de grande intensidade tecnológica, como são as instalações da indústria química e petroquímica instaladas em Sines.

De forma a fazer-se uma avaliação da disponibilidade das empresas para o diálogo com a população local, procurou-se fazer uma descrição dos processos de comunicação externa das organizações industriais de Sines inquiridas, e a eventual integração da opinião pública nas suas políticas de gestão empresarial. Procurou-se também identificar quais os modelos de comunicação externa implementados, especialmente vocacionados para diálogo com a população local, assim como quais as vantagens que as empresas de Sines poderão esperar com o estabelecimento de plataformas de diálogo com a população local.

5.2.1. Política empresarial (Q1)

A política empresarial para a comunicação externa das organizações industriais, nomeadamente com as populações locais, é fator fundamental para o estabelecimento de plataformas de diálogo. A atitude de diálogo das empresas reflete-se nas suas próprias políticas de gestão empresarial, e estratégias de comunicação no seio da comunidade.

Para se fazer uma descrição das políticas de comunicação externa das organizações industriais inquiridas, questionou-se quanto aos meios e mecanismos de comunicação externa adotados, assim como as motivações que levaram à implementação desses processos de comunicação. Questionou-se igualmente quanto ao que as pessoas pensam da sua atividade e desempenho da indústria de Sines, *i.e.* ‘o que as empresas pensam que a população pensa delas’.

Face aos resultados obtidos, verificou-se que apenas três das quatro empresas inquiridas têm implementados processos de comunicação com a população local. As motivações identificadas para a implementação deste tipo de processos foram, nomeadamente, a recolha de informação para conhecer as preocupações e interesses das pessoas, tendo em vista a criação de laços de vizinhança, mas também dar a conhecer a sua atividade, e esclarecer eventuais receios que as pessoas possam ter sobre a sua segurança e o ambiente, promovendo a sua aceitação no seio da comunidade (tabela 21).

Tabela 21: Política empresarial - Motivações para a implementação de processos de comunicação com a população.

Motivações	n.º (frequência)
Dar a conhecer a empresa	4 (100%)
Recolha de informação	3 (75%)
Criação de laços	2 (50%)
Aceitação pela comunidade	2 (50%)

No que se refere à perceção da opinião pública sobre a sua atividade, as empresas inquiridas consideram que a população desconhece o real contributo da sua atividade para a proteção do ambiente e para a saúde humana, e que associa a atividade industrial à poluição ambiental baseada em convicções tradicionalistas. No entanto, refere-se que essa opinião tem vindo a mudar, e que as pessoas ‘já entendem melhor’ (Indústria #3) a atividade industrial. Essa mudança deve-se a uma melhor difusão da informação ambiental na região, o que contribui claramente para um melhor esclarecimento, e logo, para a redução dos receios nas populações locais.

De forma a avaliar-se a disponibilidade das empresas de Sines para o diálogo com a população local, importa antes de mais perceber qual a sua atitude de diálogo, *i.e.* conhecer as suas políticas de gestão empresarial, e estratégias de comunicação no seio da comunidade. Os dados recolhidos foram sujeitos a uma análise de conteúdos quantitativa descritiva por categorização temática e frequenciação (tabela 22).

Definiram-se três dimensões que se subdividem em sete categorias de análise, segundo Freeman (2010):

1 - dimensão emocional:

- disponibilidade passiva
- concordância negativa
- oposição ou negação

2 - dimensão instrumental:

- concordância ativa
- reforço positivo

3 - dimensão ética:

- visão ambientalista
- responsabilidade social.

Neste contexto, a dimensão emocional refere-se à atitude de comunicação, como uma motivação ou simples expressão da vontade de comunicar da empresa. Embora concordante com os benefícios do diálogo, a atitude adotada pela empresa reflete uma disponibilidade passiva, *i.e.* concorda mas sem adotar uma ação prática efetiva, pelo que se inclui esta categoria na esfera emocional. Também a concordância negativa, que avalia as dificuldades do diálogo pela associação da atividade industrial à degradação do ambiente, ou porque reconhece que cabe à indústria essa responsabilidade, é incluída na dimensão emocional. Quando é adotada uma atitude de oposição ou de negação à comunicação, assumindo-se que o diálogo não se pratica porque não traz quaisquer benefícios, esta categoria é também incluída nesta dimensão.

Por seu lado a dimensão instrumental refere-se à comunicação como um objetivo que se pretende de utilidade, e de onde será possível (ou não) retirar um benefício direto. Esta dimensão traduz-se numa concordância ativa pela integração dos processos de comunicação nas políticas de gestão empresarial. A dimensão instrumental da comunicação reflete-se nas práticas da empresa, cuja utilidade é reforçada quando são apresentados exemplos demonstrativos dos comportamentos de diálogo adotados.

A dimensão ética refere-se à comunicação como um estado em que participam igualmente as empresas e as populações, estabelecido como um meio para se alcançar um ambiente melhor, moralmente correto. Constitui-se a dimensão ética através da comunicação aberta e transparente, inserido num princípio de responsabilidade social, que podemos alcançar um mundo melhor, onde as organizações industriais e as pessoas poderão conviver em harmonia, partilhando responsabilidades na proteção do ambiente.

Tabela 22: Política empresarial - Grelha categorial da análise da disponibilidade das empresas de Sines para o diálogo com a população local.

Categoria temática	Componentes	Exemplo	Frequência (%)
Disponibilidade passiva	premissas da comunicação; declaração de princípios; cumprir o obrigatório	“dando assim cumprimento aos requisitos legais e decisões da Empresa” (Empresa #3), “tem como objetivo”, “principais prioridades”, “percepção dos impactes ambientais decorrentes das actividades desenvolvidas”, “favorecem a predisposição das populações locais para o entendimento” (Empresa #4).	15 (23,8%)
Concordância ativa	contacto direto e efetivo; aplicação de esforço; comunicação ativa	“informação que enviamos imediatamente, para os órgãos representativos das comunidades”, “prática regular de visitas às instalações” “a visita e o contacto com as instalações, com o processo industrial, as questões ambientais e as de segurança”, “privilegiou o contacto com as populações locais e com os seus representantes”, “auscultar as opiniões e preocupações de quem nos rodeia”, (Empresa #2); “Neste tipo de evento, a empresa dá a conhecer as suas instalações e produtos e partilha boas práticas”, “organiza Jornadas de Porta Aberta para familiares dos seus trabalhadores, amigos e representantes da comunidade local” (Empresa #3); “implementação dos processos de comunicação”, “envolvimento dos <i>stakeholders</i> , nomeadamente a população em geral” (Empresa #4).	20 (31,8%)
Oposição ou negação	–	–	0

Visão ambientalista	sustentabilidade; cultura e responsabilidade ambiental	“fundamental para uma cultura de total transparência e proximidade” (Empresa #2); “A Sustentabilidade é o conceito agregador das mensagens fundamentais”, “uma imagem de rigor e seriedade.” (Empresa 4);	6 (9,5%)
Reforço positivo	Pôr em prática; passar à ação; partilha e cooperação	“Dar a conhecer o que se faz na empresa de forma a clarificar a população” (Empresa #1); “o registo no EMAS tem inerente esta motivação”, “a perceção é positiva dado que nos diferentes momentos de interacção com a população”, “a certificação ambiental obtida em 2001 e o registo no EMAS obtido em 2010” (Empresa #2).	10 (15,9%)
Concordância negativa	Reconhecimento; responsabilização; distanciamento	“comumente associa a indústria local como bastante poluente” (Empresa #1); “em situações de incidentes ambientais ocorridos na zona de Sines (...) tem sido sempre colocado à margem desses processos” (Empresa #2); “considerarem que as actividades desenvolvidas eram perigosas e que poderiam por em risco as comunidades locais”, “sinto que já entendem melhor os incidentes que ocorrem” (Empresa #3).	6 (9,5%)
Responsabilidade social	Sentido de dever; fazer o correto; ética empresarial	“desconhece a actividade e o desempenho em termos dos riscos ambientais e da saúde humana” (Empresa #1); “permite construir confiança e retirar o receio das populações”, “já não os amedronta”, “por não terem os conhecimentos necessários, olham com desconfiança e receio” (Empresa #3); “a presença de outras instalações industriais cujo nível de perigosidade é semelhante ou superior” (Empresa #4).	6 (9,5%)

Face aos resultados obtidos, verifica-se que as empresas inquiridas assumem na generalidade uma política positiva para o diálogo com as populações (32%), privilegiando-se o contacto direto. Esta atitude traduz-se num comportamento ativo, que se apoia numa estrutura organizada, com práticas regulares de divulgação de informação e de envolvimento com as populações.

Também passivamente (24%), quando por razões internas ou externas à empresa, próprias do processo de comunicação, se reconhece os benefícios que se tiram da comunicação externa com as populações locais. Definidas as prioridades e estabelecidos os objetivos, a comunicação externa das empresas com as populações locais favorecem

o desempenho e reduzem os impactos das empresas, para além do mero cumprimento das obrigações legais que lhes estão impostas.

Estes resultados sugerem existir uma disponibilidade de facto das empresas para o diálogo efetivo com a população local, mas mais do que isso os processos de comunicação externa existem e estão já implementados (16%). Os mecanismos de diálogo implementados apontados pelas empresas inquiridas são, nomeadamente, os eventos de ‘porta aberta’ e a receção de escolas e outros convidados nas suas instalações são também práticas comuns e frequentes das empresas inquiridas. As quatro empresas possuem sistema de gestão ambiental certificado segundo a norma ISO 14001:2004, e uma delas efetuou também o registo de acordo com o Regulamento EMAS.

Existe no entanto o reconhecimento da associação da atividade industrial à degradação ambiental (9,5%) por parte das empresas inquiridas. Esse reconhecimento é incontornável tanto pela perceção de que não existe atividade industrial sem impacto ambiental, como pela má imagem criada em torno da atividade industrial, como são as imagens catastróficas de acidentes nucleares, e as emissões atmosféricas e as marés negras resultantes de acidentes industriais. Embora se reconheça que esta imagem negativa está a mudar, ela é no entanto impossível de eliminar totalmente.

Também a ideologia dos processos de comunicação externa desempenha um importante papel na disponibilidade das empresas para o diálogo, quer pela sua visão ambientalista, em termos de sustentabilidade, integração, cultura e transparência (9,5%), quer pela responsabilidade social que se lhe reconhece, como um sentido de dever moral (9,5%), onde as organizações industriais e as pessoas poderão trabalhar em conjunto na proteção do ambiente e assim alcançar um mundo melhor.

Por outro lado, realça-se a ausência de elementos negativos, como a oposição e/ou negação à implementação de processos de comunicação. Esta unanimidade verificada na importância da implementação de processos de comunicação com as populações locais, parece sugerir uma significativa maturidade e compromisso em termos de responsabilidade empresarial das empresas inquiridas.

Fazendo-se uma análise da dimensão com as políticas de comunicação externa (figura 30), verifica-se que quer a implementação de processos de comunicação para o diálogo com a população local, quer a motivação para a comunicação externa são

essencialmente uma questão instrumental, *i.e.* as empresas inquiridas veem a comunicação como um objetivo de onde será possível retirar benefícios. Quanto à percepção sobre o que as pessoas pensam sobre a indústria, as respostas obtidas remetem naturalmente para a dimensão emocional, associada a uma certa passividade quanto à vontade de comunicar, mas também o reconhecimento do real contributo da atividade industrial para a degradação ambiental. Observa-se, no entanto, que esta questão recebeu respostas mais longas, sugerindo a preocupação das empresas quanto a esta matéria, pela eventual necessidade de fundamentar ou esclarecer as suas posições.

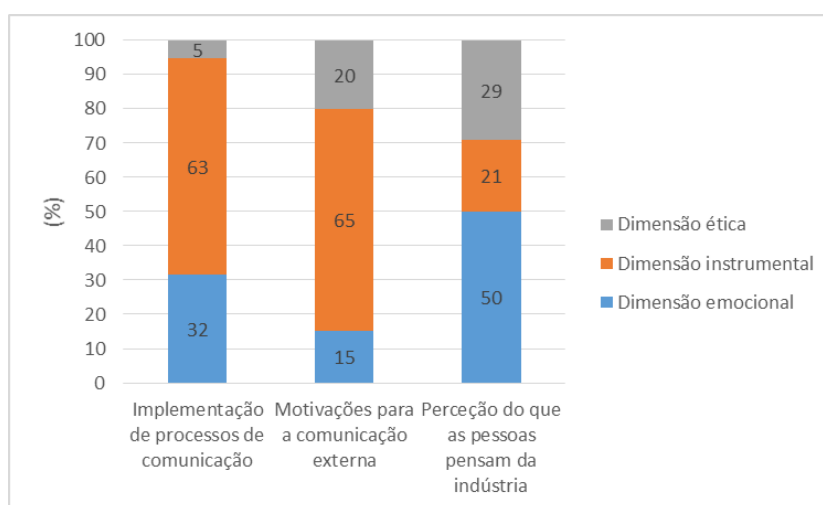


Figura 30: Política empresarial - Análise dimensional da política de comunicação externa.

Se analisarmos a intensidade dimensional das diferentes políticas de comunicação externa adotadas, verifica-se que, mais uma vez, é a dimensão instrumental que rege os comportamentos individuais das empresas inquiridas (figura 31). Isto sugere que as empresas orientam as suas práticas de comunicação essencialmente pelo princípio da utilidade. A dimensão emocional desempenha aqui também um papel muito importante na definição da política empresarial, tanto pela motivação ou vontade de comunicar, como pelo reconhecimento do impacte ambiental que resulta da atividade industrial. Verifica-se também que a dimensão ética tem peso muito reduzido, na definição das políticas de gestão das empresas inquiridas.

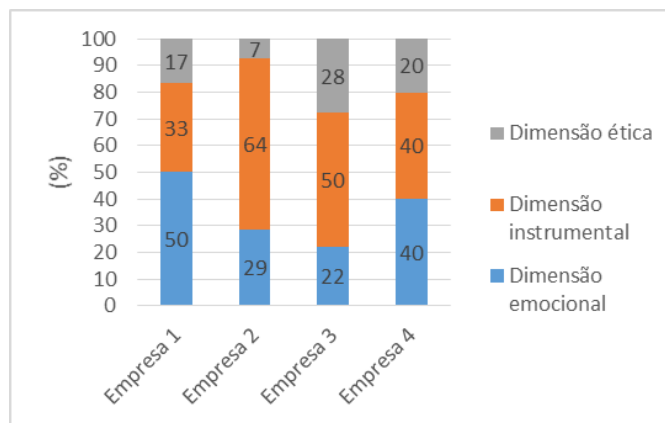


Figura 31: Política empresarial - Análise do caráter dimensional por empresa.

De acordo com os resultados obtidos (figura 32), verifica-se que as empresas inquiridas assumem o diálogo com as populações como sendo uma questão instrumental (48%), mais que emocional (33%). O aspeto instrumental permite concluir que as empresas veem a implementação deste tipo de processos como uma mais-valia, donde é possível retirar benefícios para a própria empresa, nomeadamente pela implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental. Esta disponibilidade é reforçada pelo aspeto ético (19%), em que as ações adotadas são fundamentadas numa razão ética de ser que a justifica, ‘um fazer bem porque é assim que deve ser feito’.

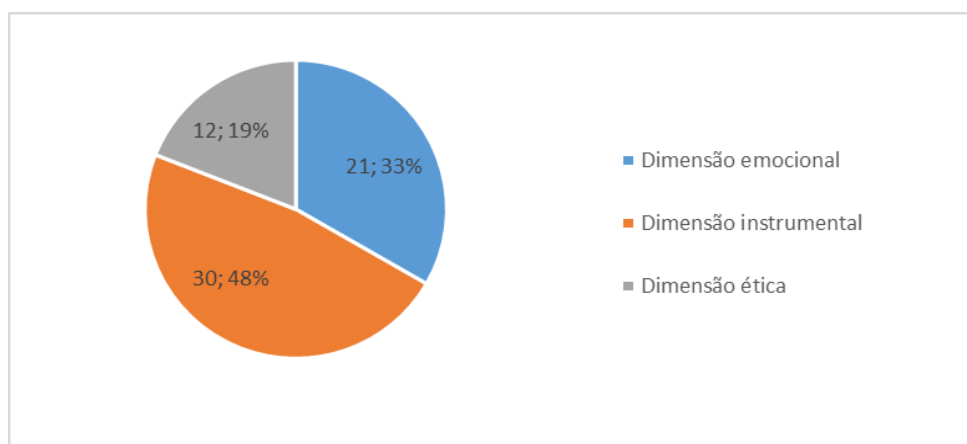


Figura 32: Política empresarial - Distribuição dimensional das categorias observadas.

Verificada a disponibilidade das empresas inquiridas para o estabelecimento de processos de diálogo com a população local, procurou-se averiguar em quem elas

depositam a iniciativa de ação, se nas próprias empresas, ou se remete para a população a iniciativa do processo de diálogo. Ou se a responsabilidade caberá externamente a outros que não as empresas e as populações, eventualmente às instituições públicas com competências p.ex. na área do ambiente e da cidadania ambiental.

Assim, as respostas obtidas foram classificadas em três categorias, características dos processos de comunicação: emissor, mensagem e recetor (figura 33). Desta forma, as componentes que associam à empresa a iniciativa da comunicação foram codificadas na categoria ‘emissor’. As componentes com referências à população, enquanto destinatário da comunicação, foram codificadas na categoria ‘recetor’. As componentes que se referem externamente ao conteúdo e aos benefícios da comunicação, quer à empresa quer à população, foram codificadas na categoria ‘mensagem’ (Sousa, 2006).

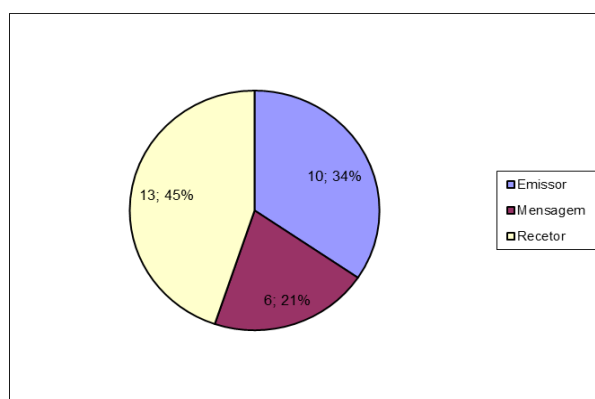


Figura 33: Política empresarial - Distribuição das componentes da comunicação.

Os resultados obtidos, embora sublinhem o aspeto dual da comunicação empresa/população, remetem para a população o vínculo do processo de comunicação, sugerindo que compete à população vizinha a iniciativa do diálogo. Este aspeto sugere que, embora as empresas se mostrem disponíveis para o diálogo com as populações, para que elas próprias assumam de facto a iniciativa da comunicação, algum esforço deverá ser aplicado, que promova e incentive o desenvolvimento destas práticas. Este esforço passa, nomeadamente, pelo envolvimento no seio das comunidades locais, fazendo uso dos seus próprios meios e capacidades em benefício das populações.

5.2.2. Modelos de comunicação externa (Q2)

De forma a identificarem-se os elementos essenciais para o estabelecimento de plataformas de diálogo, questionou-se quanto aos modelos de comunicação externa implementados pelas empresas inquiridas, especialmente vocacionados para diálogo com a população local. A análise dos resultados obtidos foi feita por identificação e listagem, tendo sido classificados em três categorias: pressupostos fundamentais, competências necessárias e critérios chave (tabela 23).

Tabela 23: Modelos de comunicação externa - Elementos fundamentais para o estabelecimento de plataformas de diálogo.

Pressupostos	Competências	Crítérios chave
Envolvimento da gestão de topo	Formação técnica de base	Caraterização da audiência
Domínio dos processos de comunicação	Capacidade de diálogo e negociação	Conteúdo da comunicação
Política de transparência	Capacidade de análise e decisão	Meio de comunicação
Compromisso ambiental e social	Comunicação personalizada	Simplicidade e clareza da informação

A construção de processos de comunicação externa torna-se efetiva com a aplicação dos meios e dos instrumentos necessários à sua operacionalização, nomeadamente com a concretização a nível organizacional dos elementos identificados. O estabelecimento de plataformas de diálogo passa pela definição e implementação dos pressupostos de partida, pelo domínio das competências técnicas necessárias para a sua condução no seio da própria empresa, e pela definição dos critérios chave para a determinação do modelo de comunicação mais adequada a adotar pela empresa em cada caso.

5.2.3. Consequências da implementação de processos de comunicação externa (Q3)

De forma a identificarem-se as vantagens e as desvantagens para a indústria de Sines, questionou-se quanto às consequências resultantes da implementação de processos de comunicação externa (tabela 24). A análise dos resultados obtidos foi feita pela sua classificação em vantagens (aspetos positivos) e desvantagens (aspetos negativos).

Tabela 24: Consequências resultantes da implementação de processos de comunicação externa - vantagens para a indústria de Sines.

Vantagens	Maior envolvimento, participação e esclarecimento da comunidade
	Maior confiança e reconhecimento da atuação da empresa
	Melhoria da imagem da empresa e respeito
	Estreitar de relações com a população
Desvantagens	Quebra de confiança
	Falta de transparência
	Utilização de linguagem pouco clara, demasiado elaborada

De acordo com as respostas obtidas, as empresas inquiridas consideram de uma forma geral vantajosa a colaboração com a população local. A integração da opinião pública nas suas políticas de gestão, faz-se, nomeadamente, através do processo de revisão pela direção, de forma a manter, e a melhorar se possível, os processos de comunicação externa da empresa. Por outro lado, eventuais desvantagens são apontadas, como consequência de processos de comunicação externa mal construídos, ou conduzidos de forma inadequada.

6. Discussão dos resultados

6.1. O conflito ambiental em Sines

Sines é um exemplo típico de conflito envolvendo a população e a indústria local, situação que se arrasta já desde os princípios da década de 1970. Sabendo-se que o envolvimento das populações e da indústria em plataformas de diálogo contribui favoravelmente para a resolução de problemas ambientais, importa antes de mais, caracterizar a situação de conflito que se verifica hoje na região de Sines.

Os resultados obtidos no estudo de caso aplicado na região de Sines (capítulo 4), confirmando a existência de um conflito ambiental que opõe a população à indústria local, parecem sugerir no entanto que ele resulta mais de razões históricas, porventura associadas à má imagem da indústria, do que do estado do ambiente propriamente dito. Os dados ambientais disponíveis através das diferentes entidades oficiais com competências nas diversas áreas do ambiente não evidenciam uma clara situação de poluição ambiental continuada. No entanto, a presença quer das infraestruturas industriais quer do fumo constantemente libertado pelas chaminés, pelo impacto visual causado, são uma realidade incontornável do dia-a-dia da população Sineense.

A construção do complexo portuário-industrial, figura central em Sines, não teve de facto um bom começo. A deslocalização do porto de pesca local, e a desapropriação de terrenos agrícolas para a construção de infraestruturas, criaram desde logo tensões sociais difíceis de ultrapassar, e que acabariam por colocar os habitantes locais em oposição com a atividade industrial.

Uma série de acidentes ocorridos na região nos anos de 1980 e 1990, uma época em que ainda se davam passos de experimentação e desenvolvimento técnico e onde a falta de sensibilidade para os aspetos da segurança e da prevenção também se fazia sentir, veio alimentar o clima de contestação popular que se vivia na região. Também a nível nacional, os aspetos ambientais e sociais não eram então vistos como uma prioridade pelo governo central, em que o interesse nacional se sobrepunha aos interesses das

populações, muitas vezes tidas como ignorantes e mesmo um entrave para o progresso e o desenvolvimento do país (Lima, 1995).

Desde sempre os meios de comunicação social tiveram um importante papel na formação da opinião das pessoas, enquanto veículo de comunicação e disseminação da informação científica (Queirós *et al.*, 2006). Embora da exposição mediática resultem oportunidades e espaços de discussão pública, o sensacionalismo é, no entanto, muitas vezes utilizado como o principal ingrediente da notícia, que alimenta o próprio ato de comunicar (Nunes e Matias, 2003). Como se viu na caracterização do estudo de caso (capítulo 4), também em Sines, o empolamento da notícia, apelando à exaltação das atitudes, nomeadamente de oposição à atividade industrial, e a adoção por aliados de figuras públicas e mediáticas, foram práticas comumente usadas por alguns dos *mass media*, como forma de explorar lacunas do conhecimento e de prender a atenção do público, procurando assim preservar o seu lugar na sociedade.

No que se refere às questões do ambiente propriamente dito, e de acordo com os dados de monitorização ambiental apresentados nas vertentes ambientais ar e água, não é evidente existir de facto uma situação de poluição ambiental. Embora casos pontuais de modificação das condições naturais se tenham registado ao longo das últimas décadas, não se pode afirmar com segurança que haja uma situação de poluição continuada no tempo, na região de Sines.

Na vertente ambiental ar, registaram-se nos anos de 2004 e 2006, respetivamente, uma e seis medições diárias de má qualidade do ar atmosférico. Também na vertente ambiental água, nomeadamente água subterrânea e água superficial, verificaram-se no período de 2007 a 2012 diversos episódios isolados de alteração dos valores naturais.

Sabendo-se da sensibilidade ambiental e social que se vive na região, importa estudar este tipo de acontecimentos em maior detalhe, de forma a criar-se uma base sólida de conhecimentos, que permitam a compreensão das causas, tendo em vista a promoção da regulação ambiental e a prevenção da poluição. No entanto, refira-se que a qualidade da água de consumo humano nunca foi posta em causa, conforme se observa nos resultados apresentados pela ERSAR.

A qualidade do ar de Sines, associada a odores, tem sido um tema recorrente do protesto popular, o que levou a Câmara Municipal, inclusivamente, a disponibilizar na sua

página oficial de *internet* um espaço próprio para a apresentação de queixas e reclamações ambientais (ver capítulo 4). Ainda que a emissão ambiental de odores não seja um caso de incumprimento legal, porque não existe nem a nível nacional, nem a nível europeu, legislação específica sobre esta matéria, ela é sem dúvida um caso de incomodidade. Mesmo quando não perigosos, os odores (desagradáveis) têm efeitos diretos sobre a qualidade de vida das pessoas, levando, em muitos casos, a situações de conflito, com as populações a oporem-se à atividade industrial na sua vizinhança.

Mas o problema dos odores industriais não é de resolução simples, assim como a quantificação da incomodidade e a identificação da origem que lhes deu causa. No entanto, este é um assunto que deverá ser estudado em profundidade, com o envolvimento das populações e da indústria na procura conjunta de soluções sustentadas. A resolução dos problemas com maus cheiros passa, nomeadamente, pela integração da gestão das emissões de odores como um tema relevante na política ambiental das empresas.

Relativamente à contaminação dos solos, desconhece-se a existência de casos de deposição ilegal ou de estudos específicos realizados na região de Sines, que justifiquem as preocupações dos inquiridos com a questão dos resíduos, pelo que importa estudar esta situação. No entanto sabe-se que as entidades de fiscalização são atuantes, e estão atentas a esta matéria. Por outro lado, é de supor que as empresas não tenham qualquer interesse em incorrer em situações de deposição ilegal de resíduos, pelo risco de quebra da confiança e do prestígio da sua imagem corporativa, pondo assim em causa o futuro da empresa.

Os projetos SINESBIOAR e GISA (capítulo 4) vieram dar ênfase às preocupações com a saúde pública na região de Sines. Este tipo de estudos deverão ser multiplicados e prolongados no tempo, à escala local, o que se justifica pela atividade do complexo industrial, de forma a conhecerem-se as características próprias do local, e o melhor planeamento de medidas e políticas para o controlo da poluição a implementar, tendo em vista a proteção da saúde humana e do ambiente.

6.2. Disponibilidade da população de Sines para o estabelecimento de plataformas de diálogo com a indústria vizinha

Os resultados do inquérito aplicado ao painel de atores sociais chave de Sines evidenciam a disponibilidade dos inquiridos para a colaboração com as organizações industriais vizinhas na proteção do ambiente e da saúde humana, e que o conflito que opõe a população local à atividade industrial é uma realidade ainda nos dias de hoje.

De forma a contribuir para a compreensão das motivações e racionalidades individuais face ao ambiente, procuraram-se associações que caracterizam a disponibilidade da população de Sines para o estabelecimento de plataformas de diálogo com a indústria local, tendo em vista a identificação de modelos de comportamento que ajudem a compreender e a antecipar situações de potencial conflito ambiental.

Atitudes ambientais

Quando inquiridos, os atores sociais de Sines declararam-se interessados, ou mesmo muito interessados pelas questões ambientais na sua vida quotidiana. Mas será esse interesse meramente passivo? Ou será ele mobilizador para o envolvimento direto e participação ativa, nomeadamente em reuniões públicas de debate ou ações promovidas por organizações cívicas na área ambiental?

Analisando-se os resultados obtidos (tabelas 13 e 14), constata-se que existe uma associação forte entre o interesse individual e o envolvimento nas questões ambientais, quer através da participação em reuniões públicas de debate sobre ambiente [$r_s(32) = + 0,992$; $p < 0,001$], quer da mobilização para a participação em ações cívicas ambientais [$r_s(32) = + 0,986$; $p < 0,001$], o que traduz o compromisso dos inquiridos para com a proteção do ambiente e da saúde humana.

Como se viu na revisão da literatura, as atitudes individuais ambientais são influenciadas por normas sociais de conduta, que as condicionam e influenciam (Lewin, 2004). Os resultados obtidos sugerem que ao promover-se o interesse pela temática do

ambiente no dia-a-dia das pessoas, nomeadamente através de uma maior divulgação e difusão da informação científica e ambiental, está-se a incentivar também a mobilização para o envolvimento e participação ativa nos assuntos que ao ambiente dizem respeito.

Estes resultados demonstram que os inquiridos possuem uma atitude positiva para a mobilização social e ambiental, que evidencia a sua predisposição para a colaboração com a indústria vizinha. Esta mobilização é também perceptível pelo elevado associativismo que se verifica em Sines, que inclui associações de pais e de moradores, e diversas associações desportivas e culturais, como se constata através da lista de atores sociais contactados. Salienta-se também aqui a elevada taxa de respostas ao questionário aplicado ao painel de atores sociais chave de Sines e o conteúdo das mesmas respostas.

No entanto, é também de salientar a elevada taxa de respostas que associam a não participação nas questões ambientais à falta de tempo ou de oportunidade, o que sugere que no planeamento e dinamização de processos de participação pública, deverão ser acauteladas as condições que facilitem uma participação alargada, para que sejam igualmente motivadoras do envolvimento do público, permitindo assim o alargamento do espaço para o exercício de uma cidadania mais efetiva e ativa.

Como se viu na revisão da literatura a resolução dos problemas ambientais é mais robusta quando é local, com a integração dos saberes locais, trazendo as pessoas para o palco da tomada de decisões, nos assuntos que diretamente lhes dizem respeito, como sejam as condições ambientais e a qualidade de vida (Vasconcelos, 2006) Os menos informados, na dúvida ou incerteza, tendem a criar posições de antagonismo defensivo, e a opor-se ativamente à atividade industrial ou a novos projetos de caráter ambiental.

Os resultados agora obtidos parecem confirmar as observações efetuadas na revisão da literatura, de que a informação clara e transparente permite criar laços de confiança à dimensão local (Alves *et al.*, 2013). Obtém-se assim uma visão contextualizada do assunto como um todo, onde a compreensão e aceitação de eventuais falhas ou limitações se faz mais facilmente, contribuindo para melhorar as relações de vizinhança entre as populações e a indústria.

Por outro lado, a adoção de comportamentos individuais em prol do ambiente evidenciados nos resultados obtidos, como a redução de consumos domésticos, nomeadamente de energia elétrica e água, e a separação seletiva de resíduos para

reciclagem, permitem supor que não serão apenas os aspetos economicistas que determinam as atitudes ambientais dos inquiridos, sugerindo assim uma cultura ambiental própria da população de Sines. Neste campo, uma intervenção mais ativa no seio das comunidades das entidades oficiais responsáveis pela área do ambiente, nomeadamente da cidadania e da promoção ambiental, é fundamental para a promoção da integração das populações e das organizações industriais a nível ambiental, através de um pensar global e agir local, tal como preconizado p.ex. na Agenda 21, adotada no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.

Aponta-se nos resultados agora obtidos a confiança recolhida pela APA, organismo da administração central responsável pela área técnica do ambiente, mas também das autarquias e das organizações regionais da administração pública, que recolhem uma confiança global sempre positiva por parte dos inquiridos em Sines. Num contexto de falta de informação específica a tendência será a de valorizar as posições veiculadas por entidades externas e independentes da realidade local em que se vive. Estes resultados sugerem o sucesso da mediação a nível local com o envolvimento de técnicos independentes, para a promoção da integração ambiental através do estabelecimento de plataformas de diálogo entre as populações e a indústria vizinha.

Perceção do risco

A perceção do risco ambiental desempenha um papel fundamental na definição das atitudes e disponibilidade para o diálogo das pessoas. Ela resulta não só da personalidade e experiência de cada um, mas também da informação disponível e da tipologia do risco. Para as populações, a perceção do risco traduz-se em receios e incertezas, nomeadamente quanto a potenciais ameaças ambientais, assim como às causas que lhe estão associadas (Lima, 1995).

De acordo com os resultados obtidos no inquérito (tabelas 15 e 16), constata-se existir uma forte associação entre a atividade industrial, principal causa de degradação ambiental em Sines, e os principais riscos ambientais locais, como as doenças pela poluição do ar, o acidente industrial, a contaminação por resíduos tóxicos e as marés

negras [$r_s(32) = + 0,999$; $p < 0,001$], o que sugere uma significativa preocupação das pessoas na convivência quotidiana com o polo industrial, e com as consequências que daí poderão resultar para a saúde pública e para o ambiente.

Estes resultados refletem o fator de proximidade como o aspeto mais relevante na construção da perceção do risco ambiental dos inquiridos em Sines, *i.e.* as pessoas que vivem mais perto de grandes instalações industriais, tendem a valorizar de uma forma mais vincada os riscos ambientais que são percecionados através dos seus sentidos físicos, confirmando-se o que Langlois (2012) e Che *et al.* (2013) defendem.

As condições climatéricas locais têm também grande influência no agravamento da incomodidade sentida pelas pessoas. Por exemplo, o fumo das chaminés ou os maus cheiros, fazem-se notar mais por efeito do abaixamento da temperatura do ar durante a noite ou por efeito de inversão térmica. Este aspeto é paradigmático da necessidade de se fazer chegar às pessoas a informação necessária, clara e compreensível, para que estas possam conscientemente elaborar os seus próprios modelos de risco.

Como se viu no capítulo 2, o esclarecimento elimina receios e incertezas, enquanto fortalece a confiança e envolvimento das pessoas, ajudando na resolução de problemas mas também na prevenção de conflitos ambientais, tornando-se para isso fundamental a existência de canais de comunicação, que de forma acessível e credível façam chegar às populações a informação técnica e científica que precisam (Schmidt, 2008).

As autoridades locais responsáveis pelas áreas do ambiente e da saúde pública, porque sendo aqueles que melhor conhecem a realidade local são também aqueles que poderão melhor promover a participação pública e influenciar a gestão responsável da poluição industrial, têm aqui a desempenhar um importante papel de mediação entre a população e a indústria. A constituição de entidades independentes, que compreendam as posições das populações por um lado, ao mesmo tempo que conhece a atividade e desempenho das organizações industriais por outro, pode revelar-se um importante aliado para o estabelecimento de plataformas de diálogo, tendo em vista a integração a nível ambiental entre empresas e a comunidade local (Santinhos, 2014).

Aspeto que se salienta, é a perceção dos inquiridos para os riscos não diretos resultantes da atividade industrial para a saúde humana e para a segurança das pessoas, como são a contaminação da água das torneiras e dos alimentos. Embora não se revejam nas

práticas ambientais dos inquiridos, eles estão presentes na sua consciência, despertando-os para uma racionalização e discussão mais alargada do tema da poluição.

Esta maior consciencialização do risco, se mal orientada, ou se nada for feito atempadamente para contextualizar e clarificar, poderá levar ao agudizar de receios e incertezas, aumentando tensões, e eventualmente ao despoletar situações de potencial conflito ambiental. Da mesma forma, situações de incerteza prolongadas no tempo aumentam a desconfiança, intensificam a percepção do risco e a suscetibilidade de ocorrência de problemas ambientais.

Princípios e valores

De modo a melhor compreender a disponibilidade da população de Sines para o diálogo, importa também perceber quais os seus princípios e valores relativamente à atividade industrial e ao ambiente. E serão esses princípios e valores compatíveis com a falta de confiança que as pessoas normalmente sentem face às organizações industriais, conforme descrito na literatura?

De acordo com os resultados agora obtidos (tabelas 17 e 18), constata-se haver uma forte associação entre a importância dada à proteção do ambiente e a falta de confiança institucional, quer para com o governo nacional [$r_s(32) = + 0,97665$; $p < 0,001$], quer para com as organizações industriais, [$r_s(32) = + 0,965$; $p < 0,001$].

Como se viu na revisão da literatura, a falta de confiança institucional, que se traduz no agravamento da percepção do risco (Giddens, 1991) poderá dever-se ao distanciamento das pessoas aos processos de decisão ambiental (Gonçalves, 2007), mas também ao sensacionalismo e empolamento mediático da notícia, que normalmente envolve os temas do ambiente e da indústria (Delicado e Gonçalves, 2007). Estes resultados, vêm assim reforçar a necessidade de se promover o estabelecimento de plataformas de diálogo com as populações e a participação pública, que façam chegar à populações a informação necessária de forma clara e credível, para a construção da confiança.

Salienta-se neste campo a confiança recolhida quer pelos cientistas e peritos científicos, quer pelos profissionais da saúde e médicos, sugerindo que estes podem ainda vir a desempenhar um importante papel na culturalização ambiental da população de Sines, como elementos de disseminação e divulgação da informação ambiental local.

Por um lado, verifica-se que os atores sociais de Sines inquiridos estão dispostos a abdicar de uma parte da sua qualidade de vida em prol do ambiente, o que traduz o seu empenho para com a resolução dos problemas ambientais. Defende-se através dos resultados deste inquérito que o ambiente é um bem comum que a todos pertence, e porque a sua proteção só tem vantagens para todos, donde sobressai o conceito de felicidade e bem-estar, mas também um certo sentimento de posse adquirido através do envolvimento das pessoas nas questões ambientais e na defesa dos seus interesses.

Por outro lado, verifica-se também que os inquiridos defendem uma abordagem mais conservadora e punitiva por parte do estado, esperando assim que ele venha a cumprir o papel de regulador que lhe compete, seja pela publicação de legislação ambiental mais exigente ou ainda pela aplicação de taxas ambientais mais pesadas aos poluidores, mas também pela criação de incentivos e maior divulgação ambiental. Estas duas posições, aparentemente opostas, evidenciam a predisposição dos inquiridos para a colaboração, mas não sem um retorno daqueles que na sua opinião são os verdadeiros responsáveis pela degradação do ambiente na região.

Para o leigo, na dúvida ou incerteza, será naturalmente mais fácil punir do que promover a conformidade com as leis ambientais. Se os efeitos da atividade industrial estão presentes no seu dia-a-dia, de forma continuada, não obstante a existência de normas ambientais, é porque as autoridades responsáveis não fazem o que deviam fazer para regularizar a situação. Daqui ao sentimento de conivência, entre entidades reguladoras e poluidores, é um pequeno passo, com a queda em descrédito de todo o sistema regulador, responsável pela gestão do ambiente.

Os resultados agora obtidos sugerem que, embora os inquiridos considerem ser a indústria a principal causa de degradação do ambiente em Sines, é também ela que poderá mais facilmente fazer algo para melhorar a situação ambiental que se verifica a nível regional, porque é ela que tem as capacidades e os meios para resolver os problemas apontados. No entanto, esta realidade só será possível com o envolvimento das pessoas e com uma comunicação sólida e transparente, que capacite as pessoas para

a discussão e racionalização dos assuntos ambientais, percebendo-se também aqui os traços da cultura ambiental própria da população de Sines.

6.3. Disponibilidade da indústria de Sines para o estabelecimento de plataformas de diálogo com a população local

Normalmente as empresas tendem a não investir em medidas adicionais à sua atividade, a menos que vejam nisso vantagens económicas. Promover a imagem corporativa, assegurar a longevidade da empresa, melhorar o desempenho da atividade, são motivações para a ação proactiva das empresas (Rondinelli e Berry, 2000).

O inquérito aplicado à indústria evidencia a disponibilidade das empresas inquiridas para o estabelecimento de plataformas de diálogo, mas, mais do que isso, elas têm já implementados processos de comunicação externa, especialmente vocacionados para o diálogo com a população local. As motivações apontadas passam por assegurar a monitorização do seu desempenho, prevenir potenciais situações de conflito e promover a sua integração social.

Os casos de poluição anteriormente ocorridos na região, associados a uma maior consciencialização dos riscos por parte da população em geral e a um maior espírito crítico das pessoas relativamente ao desempenho ambiental da indústria, levaram as empresas inquiridas a integrar nas suas práticas diárias as questões ambientais e sociais envolventes à sua atividade. A implementação de processos de comunicação externa e a integração da opinião pública nas suas políticas de gestão evidencia o elevado grau de cultura ambiental e social das empresas inquiridas.

O carácter instrumental dado ao diálogo, suporta a disponibilidade das empresas inquiridas para o estabelecimento de plataformas de diálogo com a população local, ao remeter para os benefícios esperados, *i.e.* para as vantagens económicas que daí poderão ser retiradas, em termos de marca e de mercado, como são o maior envolvimento e esclarecimento das pessoas, a maior confiança e reconhecimento da comunidade, e a melhoria da imagem corporativa da empresa.

Ao implementar procedimentos de consulta à população, integrando nas suas práticas de gestão os interesses, os receios e as preocupações da comunidade, as empresas estão também a antecipar situações de potencial conflito ambiental, ao mesmo tempo que promovem o compromisso dos seus trabalhadores para com a política da empresa. Com a criação de laços com as populações locais, as empresas estão também a contribuir para uma sociedade pluralista mais responsável e conhecedora dos seus direitos e deveres ambientais. Estes comportamentos, adotados pelas organizações industriais inquiridas em Sines, estão de acordo com os princípios da responsabilidade social das empresas descritos na revisão da literatura (Garriga e Melé, 2004).

Como se viu anteriormente (capítulo 2), as dúvidas e receios resultam de lacunas de conhecimento. Também no campo da cidadania ambiental as organizações industriais têm um importante papel a desempenhar através da culturalização ambiental das comunidades em que se inserem. Fazendo uso dos seus conhecimentos técnicos e científicos, adquiridos diariamente no desempenho das suas atividades, as empresas têm a oportunidade de transformar essa informação em conhecimentos, e fazê-los chegar às pessoas de uma forma comunicativa, como parceiros sociais.

Os elementos fundamentais para o estabelecimento de processos de comunicação externa e de diálogo com a população identificados neste trabalho são:

- o compromisso da gestão através de uma política de transparência;
- as competências técnicas específicas e os meios adequados;
- definição dos conteúdos informativos e caracterização da audiência.

Embora na generalidade as empresas inquiridas demonstrem uma atitude positiva para o diálogo externo, são no entanto apontados riscos na implementação de processos de comunicação externa com a população. Estes riscos resultam, por exemplo, de processos conduzidos de forma inadequada à situação ou se não for usada uma linguagem clara e transparente, podendo gerar-se mal entendidos, que poderão resultar na quebra de confiança das pessoas na atividade industrial. A referência a estes riscos é reveladora do receio de exposição das empresas a situações de contestação ou oposição popular direta, das quais sairá sempre prejudicada, em termos de imagem e reputação.

Este receio reflete-se também nas componentes da comunicação obtidas no inquérito. Ao remeter para a população a iniciativa do diálogo, as empresas inquiridas estão a resguardar-se de eventuais riscos de perda de imagem, limitando-se a desenvolver as suas atividades ‘dentro de portas’ sem avançar para o envolvimento direto no seio da comunidade.

Sabe-se também que impactes ambientais residuais resultantes da atividade industrial são tecnicamente impossíveis de eliminar, criando-se assim desfasamentos entre o real desempenho da empresa e aquilo que as pessoas percecionam, em termos de riscos para o ambiente e a saúde humana (Rondinelli e Berry, 2000). Também aqui a mediação externa independente, nomeadamente por quem tem responsabilidade pela gestão ambiental local, tem a desempenhar um importante papel na criação de entendimentos entre a indústria e as populações vizinhas, com vista à antecipação e resolução de conflitos em matéria de ambiente (Santinhos, 2014).

Esta lacuna de regulação, que resulta do desfasamento entre molduras sociais e legais, sugere a necessidade de se criar um sistema normalizado de autorregulação, credível e socialmente aceite, que demonstre o compromisso e o desempenho das organizações industriais para com o ambiente e a proteção da saúde humana. Este sistema deverá ser por um lado suporte de confiança para as populações, e por outro promotor de uma intervenção mais ativa das empresas no seio da sua comunidade, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável das empresas e para uma cidadania ambiental mais informada e mais responsável.

7. Propostas de solução

7.1 Elementos para o estabelecimento de plataformas de diálogo entre as populações e a indústria vizinha

Ao longo deste trabalho diversos elementos foram surgindo como fundamentais para o estabelecimento de plataformas de diálogo entre as populações e a indústria. Sendo este trabalho limitado à partida em termos de tempo e extensão, os elementos que a seguir se listam são necessariamente apenas pistas de investigação para trabalhos futuros, que carecem de um desenvolvimento mais profundo que permita delinear com rigor o planeamento deste tipo de ações:

- 1 – Desenvolvimento de uma política de Educação Ambiental, que prepare as pessoas para a participação pública ativa, criando as condições necessárias para o envolvimento direto nos processos de decisão ambiental. É tempo de sair das salas de aula para a rua, para formar uma população mais responsável, e mais consciente e conhecedora das questões do ambiente, com as competências e motivações que lhes permitam encarar a discussão destes temas de espírito aberto e com empenho na prevenção e resolução dos problemas ambientais.
- 2 – Os problemas do ambiente dizem respeito a todos, e é através do envolvimento de todos que se poderá esperar sucesso na sua resolução, sendo aqueles que de mais perto lidam com este tipo de problemas que melhor podem contribuir para os resolver. Neste campo, é essencial o desenvolvimento e implementação de novas formas de participação pública a nível local, para o envolvimento das pessoas nos processos de decisão ambiental. Isto permite não só a obtenção de melhores respostas, como também uma melhor aceitação das soluções adotadas, mais robustas e mais legítimas. São exemplos destes mecanismos de governação, nomeadamente, as assembleias municipais, a Agenda 21 Local, o orçamento participativo, mas também os processos participativos associados a planos, programas e políticas.

3 – A formação de um verdadeiro serviço público de comunicação social. Um serviço de informação dirigido às pessoas, e que vá ao encontro daquilo que elas procuram e precisam para o exercício de uma cidadania plena e efetiva. A promoção de uma cultura científica e ambiental, tornando-a universal, e onde a comunicação da ciência se efetue de forma clara, motivadora e imparcial. Uma informação cientificamente pobre à partida, nunca poderá ser um fator de motivação e dinamização para a culturalização das pessoas. A ciência deve estar presente a todos os níveis de comunicação como veículo transformacional, de modo a que as pessoas sejam capazes de compreender o que lhes é transmitido, e assim melhor avaliar as suas implicações e consequências para si, para o ambiente e para a saúde humana.

4 – Criação de um sistema normalizado que avalie o cumprimento legal em matéria ambiental das organizações industriais, baseado na autorregulação responsável, que promova a melhoria contínua do desempenho ambiental e assegure o reconhecimento das empresas de elevado desempenho. Os instrumentos de adesão voluntária e de comunicação ambiental, são um excelente contributo para a promoção do cumprimento legal e da melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações industriais. Um sistema que incentive as empresas a participar na promoção da cultura ambiental das populações, quer através da intervenção direta no seio da comunidade, como o patrocínio de projetos educativos, quer através da sensibilização e formação na área do ambiente, de acordo com os princípios e objetivos da cidadania ambiental e do desenvolvimento sustentável.

5 – O desenvolvimento de processos de mediação, com o envolvimento das autoridades locais, nomeadamente das áreas do ambiente e da saúde pública, e de outras entidades independentes para a resolução de conflitos ambientais entre as populações e a indústria. A mediação ambiental promove o diálogo construtivo e a geração de confiança, podendo ser aplicada numa fase inicial de processos de licenciamento ou de ampliação de projetos com impacte ambiental e social previsível. O estabelecimento de plataformas de diálogo produz informações detalhadas, promove o esclarecimento e permite a identificação e resolução de potenciais problemas ambientais, antecipando-os.

8. Conclusão

Este trabalho iniciou-se com a questão da integração a nível ambiental entre as populações e a indústria vizinha para a resolução de problemas ambientais através do estabelecimento de plataformas de diálogo, tendo em vista a promoção da cidadania ambiental e o desenvolvimento sustentável. Para isso, torna-se fundamental perceber a disponibilidade quer das populações quer da indústria para o diálogo.

A relação de vizinhança entre a população e a indústria nem sempre é pacífica. Ainda que as empresas laborem no completo cumprimento das suas obrigações legais em matéria de ambiente, emissões marginais de poluentes, como fumos e odores, são tecnicamente impossíveis de eliminação total, as quais causam não só impactes ambientais mas também sociais, e são muitas vezes fonte de potenciais conflitos por razões ambientais. Esta situação ganha especial expressão nos aglomerados populacionais situados na proximidade de grandes instalações industriais.

As questões ambientais assumem frequentemente contornos difusos, provocando comportamentos muitas vezes orientados mais pelo sentimento do que pela razão. A atitude individual é neste campo uma função do espaço e do tempo. Se quisermos compreender, e eventualmente procurar antecipar, comportamentos ambientais, o indivíduo e a sua envolvente terão de ser considerados como um todo, numa rede complexa de fatores interdependentes que em cada momento modificam e condicionam a maneira de ser e de agir de cada um no que ao ambiente diz respeito.

Sines é um exemplo paradigmático de problemas ambientais persistentes entre a população e a indústria local, que se fazem sentir já desde há já vários anos. Tema central da contestação popular é o complexo portuário-industrial de Sines, que surge como a fonte de todos os problemas ambientais que se verificam na região. Sabendo-se que nos casos de conflito por razões ambientais, as relações de vizinhança entre a população e a indústria podem ser melhoradas através do diálogo, foi conduzida uma investigação empírica hipotético-dedutiva das atitudes sociais que condicionam a disponibilidade da população e da indústria de Sines para o com o estabelecimento de plataformas de diálogo.

De modo a perceberem-se as razões do conflito entre a população e a indústria vizinha, foi aplicado um estudo de caso no concelho de Sines, para avaliar da existência de facto de uma situação de poluição local, que justifique a atitude de contestação popular à atividade industrial, ou se, por outro lado, essa atitude se fundamenta em aspetos históricos e culturais, que tradicionalmente associam a indústria à degradação do ambiente e da saúde pública. Para a caracterização das atitudes e percepções ambientais quer da população quer da indústria de Sines no que ao ambiente diz respeito, assim como das relações sociais, realizou-se um inquérito por questionário, aplicado a atores sociais chave representativos da população e da indústria local.

O tratamento dos resultados obtidos foi feito com recurso a técnicas estatísticas e de análise de conteúdo. Procurou-se desta forma fazer-se uma avaliação da disponibilidade da população de Sines para a colaboração com a indústria vizinha na proteção do ambiente e da saúde humana, assim como da disponibilidade da indústria de Sines para o diálogo com a população local, através da análise das políticas e modelos de comunicação externa adotados e integração da consulta pública nas suas práticas de gestão empresarial.

Este trabalho, ainda que exploratório, permitiu obter resultados que vêm confirmar as hipóteses de partida. Em primeiro lugar, confirmou-se a centralidade do tema do ambiente para os representantes da população de Sines inquiridos, em linha com os resultados anteriormente encontrados quer a nível europeu quer nacional, e apresentados pelos programas Eurobarómetro e Observa. Salienta-se no entanto uma percepção mais vinculada dos aspetos ambientais nos atores sociais inquiridos, e que resulta da sua maior proximidade à atividade industrial e aos fatores de poluição associados à indústria. Em segundo lugar, verifica-se a disponibilidade, quer dos representantes da população quer das organizações industriais de Sines inquiridas, para o diálogo tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana, o que permite antecipar o sucesso da implementação de plataformas de diálogo na resolução do conflito ambiental em Sines.

No entanto, ainda que os atores sociais de Sines revelem um importante envolvimento nas questões ambientais, a falta de tempo ou de oportunidade é uma razão frequentemente apontada como justificação para a não participação. Sabe-se que nos dias de hoje as pessoas estão sujeitas a solicitações diversas que restringem a sua disponibilidade para o envolvimento em questões que não sejam imediatamente

urgentes, como são as obrigações domésticas e profissionais. Tendo este facto presente, o planeamento de ações de carácter ambiental, que envolvam a participação do público, deverá ter em conta aspetos como horários e locais de encontro, que constituam verdadeiras oportunidades de participação, e que permitam e promovam o envolvimento efetivo das pessoas nos assuntos que mais as afetam, nomeadamente no que ao ambiente diz respeito.

Sendo a cultura ambiental das pessoas uma condição necessária para uma população participativa, torna-se essencial a criação de um sistema que institucionalize a educação ambiental a todos os níveis, desde as atividades escolares às práticas sociais, seja no espaço doméstico, profissional, ou dentro da própria comunidade, que envolva as pessoas, as empresas e os municípios para os mesmos objetivos de desenvolvimento sustentável. Para a sua operacionalização, conforme já defendido por outros investigadores, torna-se necessária uma estratégia nacional para a educação ambiental, mobilizadora e integradora da participação pública na discussão das questões ambientais. Neste campo, os meios de comunicação social poderão ter um importante papel na preparação dos cidadãos para uma intervenção responsável em matéria de ambiente, mais consciente e mais informada.

Este trabalho demonstrou que a plena compreensão dos problemas ambientais é um passo fundamental no planeamento de estratégias de intervenção a nível local. Sabendo-se que o desconhecimento gera receios, como aqueles que resultam da atividade industrial, a qual envolve riscos para o ambiente e para a saúde humana, conclui-se que estes receios resultam de lacunas de comunicação entre as entidades responsáveis pela gestão ambiental e as populações, nomeadamente aquelas que estão mais próximas de grandes instalações industriais. Embora a informação ambiental recolhida no âmbito deste trabalho não evidencie uma clara situação de poluição ambiental, constata-se no entanto existir uma situação de conflito na região, que opõe a população à atividade industrial vizinha. Importa pois continuar-se o estudo das razões que deram origem e sustentam o conflito ambiental em Sines, e cujas causas poderão não estar diretamente ligadas à existência ou não de poluição ambiental, sistematizando-se comportamentos que permitam antecipar situações de potencial conflito ambiental.

No entanto, e porque episódios ocorreram que provocaram as alterações das condições naturais identificadas na região de Sines, torna-se essencial dar continuidade à

realização de estudos ambientais, de âmbito alargado e continuados no tempo, que permitam o correto conhecimento das características ambientais locais, e que se justificam pela presença do complexo portuário e industrial em Sines. Neste contexto, a informação científica recolhida e os resultados de monitorização ambiental deverão ser atempadamente comunicados às populações, de forma clara e perceptível, fazendo-se a aproximação do discurso científico às pessoas, permitindo que elas possam tomar as suas decisões de forma consciente e informada. É a partir do envolvimento de todos os interessados e da partilha de saberes que se torna possível o exercício de uma cidadania ambiental efetiva, obtendo-se assim soluções mais robustas e mais legítimas, nomeadamente em processos locais de tomada de decisão em matéria de ambiente.

Realça-se a importância que os processos de mediação poderão desempenhar na resolução de problemas ambientais, através da promoção da discussão colaborativa entre os interessados. Considera-se que este papel poderá ser facilmente desempenhado pela administração local, porque são aqueles que estão mais perto das questões ambientais, melhor podem compreender as populações e a realidade das empresas, e assim promover a participação pública, e influenciar uma gestão industrial responsável.

Os resultados alcançados permitiram identificar elementos fundamentais para o estabelecimento de plataformas de diálogo e que contribuem para uma melhor integração a nível ambiental entre as populações e a indústria, tendo em vista a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, dos quais se destaca:

1. a divulgação da informação promove a participação pública;
2. a proximidade é o principal fator na perceção do risco;
3. o envolvimento das pessoas é a base para a construção da confiança.

Conclui-se que a resolução de problemas ambientais que envolvam as populações e a indústria, passa essencialmente por uma ação proactiva das entidades responsáveis pela gestão ambiental, por uma melhor divulgação científica e pela participação pública nos processos de decisão ambiental. Propõe-se a realização de um projeto estudo das condições ambientais locais, para a promoção do diálogo social entre a população e a indústria através da implementação de programas de educação para a sustentabilidade no concelho de Sines.



Fonte: unpo13minionu.wordpress.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, JF (org.) 2000, *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Celta Editora, Oeiras.
- Almeida, JF (org.) 2004, *Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Celta Editora, Oeiras.
- Almeida, MDV e Graça, AP 2000, 'A BSE e as atitudes dos consumidores', in Gonçalves, ME (org.), *Cultura científica e participação pública*, Celta Editora, Oeiras.
- Alves, F, Araújo, MJ, Azeiteiro, U 2012, 'Cidadania ambiental e participação: o diálogo e articulação entre distintos saberes-poderes'. *Saúde em Debate*, vol. 36, n.º especial, pp.46-54.
- Alves, F, Filho, WL, Araújo, MJ e Azeiteiro, UM 2013, 'Crossing borders and linking plural knowledge: biodiversity conservation, ecosystem services and human well-being', *Journal of Innovation and Sustainable Development*, vol. 7, n.º 2, pp. 111-125.
- Agência Portuguesa do Ambiente (APAA), *Promoção e Cidadania Ambiental*, acedido em 8 de junho de 2014: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142>.
- Agência Portuguesa do Ambiente (APAb), *QualAr - Base de dados on-line sobre qualidade do ar*, acedido em 15 de setembro de 2014: <http://qualar.apambiente.pt/>
- Águas de Santo André (AdSA), *Água Potável*, acedido em 17 de dezembro de 2014: <http://www.adsa.pt/atividade/>.
- André, P, Enserink, A, Connor, D e Croal, P 2006, 'Participação Pública, Princípios internacionais da melhor prática', *IAIA*, ed. especial, n.º 4.
- Arquivo Municipal de Sines (AMS) 2013, *Inventário do Fundo da Comissão de gestão do ar de Sines 1984-1999*, Centro de Artes, Sines.
- Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação (AIPQR) 2013, *Constituição do Painel Consultivo, Comunitário na área da Actuação Responsável COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines*, AIPQR, Sines.

- Augusto, S, Pereira, MJ, Máguas, C, Matos, J, Soares, A e Branquinho, C (2008), 'Spatial modeling of PAH's in lichens for fingerprinting of multisource atmospheric pollution', *Environmental, Science and Technology*, vol. 43, n.º 20, pp.7762-7769.
- Augusto, S, Pereira, MJ, Máguas, C, Soares, A e Branquinho, C 2012, 'Assessing human exposure to polycyclic aromatic hydrocarbons (PAH) in a petrochemical region utilizing data from environmental biomonitors', *Journal of Toxicology and Environmental Health, Part A*, n.º 75, pp. 819-830.
- Ávila, P e Castro, P 2002, 'Compreender a ciência: O inquérito à cultura científica dos Portugueses', in Gonçalves, ME (org.), *Os portugueses e a ciência*, Dom Quixote, Lisboa.
- Ávila, P, Gravito, AP e Vala, J 2000, 'Cultura científica e crenças sobre a ciência' in Lima, L, Cabral, MV e Vala, J (org.), *Ambiente e desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.
- Balle, F 2003, *Os Media*, Campo das Letras, Porto.
- Bardin, L 2011, *Análise de conteúdo*, Edições 70, Lisboa.
- Barnett, V 2002, *Sample survey principles and methods*, John Wiley & Sons, London.
- Barros, H 2003, 'Saúde, ciência e receios: a saga da co-incineração', in Pio, C, Barros, H, Cavalheiro, J, Dias, R e Formosinho, S (coord.), *Co-incineração, uma guerra para o noticiário das oito*, Campo das Letras, Porto.
- Beck, U 2006, 'Living in the world risk society', *Economy and Society*, vol. 35, n.º 3, pp.329-345.
- Biblioteca Municipal de Sines (BMS) 2014, *Recortes de jornais - Ambiente*, Cota 016, Sines.
- Câmara Municipal de Sines (CMS), *Município de Sines*, acessido em 3 de setembro de 2014: <http://www.sines.pt/PT/Paginas/default.aspx>.
- Carmo, H e Ferreira, MM 2008, *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.

Casanova, JL, Costa, AF e Almeida, JF 2004, 'Atitudes ambientais da população portuguesa', in Almeida, JF (org.), *Os portugueses e o ambiente – II Inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.

Castro, P 2004, 'Cultura científica e confiança na ciência em matérias ambientais', in Lima, L, Cabral, MV e Vala, J (org.), *Ambiente e desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.

Che, Y, Yang, K, Jin, Y, Zhang, W, Shang, Z e Tai, J 2013, 'Resident's concerns and attitudes toward a municipal solid waste landfill: integrating a questionnaire survey and GIS techniques', *Environment Monitoring Assessment*, n.º 185, vol. 12, pp.10001-10013. DOI: 10.1007/s10661-013-3308-y.

Conceição, CP, Gomes, MC, Pereira, I, Abrantes, P e Costa, AF 2008, 'Promoção de cultura científica. Experiências da Sociologia'. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 57, pp. 51-810.

Correia, C e Eiró-Gomes, M 2009, 'Da compreensão pública da ciência ao compromisso público com a ciência: que percurso para Portugal?', *6º Congresso SOPCOM*, Lisboa, pp. 4857- 4867.

Crichton, M 2004, *State of fear*, Avon Books, New York.

Cunha, C, Vieira, C, Teixeira, F, Raposo, I e Sobrinho, J 1999, *A educação ambiental na política pública de ambiente*, IPAMB.

Day, D 1997, 'Citizen participation in the planning process: an essentially contested concept?', *Journal of Planning Literature*, vol. 11, n.º 3, pp.421-435.

Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 176, de 01.08.1998, p. 3676.

Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 249, de 29.12.2005, p. 7280.

Delicado, A 2007, 'Informação ou dramatização do risco: os *media* e os novos riscos.' in Gonçalves, ME (coord.), *Os Portugueses e os novos riscos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Delicado, A e Gonçalves, ME 2007, 'Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito', *Análise Social*, vol. 42, n.º 184, pp. 687-718.

Diário de Notícias (DN) Portugal 2014, *Sines quer acabar com surtos de maus cheiros*, acessado em 14 de setembro de 2014:

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3820306&seccao=Sul.

Diretiva 76/160/CEE, do Conselho, de 8 de Dezembro de 1975, relativa à qualidade das águas balneares.

Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

Diretiva 7/2006/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro de 2006, relativa à gestão da qualidade das águas balneares, que revoga a Diretiva 76/160/CEE.

Drucker, PF 2012, *Uma sociedade funcional*, Publicações Dom Quixote, Alfragide.

Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento (ERSAR), *Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP)*, acessado em 16 de dezembro de 2014:

<http://www.ersar.pt/website/ViewContent.aspx?Section=MenuPrincipal&FinalPath=RASARP&FolderPath=%5cRoot%5cContents%5cSitio%5cRASARP&SubFolderPath=>.

Dunlap, RE 1994, 'International attitudes towards environment and development', in Bergesen, HO e Parmann, G (ed.), *Green globe yearbook of international co-operation and development*, Oxford University Press, Oxford, pp.115-126.

European Commission (EC) 2010, *Science and Technology*, Directorate-General for the Environment.

European Commission (EC) 2011, *Attitudes of European citizens towards the environment*, Directorate-General for the Environment.

European Commission (EC), *Public opinion*, acessado em 17 de maio de 2014:

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives_en.htm.

European Social Survey (ESS), *Data and documentation*, acessado em 10 de maio de 2014: <http://nesstar.ess.nsd.uib.no/webview/>.

Evangelista, J 1992, *Razão e porvir da educação ambiental*, INAMB, Lisboa.

- Falk, O e Heblich, S 2007, 'Corporate social responsibility: doing well by doing good', *Business Horizons*, n.º 50, pp. 247-254.
- Felt, U 2000, 'A adaptação do conhecimento científico ao espaço público', in Gonçalves, ME (org.), *Cultura científica e participação pública*, Celta Editora, Oeiras.
- Filho, WL, Alves, F, Caeiro, S e Ulisses, MA (ed.) 2010, *Internacional Perspectives on climate change*, Springer.
- Flynn, J e Slovic, P 2000, 'Avaliação dos peritos e do público acerca dos riscos tecnológicos', in Gonçalves, ME (org.), *Cultura científica e participação pública*, Celta Editora, Oeiras.
- Formosinho, S 2003, 'As forças em confronto no processo de co-incineração', in Pio, C, Barros, H, Cavalheiro, J, Dias, R e Formosinho, S (coord.), *Co-incineração, uma guerra para o noticiário das oito*, Campo das Letras, Porto.
- Freeman, RE 2010, *Strategic management*, Cambridge University Press, New York.
- Freitas, M 2006, 'Educação ambiental e/ou educação para o desenvolvimento sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa', *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 41. pp. 133-147.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos, *Conhecer a Crise*, acessado em 5 de maio de 2014: <http://www.conheceracrise.com/>.
- Garriga, E e Melé, D 2004, 'Corporate Social Responsibility theories: mapping the territory', *Journal of Business Ethics*, n.º 53, pp.51-71.
- Giddens, A 1991, *As consequências da modernidade*, Editora UNESP, São Paulo.
- Giordan, A e Souchon, C 1997, *Uma educação para o ambiente*, IPAMB, Mem Martins.
- GISA - Gestão Integrada de Saúde e de Ambiente no Litoral Alentejano 2012, *Relatório Final - Componente sociológica*, Nave, JG (coord.) e Fonseca, S, Lisboa.
- Góis, P 2006, *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, TEXTYPE, Lisboa.

Gonçalves, ME 2002, 'Imagens públicas da ciência e confiança nas instituições: Os casos de Foz Côa e da co-incineração', in Gonçalves, ME (org.), *Os portugueses e a ciência*, Dom Quixote, Lisboa.

Gonçalves, ME 2007 (coord.), *Os Portugueses e os novos riscos*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.

Granjo, P 2004, *Trabalhamos sobre um barril de pólvora – Homens e perigo na Refinaria*, ICS, Lisboa.

Guerra, IC 2006, *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*, Princípia, Cascais.

Heiman, GW 2011, *Basic statistics for the behavioral sciences*, Wadsworth, Belmont.

Huang, L, Ban, J, Sun, K, Han, Y, Yuan, Z e Bi, J 2012, 'The influence of public perception on risk acceptance of the chemical industry and the assistance of risk communication', *Safety Science*, n.º 51, pp. 232-240.

IMPEL - European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law 2007, *Estabelecer o diálogo com a vizinhança - Guia prático*.

Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) 2013, *Balanço reclamações-denúncias-queixas 2013*.

Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) 2014, *Acidentes/Incidentes*, acedido em 28 de janeiro de 2015:
<http://www.igamaot.gov.pt/informacoes/acidentesincidentes/>.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2013, *Classificação portuguesa das atividades económicas Rev.3*, INE, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (INEa), *Censos*, acedido em 10 de setembro de 2014:
<http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos-homepage>.

Instituto Nacional de Estatística (INEb), *Dossiers Temáticos*, acedido em 29 de janeiro de 2015:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005612&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto Nacional de Estatística (INEc), *Dossiers Temáticos*, acessido em 12 de setembro de 2014:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfterrindic.

Jerónimo, HM e Garcia, JL 2011, 'Risks, alternative knowledge strategies and democratic legitimacy: the conflict over co-incineration of hazardous industrial waste in Portugal', *Journal of risk research*, vol.14, n.º 8, pp. 951-967.

Jesuino, JC e Cármen, D 2002, 'Estratégias de comunicação da ciência', in Gonçalves, ME (org.), *Os portugueses e a ciência*, Dom Quixote, Lisboa.

Jorgensen, TH 2008, 'Towards more sustainable management systems: through life cycle management and integration', *Journal of Cleaner Production*, n.º 16, pp. 1071-1080.

Jornal metro 2014, 'Democracia "não satisfaz"', 18 de março, p.4.

Langlois, E 2012, 'Factors that shape environmental perceptions: the role of health and place', *University of New Orleans*, Theses and Dissertations, paper 1595.

Lewin, K 2004, *Field theory in social science*, American Psychological Association, Washington D.C.

Lima, AV 2000, 'Representações e valores sobre natureza e ambiente', in Almeida, JF (org.), *Os Portugueses e o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.

Lima, AV e Guerra, J 2004a, 'Degradação ambiental, representações e novos valores ecológicos' in Almeida, JF (org.), *Os portugueses e o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.

Lima, AV e Guerra, J 2004b, 'Ambiente e cidadania: dimensão da mobilização ambiental em quatro países europeus' in Lima, L, Cabral, MV e Vala, J (org.), *Ambiente e desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.

Lima, L, Cabral, MV e Vala, J 2004 (org.), *Ambiente e desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.

Lima, ML 1995, 'Viver com o risco: abordagens da psicologia social ambiental', *Inforgeo*, n.º 9-10, pp.39-54.

Lima, ML 2000, 'Ciência e saber comum: Introdução', in Gonçalves, ME (org.), *Cultura científica e participação pública*, Celta Editora, Oeiras.

- Lima, VL e Schmidt, L 1996, 'Questões ambientais-conhecimentos, preocupações e sensibilidades', *Análise Social*, vol. 31, n.º 135, pp. 205-227.
- Mascarenhas, MPV e Costa, CAF 2011, 'Responsabilidade social e ambiental das empresas. Uma perspetiva sociológica', *Latitude*, vol. 7, n.º 2, pp.141-167.
- Mendes, JMO e Seixas, AM 2005, 'Ação coletiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 72, pp. 99-127.
- Nave, JG 2004, 'Entre a cultura ambiental e o efeito NYMBY', in Almeida, JF (org.), *Os portugueses e o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.
- Nunes, JA 2000, 'Públicos, mediações e construções situadas da ciência', in Gonçalves, ME (org.), *Cultura científica e participação pública*, Celta Editora, Oeiras.
- Nunes, JA e Matias, M 2003, 'Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos', *Revista Crítica de Ciências*, n.º 65, pp. 129-150.
- Oliveira, FPM e Guimarães FR 2004, *Direito, meio ambiente e cidadania*, Madras Editora, São Paulo.
- Oliveira, L e Carvalho, A 2012, 'Envolvimento e participação dos cidadãos na ciência em Portugal e Espanha: evolução e estado atual', in Pinto-Coelho, Z e Fidalgo, J (ed.) *Sobre Comunicação e Cultura: I Jornadas de doutoramento em ciências da comunicação e estudos culturais*, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 15-20.
- Ordem dos Engenheiros (OE) 2014, *Centro de Informação*, acedido em 28 de dezembro de 2014: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/>.
- Pacheco, FO 1999, *Crónica da primeira greve ecológica em Portugal*, Gráfica AMD, Beja.
- Peters, RG, Covello, VT e McCallum, DB 1997, 'The determinants of trust and credibility in environmental risk communication: an empirical study', *Risk Analysis*, vol. 17, n.º 1, pp. 43-54.

Pinto, JR 2004, 'A educação ambiental em Portugal: raízes, influências, protagonistas, principais ações', *Educação, Sociedade e Cultura*, n.º 21, pp. 151-165.

Pinto, JR 2006, 'De uma política pública de ambiente e educação ambiental em Portugal a uma estratégia nacional de educação ambiental: sucessos e fracassos', in, *Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental*, Corunha, vol.1, nº 1 e 2, pp.75-101.

Pinto, M 2005, (coord.) *Televisão e cidadania. Contributos para o debate sobre serviço público*, Campo das Letras, Porto.

PORDATA, *Ambiente, Energia e Território*, acessado em 6 de maio de 2014a:

<http://www.pordata.pt/Tema/Municipios/Ambiente++Energia+e+Territorio-46>.

PORDATA, *Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem*, acessado em 16 de novembro de 2014b:

<http://www.pordata.pt/Municipios/Diferenca+entre+o+salario+minimo+nacional+e+a+r+emuneracao+base+media+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem-477>.

Porter, ME e Kramer, MR 2006, 'Strategy & Society. The link between competitive advantage and corporate social responsibility', *Harvard Business Review*, December 2006.

Porto de Sines (PS) 2004, *Porto de Sines 2004 – A nossa força está no mar*, CPMCOM, Lisboa.

Queirós, M, Vaz, T e Palma, P 2006, *Uma reflexão a propósito do risco*, FLUL-CEG, Lisboa.

Quivy, R e Campenhoudt, LV 1995, *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva, Lisboa.

Rego, A e Cunha, MP 2003, *A essência da liderança. Mudança, resultados, integridade*, Editora HR, Lisboa.

Reis, Elizabeth 2008, *Estatística descritiva*, Edições Sílabo, Lisboa.

Ribeiro, MC, Pinho, P, Llop, E, Branquinho, C, Soares, A e Pereira, ML 2014, 'Associations between outdoor air quality and birth weight: a geostatistical sequential

simulation approach in Coastal Alentejo, Portugal', *Stochastic Environmental Research and Risk Assessment*, n.º 28, pp.527-540.

Rodrigues, ML, Duarte, J e Gravito, P 2000, 'Os portugueses perante a ciência - O inquérito de 1996/97', in Lima, L, Cabral, MV e Vala, J (org.), *Ambiente e desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.

Rondinelli, DA e Berry, MA 2000, 'Environmental citizenship in multinational corporations: Social responsibility and sustainable development', *European Management Journal*, vol. 18, n.º 1, pp.70-84.

Santinhos, AJ, Martinho, AP e Caeiro, S 2014, 'Perceção das populações locais face à sustentabilidade dos serviços das zonas costeiras: o caso da Lagoa de Santo André, Portugal', *Journal of integrated coastal zone management*, n.º 14, vol. 3, pp.413-427.

Santos, BS 1991, 'Subjetividade, cidadania e emancipação', *Revista crítica de ciências sociais*, n.º 32, pp.135-191.

Santos, BS 2002 (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Schmidt, L 2000, 'País: perceção, retrato e desejo', in Almeida, JF (org.), *Os portugueses e o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.

Schmidt, L 2008, 'Comunicar ciência: o papel dos media e os problemas científico-ambientais', in Schmidt, L e Cabral, JP (ed.), *Ciência e cidadania - Homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Schmidt, L, Nave, JG e Guerra, J 2010a, *Educação ambiental: balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Schmidt, L, Nave, JG e Guerra, J 2010b, 'The role of non-scholar organisations in environmental education: a case study from Portugal', *International Journal of Environment and Sustainable Development*, vol. 9 (1/2/3), pp. 16-29.

Schmidt, L, Nave, JG, O'Riordan, T e Guerra, J 2011, 'Trends and dilemmas facing environmental education in Portugal: From environmental problem assessment to citizenship involvement', *Journal of Environmental Policy and Planning*, vol. 13, n.º 2, pp. 159-177.

Schmidt, L e Valente, S 2004, 'Factos e opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável' in Lima, L, Cabral, MV e Vala, J (org.), *Ambiente e desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Viseu.

Schmidt, L, Truninger, M e Valente, S 2004, 'Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida', in Almeida, JF (org.), *Os portugueses e o ambiente*, Celta Editora, Oeiras.

SINESBIOAR - Implementação de um instrumento multidisciplinar para avaliação e gestão da qualidade do ar e dos seus impactes sociais na região de Sines 2004, *Relatório Final*, Nave, JG e Fonseca, S, Évora.

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), *Rede qualidade*, acessido em 18 de dezembro de 2014:

http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.4&ccdr=Alentejo&conc=SI NES&ponto=516/127&zf=&click_x=&click_y=&tema=&tipo=Furo Vertical.

Slovic, P 1987, 'Perception of risk', *Science*, vol. 236, n.º 4799, pp. 280-285.

Soledade, AF 1999, *Sines - Terra de Vasco da Gama*, Câmara Municipal de Sines, Santiago do Cacém.

Sousa, JP 2006, *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*, 2ªed., UFP, Porto.

Sousa, MJ e Baptista, CS 2011, *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*, Pactor, Lisboa.

Teixeira, F 2003, *Educação ambiental em Portugal*, Liga para a Proteção da Natureza, Torres Novas.

Teixeira, F 2014, *comunicação pessoal*, 20 de junho.

Vala, J 1989, 'A análise de conteúdo', in Silva, AS e Pinto, JM (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Edições Afrontamento, Porto.

Vasconcelos, L 2006, 'O exercício da cidadania pela participação popular' in Associação para a Gestão do Fórum Social Português 2003, *Um outro mundo é possível... mas não será fácil*, Edições Colibri, Lisboa.

Vasconcelos, L 2007, 'Participatory governance in complex projects', in Gunkel, G e Sobral, M, (ed.), *Reservoir and river basin management. Exchange of experiences from Brazil, Portugal and Germany*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Vaz, SF e Delfino, A 2010, *Manual de Ética Ambiental*, Universidade Aberta, Lisboa.

Yin, RK 2001, *Estudo de caso: planeamento e métodos*, Bookman, Porto Alegre.

Yin, RK 2006, 'Case study methods', in Green, JL *et al* (ed.), *Handbook of complementary methods in education research*, American Educational Research Association, Washington DC.

GLOSSÁRIO

- Agenda 21: documento resultante da Conferência do Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas, do Rio de 1992 sobre a cooperação e a importância de cada país a se comprometer no estudo de soluções para os problemas socio ambientais a nível global e local.
- Águas de lastro: água recolhida no mar e armazenada em tanques nos porões dos navios, com o objetivo de dar estabilidade às embarcações quando elas navegam sem carga.
- Ambiente: espaço envolvente ao indivíduo que afeta a sua qualidade de vida.
- Antropocentrismo: corrente filosófica que coloca o Homem no centro do universo, em que tudo o resto existe para servi-lo.
- Atitude ambiental: motivação social que impulsiona e orienta o indivíduo para uma determinada ação direta, ou simples expressão emocional, em matéria de ambiente.
- Atores sociais: elementos estruturais que formam a sociedade, ligados por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns.
- Cidadania ambiental: atitude pró-ativa para a participação nas questões ambientais, ou que com ele se relacionam.
- Conferência do Rio de 1992: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.
- Conflito ambiental: situação de tensão antagónica entre partes, latente ou ativa, envolvendo um ou mais aspetos ambientais.
- Crude: petróleo em bruto, antes de ser refinado.
- Cultura: capacidade de compreensão e racionalização sobre um determinado tema.
- Culturalização ambiental: processo de disseminação e divulgação da informação sobre ambiente, ou com ele relacionado.

Desenvolvimento sustentável (DS): conceito que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspetos de desenvolvimento social, económico e ambiental.

Ecocentrismo: corrente filosófica centrada na natureza, de que o homem faz parte integrante.

Educação ambiental (EA): refere-se ao conhecimento sobre o ambiente, tendo como principal função a consciencialização das pessoas para os assuntos ambientais.

“Elefante branco”: designação dada ao Complexo de Sines pelo seu elevado custo, relativamente à sua utilidade ou valor.

Eurobarómetro: série de pesquisas de opinião pública realizada regularmente em nome da Comissão Europeia desde 1973, que abordam uma grande variedade de temas da atualidade relacionados com a União Europeia em todos os Estados-Membros.

Gasóleo verde: produto petrolífero refinado com menores emissões de CO₂ e de outros gases poluentes.

Greve verde: ação popular que em 1982 paralisou a economia de Sines, em protesto pela situação ambiental que se verificava.

Impacte ambiental: uma alteração no ambiente, ou em algum de seus componentes, por determinada ação ou atividade humana.

Inquérito Gallup: inquérito realizado pela empresa de consultoria Gallup em 1992 aplicado a 24 países para a análise das preocupações ambientais das pessoas.

Maré negra: acidente poluente que resulta do derrame de produtos petrolíferos no mar.

Mediatização científica: dar a conhecer os assuntos e matérias da ciência pelos meios de comunicação social, ou por qualquer suporte de difusão de informação.

Organizações não-governamentais na área do ambiente (ONGA): associações jurídicas constituídas sem fins lucrativos, que visam exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Participação pública: o envolvimento, individual ou em grupo, em projetos, programas, planos, ou políticas sujeitas a um processo de decisão.

Perceção do risco: representação cognitiva que se faz em função do grau de prejuízo ou perda resultante de um qualquer acontecimento acidental.

Poluição: a introdução pelo homem, direta ou indiretamente, no ambiente de substâncias ou energia que provoquem um efeito negativo no seu equilíbrio.

Produtos ‘verdes’: produzidos de acordo com as regras e boas práticas de proteção do ambiente.

Racionalidades leigas: referem-se à forma de pensar e agir daqueles que não possuem um conhecimento aprofundado do tema.

Resíduos industriais perigosos (RIP): resíduos materiais resultantes da atividade industrial, contaminados com substâncias classificadas como perigosas.

Responsabilidade social das empresas (RSE): conceito de gestão empresarial que integra as preocupações sociais e ambientais e a interação com todas as partes interessadas.

Sistemas de gestão ambiental (SGA): conjunto de elementos estruturados que permite à empresa avaliar e controlar os impactos ambientais resultantes das suas atividades, produtos ou serviços.

Sociedade civil: conjunto das organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de funcionamento da sociedade, isentas da administração central do estado e independentes do sistema político.

Sociedade de risco: conceito teórico que estrutura a sociedade moderna que questiona as premissas do desenvolvimento industrial em função do risco gerado.

Anexo I: Atores sociais representantes da população de Sines

Atores sociais chave de Sines

1 - Associação Armadores Pesca Artesanal Costa Vicentina

7520-085 SINES
269 870 530
E-mail: aapsacv@mail.telepac.pt

2 - Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém

Estrada Costa Norte Bloco B-r/c-E
7520 SINES
269 636 878
E-mail: a.caboverdiana.sines@gmail.com

3 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Sines

Zona Industrial Ligeira 2 2-B
7520-309 SINES
269 870 500
E-mail: comandante.cbsines@gmail.com

4 - Associação Pró Artes de Sines

Avenida General Humberto Delgado
7520 SINES
269 182 523
E-mail: geral.eaal@gmail.com

5 - Câmara Municipal de Sines

Largo Ramos Costa
7520-159 SINES
269 630 600
E-mail: gae@mun-sines.pt

6 - ~~Caritas Paroquia de Sines~~ – não respondeu

R Luís Camões 50
7520-220 SINES
269 633 423
E-mail: caritas.sines@oninet.pt

7 - Casa da Juventude (D. Ana Nogueira)

Largo Muro Praia 1
7520-151 SINES
269 862 009
E-mail:juventude@mun-sines.pt

8 - Casa do Benfica em Sines

R Luís Camões 28
7520-220 SINES
269 633 249
E-mail: cbsines142@gmail.com

9 - ~~Centro de Estudos do International Language School~~ – não respondeu

Rua Marquês Pombal 49,2º-C
7520-224 SINES
269 633 810
E-mail: cestudos.meloi@gmail.com

10 - Colégio Estrela do Mar

Lote 2-r/c
7520-080 SINES
269 750 360
E-mail: colegioestreladomarsines@gmail.com

11 - ~~Cooperativa de Habitação Económica Unida de Acção CRL~~ – não respondeu

Rua Dias Coelho Bloco 12-cv
7520-198 SINES
269 630 020
E-mail: cooperativaunidadeacao@gmail.com

12 - Agrupamento vertical de escolas de Sines (ex- Escola EB Vasco da Gama de Sines)

Rua Reforma Agrária
7520-189 SINES
269 870 490
E-mail: aves.sines@gmail.com

13 - Escola Secundária 3º C E B Poeta Al Berto

7520 SINES
Escolaridade do 7º ao 12º ano
269 630 320
E-mail: al-berto@mail.telepac.pt

14 - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA)

Complexo Petroquímico
7520-059 SINES
269 633 475
E-mail: geral@etla.pt

15 - Ginásio Clube de Sines

Largo Atalaia 4
7520-143 SINES
269 085 035
E-mail: ginasio.sines@gmail.com

16 - A Gralha-Associação p/ o Desenvolvimento de Porto Covo

Rua Conde Bandeira 26
7520-437 PORTO COVO
269 905 006
E-mail: ass.agralha@gmail.com

17 - Igreja Paroquial de Sines – não respondeu

Largo Poeta Bocage
7520-152 SINES
269 633 951
E-mail: sines@diocese-beja.pt

18 - Igreja Maná de Ponte Sôr – não respondeu

Zona Industrial Ligeira 2 171
7520-309 SINES
269 862 186
E-mail:

19 - Infordidáctica Centro de Ensino e Formação Profissional Lda – não respondeu

Avenida Dom Pedro I
7520-100 SINES
269 635 566
E-mail: infordidactica.sines@gmail.com

20 - M.U.S.A Associação de Mulheres Unidas e Socialmente Activas Oriundas de Países de Língua Portuguesa em Sines – não confirmado

NIF 510 301 878
CAE 94995 – Outras atividades associativas
Rua Teófilo Braga 22
7520-242 SINES
269 082 860
E-mail: musasines@hotmail.com

21 - Rádio Sines – não respondeu

Avenida General Humberto Delgado
7520-106 SINES
269 634 804
E-mail: geral@radiosines.com

22 - Universidade de Évora

Rua Vasco Gama
7520-243 SINES
269 634 250
E-mail:

23 - Junta de Freguesia de Sines

Largo Ramos Costa, 21 B
7520-159 Sines
Tel: 269 870 200
E-mail: juntafsines@gmail.com

24 - Academia de Ginástica de Sines – não confirmado

Estrada da Costa do Norte - Pavilhão dos Desportos
7520 Sines
e-mail: academia.ginastica.sines@hotmail.com

25 - Arte Velha - Associação de Artesãos

Tv. Mariana Godinho, 23
7520 - 261 Sines
Tel: 269 878 208
Email: artevelha.sines@gmail.com

26 - Associação de Caçadores do Concelho de Sines – não confirmado

Largo da Atalaia, n.º 6 A
7520 - 164 Sines
Tel/fax: 269 08 48 32
e-mail: accsines@netvisao.pt

27 - Associação de Moradores do Br. Marítimo de Sines

Rua José Martins Ferreira, n.º 7 - 2º Esq.
7520 - 217 Sines
Tlm: 967042928/963360601
e-mail: a.mbmsines@gmail.com

28 - Associação de Moradores do Casoto e Arredores – não confirmado

Casoto - Caixa Correio nº 1727
7520 - 035 Sines
e-mail: am.casoto@hotmail.com

29 - Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega

Largo da Liberdade
7555 - 267 Cercal do Alentejo
Tel: 269 90 62 21
e-mail: amscsonega@sapo.pt

30 - Associação de Nadadores Salvadores do Litoral Alentejano – não respondeu

Estrada da Costa do Norte, Lote B - R/c
7520 Sines
Tlm: 916 431 504/913 636 547
e-mail: resgate_ansla@hotmail.com

31 - Associação de Radiomodelismo de Litoral Alentejano – não confirmado

Quinta dos Passarinhos, Lote 147
7520 - 164 Sines
e-mail:

32 - Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal

Estrada da Costa do Norte, Lote B - R/c
7520 Sines
Tel: 269 87 05 83
Email: sines.acsds@mail.telepac.pt

33 - Associação Empresarial de Sines

Apartado 100
7520 - 902 Sines
Tel/fax: 269 63 20 99
e-mail: aes@aesines.pt

34 - Associação Portuguesa de Ex. Combatentes Militares

Estrada da Costa do Norte, Lote B - R/c
7520 Sines
e-mail: apecmsines@sapo.pt

35 - Associação Prosas

Av. Domingos Rodrigues Pablo, 3 B
7520 - 102 Sines
Tel: 269 08 55 70
e-mail: associacaoprosas@gmail.com

36 - Associação Recreativa de Dança Sineense – não respondeu

Apartado 242
7520 - 903 Sines
Tlm: 964 076 464/938 467 837
e-mail: ardsines@sapo.pt

37 - Associação Sines Solidária

Tv. Mariana Godinho, 8
7520 - 261 Sines
Tlm: 915 013 493
e-mail: asinessolidaria@gmail.com

38 - ~~Centro Cultural Emmérico Nunes~~ – não confirmado

Largo Muro da Praia nº 1
7520 - 151 Sines
Tel:
Fax:
e-mail: página de internet

39 - ~~Clube de Natação do Litoral Alentejano~~ – não confirmado

Estrada da Costa do Norte, Lote B - R/c
7520 Sines
Tel/fax: 269 86 22 79
e-mail: cnla@netvisao.pt/secretaria@cnla.net

40 - Grupo Desportivo e Cultural da APS – não confirmado

Apartado 16
7520 - 953 Sines
e-mail: gdcaps@portodesines.pt

41 - Grupo Desportivo Leal Soneguense

Sonega
7555 Cercal do Alentejo
Tel: 269 90 61 51
Email: gdls.sonega@sapo.pt

42 - ~~Independentes Futsal Associação~~ – não respondeu

Estrada da Costa do Norte, Lote B - R/c
7520 Sines
Tlm: 965 397 085/927 452 457
e-mail: independ@iol.pt

43 - Missão Coragem

Rua Sacadura Cabral, 6
7520 - 239 Sines
Tlm: 926 500 766
e-mail: missaocoragem@gmail.com

44 - ~~Siga a Festa~~ Associação de Carnaval – não confirmado

Rua Alexandre Herculano, 16
7520 - 168 Sines
Tel: 927 419 684
e-mail:

45 - ~~Sines Surf Clube~~ – não confirmado

Rua Agostinho Rodrigues, 6 - 3º Esq.
7520 - 313 Sines
Tlm: 933 414 808/914 569 399
e-mail: sinessurfclube@gmail.com

46 - Teatro do Mar, Contra Regra - Associação Cultural

Rua da Atalaia, 5
7520 - 181 Sines
Tel: 269 63 45 11
Fax: 269 08 25 00
e-mail: contraregra@teatrodomar.com

47 - União Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém

Rua de Ferreira, n.º 4 - R/c
7520 - 195 Sines
Tel: 269 63 28 70
Email:

48 - ~~Vasco da Gama Atlético Clube~~ – não respondeu

Rua Luís de Camões nº 63
7520 - 220 Sines
Tel/Fax: 269 63 20 10
e-mail: vgaclube@gmail.com/vasco.gama@netvisao.pt

49 - Vespa Clube do Alentejo Litoral

Apartado 350
7520 - 904 Sines
Tlm: 965 056 693
e-mail:

50 - ~~Junta de Freguesia de Porto Cove~~ – não respondeu

Rua do Mar, 4
7520-437 Sines
Tel: 269 959 000 / 269 959 120
Email: freguesia.portocovo@gmail.com

51 - Associação de “Caçadores e Pescadores de Porto Covo”

Rua da Boavista, 10
7520-437 Porto Covo
Tel: 96 241 78 00
e-mail:

52 - Clube Desportivo e Recreativo de Porto Covo

Campo do Mar
7520-437 Porto Covo
Tel: 96 307 63 06
e-mail:

53 - Associação “Lãs com Arte” – Associação de Artesãos de Porto Covo – não confirmado

Mercado Municipal de Porto Covo
Tel: 96 867 49 13

54 - Grupo “Os Só Folia”

R da Farmácia 4, 4
7520-437, Porto Covo
Tlm: 96 850 67 64 ou 92 729 96 68
E-mail: ossofolia@hotmail.com

55 - Santa Casa da Misericórdia de Sines

Avenida 25 de Abril, N°2, Apartado 333
7520-107 Sines
Tel.: 269 63 04 60
Email: scmsines@mail.telepac.pt

Anexo II: Inquérito realizado à população de Sines

22/02/14

Inquérito à população de Sines - Formulário Google

***Obrigatório**



Inquérito aos atores sociais chave da população Sinesense

Bom dia,

Este inquérito realiza-se no âmbito do Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação (MCAP) da Universidade Aberta (UAh), e tem por objetivo contribuir para a compreensão das relações de vizinhança entre a população e a indústria na região de Sines. Para isso, é importante conhecer as diferentes perspetivas dos diversos atores sociais da população de Sines.

A sua opinião deverá estar focada na região de Sines. A informação recolhida será tratada com rigorosa confidencialidade, e apenas para efeitos deste estudo. Se o desejar, os resultados obtidos neste inquérito serão comunicados, devendo solicitá-lo em resposta a este mail.

O questionário foi elaborado tendo por base os anteriores trabalhos do programa Observe e do Eurobarómetro, e preencherá de aprox. 12 minutos para ser preenchido.

Em caso de dúvida não hesite em contactar-me, através do número móvel 91 928 69 48, ou do endereço e-mail: alvaro.barroqueiro@uab.pt.

Obrigado,
Álvaro Barroqueiro

Parte I

Organismo ou entidade representada

1. **Ator Social ***

Dados sociográficos

https://docs.google.com/forms/d/1XaHYPfFguel45jY9VA#m164y3700hy6cBng203_sred

1/10

22/02/2014

Inquérito à população de Sinus - Ferrulitura Google

2. Idade **Marcar apenas uma oval.*

- Entre 18 e 29
- Entre 30 e 45
- Entre 46 e 55
- Entre 56 e 65
- Mais de 65

3. Sexo **Marcar apenas uma oval.*

- Feminino
- Masculino

4. Escolaridade **Marcar apenas uma oval.*

- Nenhum
- Primário
- Secundário
- Curso superior
- Mestrado
- Doutoramento

5. Atividade profissional **Marcar apenas uma oval.*

- Forças Armadas
- Quadros dirigentes de administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa
- Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- Profissões técnicas intermédias
- Setor administrativo e similar
- Setor dos serviços e vendedores
- Agricultura, produção animal e pesca
- Operários e artífices e similares
- Operadores de instalações e máquinas e de montagem
- Trabalhadores não qualificados
- Outra

6. Reside no município de Sinus? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

https://docs.google.com/forms/d/1X6tHYPaFguel483Y0VAU@mr1G6yC70QhYkqStngZC3/_afedll

2/10

22/02/2014

Inquérito à população de Sines - Ferramentas Google

7. Desde há quantos anos?*Marcar apenas uma oval.*

- À menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Entre 15 e 20 anos
- À mais de 20 anos

8. Na freguesia de:*Marcar apenas uma oval.*

- Sines
- Porto Covo

Parte II

1. Na nossa vida quotidiana, lidamos com diferentes assuntos, os quais despertam mais ou menos o nosso interesse. Para cada um dos seguintes temas, diga como se sente Interessado ou Interessada:

9. **Marcar apenas uma oval por linha.*

	Muito Interessado	Interessado	Indiferente	Desinteressado	Muito desinteressado
Notícias desportivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assuntos políticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novas descobertas da medicina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questões ambientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novas descobertas da ciência e tecnologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultura e artes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. Quando se fala sobre “problemas ambientais”, diga em qual dos seguintes temas pensa primeiro:

https://docs.google.com/forms/d/1X6tHYPaFguelq83Y0VAU@mr1G6yC70QhYkqStngZC3_/edit

3/10

22/02/2014

Inquérito à população de Sines - Ferramentas Google

10. (escolha no máximo 3 opções) *

Marque todas que se aplicarem.

- Deposição de resíduos tóxicos no solo
- Poluição dos rios
- Maré negra
- Lixo no céu aberto
- Fogos florestais
- O fumo nas chaminés das fábricas
- Um engarrafamento de trânsito
- Um esgoto a descarregar na praia
- Um depósito de sucata
- Não sei / não respondo

3. As preocupações e os valores ambientais são uma presença constante dos nossos dias. Para cada uma das seguintes afirmações, diga o quanto concorda ou discorda:

11. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo plenamente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo plenamente
A proteção do ambiente é muito importante para todos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Todos podemos desempenhar um papel importante na proteção do ambiente em Sines	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os grandes poluidores devem ser os principais responsáveis pela proteção do ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os problemas ambientais têm um efeito direto sobre a nossa vida diária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. No seu caso pessoal, quais são as causas principais que o impedem de participar nas questões ambientais?

22/02/2014

Inquérito à população de Sines - Ferramentas Google

12. (pode escolher múltiplas opções) **Marque todas que se aplicarem.*

- Falta de tempo ou oportunidade
- Não sei como me informar
- Não me interessam esses assuntos
- Não há nenhuma questão que me preocupe
- Tenho preguiça
- Não posso fazer nada para resolver
- Tenho receio desses assuntos
- Limitações físicas e sociais
- Não sei / não respondo

5. A informação que nos chega diariamente, tem diferentes origens. Quando se trata de assuntos ambientais, diga qual a sua confiança em cada uma das seguintes instituições:

13. **Marcar apenas uma oval por linha.*

	Muita confiança	Alguma confiança	Nem muita nem pouca	Pouca confiança	Nenhuma confiança
Instituições europeias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autarquias locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Administração Regional (Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional e Administração Regional Hidrográfica)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organizações Industriais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações ambientalistas e de consumidores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cientistas e peritos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Profissionais da saúde e médicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. As questões ambientais ganham cada vez mais relevância a cada dia, despertando a nossa atenção para

https://docs.google.com/forms/d/1X6tHYPaFguelq83Y0Aa@mr1G6yC70QhYqS8ngZC3_0edM

6/10

22/02/2014

Inquérito à população de Sines - Ferramentas Google

o tema. Diga com que frequência já se envolveu cada uma das seguintes atividades:

14. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Frequentemente	Ocasionalmente	Por vezes	Nunca	Não sei / não respondo
Assistiu a alguma reunião pública de debate sobre ambiente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assinou alguma petição relacionada com o ambiente ou participou em alguma ação de rua?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuiu com dinheiro para um grupo ambientalista?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participou em qualquer ação promovida por uma organização cívica ambiental?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. A defesa do ambiente faz-se no dia a dia, à medida de cada um. Quais das seguintes opções realizou durante o mês passado, por razões ambientais?

https://docs.google.com/forms/d/1X6tHYPaFguel48jY0TAU@mr1G6yC70QhYkqStngZC3_/edit

BP10

22/02/2014

Inquérito à população de Sines - Ferramentas Google

15. (pode escolher múltiplas opções) **Marque todas que se aplicarem.*

- Escolheu uma maneira mais ecológica de viajar (a pé, de bicicleta, transporte público, outra)
- Reduziu o consumo de produtos descartáveis (saos de plástico, certo tipo de embalagem, etc.)
- Separou o seu lixo para reciclagem (vidro, plástico, papel)
- Reduziu o seu consumo de água (por exemplo, não deixar a água correr quando lava os pratos ou toma banho, etc.)
- Reduziu o seu consumo de energia (por exemplo, desligou o ar condicionado ou o aquecimento, não deixou aparelhos elétricos ligados em stand-by, comprou lâmpadas economizadoras, ou aparelhos energeticamente mais eficientes, etc.)
- Comprou produtos ambientalmente amigáveis, marcados com rótulo ecológico
- Comprou produtos ou bens produzidos localmente
- Usou o carro menos vezes
- Outra
- Nenhuma
- Não sei / não respondo

8. Sendo que a proteção e salvaguarda do ambiente cabe a todos, qual das seguintes soluções seria a mais eficaz para resolver os problemas ambientais?

16. (escolhe no máximo 2 opções) **Marque todas que se aplicarem.*

- Divulgar mais informações sobre as questões ambientais
- Assegurar uma melhor aplicação da legislação ambiental em vigor
- Aplicação de penalizações mais pesadas para os infratores
- Produção de legislação ambiental mais urgente
- Incentivar a iniciativa privada e os cidadãos na proteção do ambiente
- Aplicação de taxas ambientais mais pesadas sobre danos ambientais
- Utilização mais eficiente dos recursos naturais
- Outra
- Nenhuma
- Não sei / não respondo

9. A proteção e salvaguarda do ambiente é uma preocupação que cabe a todos assegurar. Diga se no seu dia a dia estaria disposto ou disposta a:

https://www.google.com/forms/d/1X6tHYPaRguel48jY0UA@mriGdyC70QhYkqStngZC3_cfe/d1

7/10

22/2/2014

Inquérito à população de Sines - Formulário Google

17. Pagar preços mais elevados para proteger o ambiente? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei / não respondo

18. Pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei / não respondo

19. Aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei / não respondo

10. A degradação ambiental pode resultar da pressão individual de diferentes elementos. Em Sines, qual a influência para a degradação ambiental local, das seguintes atividades?

20. **Marcar apenas uma oval por linha.*

	Muita influência	Alguma influência	Nem muita nem pouca	Pouca influência	Nenhuma influência
A atividade industrial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O crescimento económico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O aumento da população	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O consumo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A industrialização da agricultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O subdesenvolvimento de alguns países	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A concentração urbana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As grandes empresas multinacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Diversos riscos representam uma ameaça para o ambiente e para a saúde humana. Em Sines, qual a sua

https://docs.google.com/forms/d/1X6tHYPaFguel48jY0VAU@mr1G4yC70QhYkqStngZC3_cfe/d1

6/10

22/02/2014

Inquérito à população de Sines - Ferrulhita Google

preocupação relativa a cada um dos seguintes aspetos?

21. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muita preocupação	Alguma preocupação	Nem muita nem pouco	Pouca preocupação	Nenhuma preocupação
A contaminação da água das torneiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os incêndios florestais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A contaminação dos alimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doenças pela poluição do ar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acidente numa central nuclear	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contaminação por resíduos industriais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acidente industrial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Minas negras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cheloa por fenómenos naturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Terramotos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Parte III**12. Existem atualmente conflitos ambientais entre a população de Sines e a indústria local? Porquê?**

22. (máx. 150 palavras) *

13. Está disposto ou disposta a colaborar com as organizações industriais de Sines, para melhorar a proteção do ambiente e da saúde humana? De que forma?
https://docs.google.com/forms/d/1X6tHYPaFguelq8jY0VAU@mr1G6yC70QhYkqS8ngZC3_/edit

8/10

Anexo III: Atores sociais representantes da indústria de Sines

Empresas de Sines

~~Refinaria de Sines – GALP Energia, S.A. - não respondeu~~

Chaparral Apt 15
7520-952 Sines
tel.: 269 862 570
contacto:
email: clientes@galpenergia.com

Central Termoelétrica de Sines – EDP Energias de Portugal, S.A.

São Torpes
7520-089 Sines
tel.: 269 861 000
contacto:
email:

Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.

Plataforma Industrial de Sines Lote 1
7520-195 Sines
tel.: 269 878 800
contacto:
email:

~~Orion Engineered Carbons, S.A. - encerrou a atividade~~

Dalda de Baixo
7520-903 Sines
tel.: 269 630 180
contacto:
email:

Repsol Polímeros, L.da

Monte Feio Apt 41
7520-954 Sines
tel.: 269860100
contacto:
email:

Artlant PTA, S.A.

ZILS Lote 2E1
7520-064 Sines
tel.: 269189000
contacto:
email:

~~Metalcines – Companhia de Vagões de Sines, S.A. - encerrou a atividade~~

~~Quinta dos Pegos~~

~~7520-081 Sines~~

~~tel.: 269870110~~

~~contacto:~~

~~email:~~

~~Sociedade Portuguesa de Ar Líquido "Arlíquido", S.A. (Sines) - não respondeu~~

~~ZILS Lote 2E1~~

~~7520-064 Sines~~

~~tel.: 269862350~~

~~contacto:~~

~~email: linha.directa@airliquide.com~~

Anexo IV: Inquérito realizado à indústria de Sines



Comunicação externa das organizações industriais através do diálogo com as populações locais

- Inquérito -

Este inquérito realiza-se no âmbito do MCAP – Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, da Universidade Aberta (UAb), e tem como objetivo contribuir para a perceção das relações que se estabelecem entre a população local e as organizações industriais na região de Sines, sabendo-se a importância que neste contexto os processos de comunicação externa representam para o diálogo.

A sua resposta deverá ser dada na perspetiva da sua empresa, e focalizada na região de Sines. Utilize os espaços em branco colocados após cada pergunta para dar a sua resposta. Os dados recolhidos serão tratados com rigorosa confidencialidade, e apenas para efeitos deste estudo. Os resultados deste trabalho poderão ser fornecidos, se assim o desejar. Após terminar, este inquérito deverá ser remetido em resposta ao mail que lhe deu origem, para: alvaro.barroqueiro@sapo.pt.

O seu contributo é importante para o trabalho de investigação que estou a realizar. Para qualquer dúvida não hesite em contactar-me através do móvel: 919 286 949.

Obrigado,
Álvaro Barroqueiro



1. Disponibilidade para a implementação de processos de comunicação externa pelas empresas para o diálogo com a população local.

//

1.1 – A sua empresa implementou processos de comunicação externa para o diálogo com a população local? (se sim, descreva as metodologias adotadas, a experiência adquirida, e os resultados alcançados)

➤

1.2 – Quais as motivações que levaram, ou podem levar, a sua empresa a implementar esses processos de comunicação externa com a população local? (p.ex. a ouvir os seus interesses, opiniões e preocupações)

➤

1.3 – Na sua opinião, qual a percepção que a população local tem da atividade e do desempenho da sua empresa, em termos de riscos para o ambiente e para a saúde humana? (considere uma eventual situação de acidente, ou projeto de ampliação)

➤



2. Modelos de comunicação externa para o diálogo com a população local adotados pelas empresas.

//

2.1 – Em termos organizacionais de uma empresa, quais os pressupostos que considera fundamentais para a implementação de processos de comunicação externa para o diálogo com a população local?

➤

2.2 – No seio da própria empresa, quais as competências necessárias para a implementação de processos de comunicação externa com a população local?

➤

2.3 – Quais os critérios chave para a definição da metodologia de comunicação a adotar pela empresa em processos de comunicação externa com a população local?

➤



3. Consequências da implementação de processos de comunicação externa no diálogo com as populações locais

-----//-----

3.1 – De que forma foram, ou poderão ser, os resultados da comunicação externa ser integrados na estratégia de gestão operacional da empresa?

➤

3.2 – Que vantagens pode a empresa esperar com a implementação de processos de comunicação externa para o diálogo com a população local?

➤

3.3 – Que desvantagens poderão ocorrer para a empresa com a implementação de processos de comunicação externa para o diálogo com a população local?

➤

Comentários (opcional):

Se quiser comentar ou acrescentar qualquer observação ou assunto que não tenha sido aqui discutido, pode usar este espaço.

(Fim)

Anexo V: Respostas ao inquérito realizado à população de Sines

Indicação de data e hora	Ator Social	Idade	Sexo	Escolaridade
5-5-2014 15:11:52	Associação caboverdiana	Entre 46 e 55	Feminino	Secundário
5-9-2014 16:18:34	casa da juventude	Entre 18 e 29	Feminino	Primário
5-12-2014 20:10:56	Pro-artes	Entre 46 e 55	Masculino	Doutoramento
5-13-2014 12:17:20	Teatro do Mar	Entre 18 e 29	Feminino	Curso superior
5-14-2014 1:22:25	proças	Mais de 65	Feminino	Curso superior
5-14-2014 12:08:55	Associação Sines Solidária	Entre 30 e 45	Feminino	Mestrado
5-15-2014 1:03:11	Ginásio Clube de Sines	Entre 18 e 29	Feminino	Nenhum
5-20-2014 12:16:04	Associação "A Graih"	Entre 30 e 45	Feminino	Curso superior
5-23-2014 16:58:01	Junta Freguesia	Entre 56 e 65	Masculino	Secundário
6-3-2014 21:52:02	ACSITDS	Entre 30 e 45	Feminino	Secundário
6-3-2014 21:58:24	G.D.L. S. / Afonso Luz	Entre 46 e 55	Masculino	Secundário
6-5-2014 11:08:50	Vespa Clube do Alentejo L	Entre 46 e 55	Masculino	Secundário
6-6-2014 15:20:19	ETLA	Entre 56 e 65	Masculino	Curso superior
6-11-2014 18:41:56	Arte Velha	Mais de 65	Feminino	Secundário
6-12-2014 16:19:28	AES	Entre 30 e 45	Feminino	Curso superior
6-13-2014 10:46:42	Município Sines	Entre 46 e 55	Masculino	Curso superior

6-16-2014 15:19:51 ACSSC	Entre 18 e 29	Feminino	Curso superior
6-20-2014 16:22:10 Contra Regra /Teatro do M	Entre 30 e 45	Feminino	Secundário
6-23-2014 23:30:03 União Local de Sindicatos	Entre 56 e 65	Masculino	Secundário
7-10-2014 12:52:03 Associação de Moradores	Entre 30 e 45	Feminino	Curso superior
7-10-2014 14:45:40 AAPACSACV	Entre 30 e 45	Feminino	Secundário
7-11-2014 0:32:51 Casa do Benfica em Sines	Entre 56 e 65	Masculino	Secundário
7-11-2014 13:56:25 colegio Estrela do Mar	Entre 30 e 45	Feminino	Curso superior
7-13-2014 9:01:12 Associação Humanitária d	Entre 30 e 45	Masculino	Secundário
7-17-2014 19:35:45 scms	Entre 30 e 45	Feminino	Curso superior
7-22-2014 0:20:34 Missão Coragem Associaçã	Entre 46 e 55	Feminino	Secundário
7-24-2014 14:23:13 Associação de Moradores	Entre 30 e 45	Feminino	Curso superior
8-6-2014 0:21:26 Grupo Os Só Folia	Entre 18 e 29	Feminino	Curso superior
8-20-2014 11:38:13 Clube Desportivo Recreativ	Entre 56 e 65	Masculino	Secundário
8-20-2014 11:49:13 associação de caçadores	Entre 30 e 45	Masculino	Secundário
8-20-2014 13:18:25 A.P.E.C.M. MÁRIO INÁCIO	Mais de 65	Masculino	Secundário
8-20-2014 15:47:06 Escola Secundária Poeta /	Entre 46 e 55	Masculino	Curso superior

Atividade profissional	Reside no município de Si	Desde há quantos anos?	Na freguesia de:	[Notícias desportivas]
Setor administrativo e similar	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Nem interessado nem des
Quadros dirigentes da administração	Não	Entre 15 e 20 anos	Sines	Muito interessado
Especialistas das profissões intelect.	Sim	Entre 15 e 20 anos	Sines	Interessado
Outra	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Outra	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Nem interessado nem des
Especialistas das profissões intelect.	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Nem interessado nem des
Outra	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Muito interessado
Outra	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Profissões técnicas intermédias	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Quadros dirigentes da administração	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Setor dos serviços e vendedores	Sim	A mais de 20 anos		Muito interessado
Setor administrativo e similar	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Quadros dirigentes da administração	Sim	Entre 15 e 20 anos	Sines	Nem interessado nem des
Trabalhadores não qualificados	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Quadros dirigentes da administração	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado
Outra	Sim	A mais de 20 anos	Sines	Interessado

Profissões técnicas intermédias Setor administrativo e similar	Sim Sim	A mais de 20 anos A mais de 20 anos	Sines Sines	Interessado Desinteressado
Profissões técnicas intermédias Setor administrativo e similar	Não Não	A mais de 20 anos	Sines	Nem interessado nem des Nem interessado nem des
Sector administrativo e similar Outra	Sim Sim	A mais de 20 anos A mais de 20 anos	Sines Sines	Interessado Interessado
Quadros dirigentes da administração	Sim	Entre 5 e 10 anos	Sines	Interessado
Profissões técnicas intermédias Quadros dirigentes da administração Outra	Sim Sim Sim	A mais de 20 anos Entre 5 e 10 anos A mais de 20 anos	Sines Sines Sines	Muito interessado Nem interessado nem des Interessado
Outra	Sim	A menos de 5 anos	Sines	Muito desinteressado
Especialistas das profissões intelect. Sim	Sim	A mais de 20 anos	Porto Covo	Nem interessado nem des
Sector dos serviços e vendedores	Sim	A mais de 20 anos	Porto Covo	Interessado
Sector dos serviços e vendedores Forças Armadas	Sim Não	A mais de 20 anos	Porto Covo	Interessado Interessado
Quadros dirigentes da administração	Não			Nem interessado nem des

[Assuntos políticos] Nem interessado nem desinteressado Muito interessado	[Novas descobertas da ms (Questões ambientais)] Interessado Muito interessado	[Novas descobertas da cié (Cultura e artes)] Interessado Muito interessado	(escolha no máximo 3 opç Deposição de resíduos tóxicos Fogos florestais
Interessado	Muito interessado	Muito interessado	Não sei / não respondo
Muito interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Nem interessado nem desinteressado Interessado	Muito interessado Interessado	Muito interessado Nem interessado nem desinteressado	Marés negras, O fumo nas Poluição dos rios, O fumo
Muito interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Interessado	Interessado	Interessado	Lixeiras a céu aberto, O fumo
Interessado	Muito interessado	Muito interessado	Nem interessado nem desinteressado
Muito interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Interessado	Muito interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Muito interessado	Interessado	Interessado	Marés negras, O fumo nas
Muito interessado	Interessado	Muito interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Interessado Nem interessado nem desinteressado Muito interessado	Interessado Muito interessado Interessado	Muito interessado Interessado Muito interessado	Marés negras, Fogos florestais Poluição dos rios Deposição de resíduos tóxicos

Interessado	Muito interessado	Interessado	Muito interessado	Muito interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Muito interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Muito interessado	Marés negras, O fumo nas
Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Fogos florestais, O fumo n
Nem interessado nem desinteressado	Nem interessado nem desinteressado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Nem interessado nem desinteressado	Muito interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Polluição dos rios, Marés n
Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	O fumo nas chaminés das
Nem interessado nem desinteressado	Nem interessado nem desinteressado	Muito interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Marés negras, Fogos florestais
Interessado	Muito interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Interessado	Nem interessado nem desinteressado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Nem interessado nem desinteressado	Nem interessado nem desinteressado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	O fumo nas chaminés das
Muito interessado	Muito interessado	Muito interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Marés negras, Fogos florestais
Muito interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos
Muito interessado	Interessado	Interessado	Muito interessado	Muito interessado	Interessado	Deposição de resíduos tóxicos

Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo	Não sei / não respondo	Alguma confiança
Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Não sei / não respondo	Nem muita nem pouca
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Falta de tempo ou oportun	Nem muita nem pouca
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Alguma confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Pouca confiança
Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Falta de tempo ou oportun	Muita confiança
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Nem muita nem pouca
Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Concordo plenamente	Falta de tempo ou oportun	Muita confiança

[Governo nacional]	[A Agência Portuguesa do]	[Autarquias locais]	[A Administração Regional]	[Organizações industriais]	[Associações ambientalistas]
Pouca confiança Muita confiança	Alguns confiança Muita confiança	Alguns confiança Alguns confiança	Nem muita nem pouca Alguns confiança	Nem muita nem pouca Alguns confiança	Nem muita nem pouca Alguns confiança
Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Pouca confiança	Alguns confiança
Alguns confiança	Muita confiança	Pouca confiança	Muita confiança	Nenhuma confiança	Alguns confiança
Nem muita nem pouca Pouca confiança	Pouca confiança Muita confiança	Nenhuma confiança Alguns confiança	Nem muita nem pouca Muita confiança	Nenhuma confiança Nem muita nem pouca	Nem muita nem pouca Alguns confiança
Pouca confiança	Alguns confiança	Pouca confiança	Alguns confiança	Nenhuma confiança	Alguns confiança
Alguns confiança	Muita confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Nem muita nem pouca	Muita confiança
Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Nem muita nem pouca	Alguns confiança
Nem muita nem pouca	Nem muita nem pouca	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança
Nem muita nem pouca	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança
Pouca confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Pouca confiança	Muita confiança
Alguns confiança	Muita confiança	Alguns confiança	Muita confiança	Alguns confiança	Alguns confiança
Alguns confiança Alguns confiança Pouca confiança	Alguns confiança Alguns confiança Pouca confiança	Muita confiança Nem muita nem pouca Muita confiança	Alguns confiança Nem muita nem pouca Alguns confiança	Pouca confiança Nem muita nem pouca Nem muita nem pouca	Alguns confiança Nem muita nem pouca Muita confiança

[Cientistas e peritos científicos]	[Comunicação social]	[Profissionais da saúde e educação]	[Assistiu a alguma reunião]	[Contribuiu com dinheiro para]
Nem muita nem pouca confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Por vezes	Nunca
Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Ocasionalmente	Ocasionalmente
Alguns confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Ocasionalmente	Por vezes
Muita confiança	Alguns confiança	Muita confiança	Ocasionalmente	Frequentemente
Nem muita nem pouca confiança	Pouca confiança	Alguns confiança	Nunca	Nunca
Alguns confiança	Nem muita nem pouca	Nem muita nem pouca	Ocasionalmente	Nunca
Muita confiança	Alguns confiança	Muita confiança	Frequentemente	Nunca
Nem muita nem pouca	Nem muita nem pouca	Alguns confiança	Por vezes	Nunca
Muita confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Ocasionalmente	Nunca
Muita confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Frequentemente	Nunca
Muita confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Ocasionalmente	Nunca
Alguns confiança	Muita confiança	Alguns confiança	Ocasionalmente	Nunca
Alguns confiança	Muita confiança	Alguns confiança	Por vezes	Nunca
Muita confiança	Alguns confiança	Alguns confiança	Ocasionalmente	Nunca
Muita confiança	Nem muita nem pouca	Muita confiança	Ocasionalmente	Nunca
Alguns confiança	Pouca confiança	Muita confiança	Frequentemente	Nunca
Alguns confiança	Nem muita nem pouca	Alguns confiança	Por vezes	Nunca
Alguns confiança	Nem muita nem pouca	Muita confiança	Ocasionalmente	Ocasionalmente

[Participou em qualquer aç (pode escolher múltiplas o (escolha no máximo 2 opç. Pagar preços mais elevad. Pagar impostos mais elevad. Aceitar uma redução do ni					
Nunca	Reduziu o consumo de prt. Divulgar mais informações	Não	Não	Não	Não
Frequentemente	Escolheu uma maneira ms Assegurar uma melhor api	Não sei / não respondo	Sim	Não	Não
Por vezes	Reduziu o consumo de prt. Assegurar uma melhor api	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo
Ocasionalmente	Escolheu uma maneira ms Produção de legislação art	Sim	Sim	Sim	Sim
Nunca	Reduziu o consumo de prt. Aplicação de penalizações	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Sim	Sim
Nunca	Escolheu uma maneira ms Aplicação de penalizações	Sim	Não	Sim	Sim
Ocasionalmente	Reduziu o consumo de prt. Aplicação de penalizações	Não	Não	Sim	Sim
Nunca	Separou o seu lixo para re Divulgar mais informações	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo
Por vezes	Escolheu uma maneira ms Assegurar uma melhor api	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Sim	Sim
Nunca	Escolheu uma maneira ms Incentivar a iniciativa priva	Não	Não	Não	Não
Nunca	Separou o seu lixo para re Assegurar uma melhor api	Sim	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo
Ocasionalmente	Escolheu uma maneira ms Assegurar uma melhor api	Sim	Não sei / não respondo	Sim	Sim
Ocasionalmente	Reduziu o consumo de prt. Aplicação de penalizações	Sim	Sim	Sim	Sim
Frequentemente	Escolheu uma maneira ms Incentivar a iniciativa priva	Sim	Não	Não sei / não respondo	Não sei / não respondo
Por vezes	Escolheu uma maneira ms Assegurar uma melhor api	Sim	Não	Sim	Sim
Ocasionalmente	Escolheu uma maneira ms Aplicação de penalizações	Sim	Sim	Sim	Sim

Ocasionalmente Nunca	Reduziu o seu consumo de aplicação de penalizações Sim Reduziu o consumo de prt Divulgar mais informações Sim	Não Não	Não sei / não respondendo Sim
Ocasionalmente Nunca	Escolheu uma maneira de Assegurar uma melhor api Não Separou o seu lixo para re Aplicação de penalizações Não	Não Não	Não Não sei / não respondendo
Ocasionalmente Ocasionalmente Nunca	Reduziu o consumo de prt Divulgar mais informações Não sei / não respondendo Reduziu o consumo de prt Divulgar mais informações Sim Reduziu o consumo de prt Incentivar a iniciativa privada Não	Não sei / não respondendo Não Não	Não sei / não respondendo Sim Sim
Frequentemente Ocasionalmente Por vezes	Escolheu uma maneira de Divulgar mais informações Não sei / não respondendo Separou o seu lixo para re Assegurar uma melhor api Sim Escolheu uma maneira de Divulgar mais informações Sim	Não sei / não respondendo Não Não	Não sei / não respondendo Não Sim
Por vezes	Escolheu uma maneira de Divulgar mais informações Não	Não	Sim
Ocasionalmente	Escolheu uma maneira de Assegurar uma melhor api Não sei / não respondendo	Não	Sim
Ocasionalmente	Reduziu o seu consumo de Incentivar a iniciativa privada Não sei / não respondendo	Não sei / não respondendo	Não sei / não respondendo
Nunca	Separou o seu lixo para re Assegurar uma melhor api Não	Não	Não
Por vezes	Escolheu uma maneira de Divulgar mais informações Não sei / não respondendo	Não	Não
Por vezes	Reduziu o consumo de prt Assegurar uma melhor api Não	Sim	Sim

[A concentração urbana]	[As grandes empresas mu]	[A contaminação da água]	[Os incêndios florestais]	[A contaminação dos alimx]	[Doenças pela poluição do]
Alguns influéncia	Muita influéncia	Alguns preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Alguns preocupaçáo
Muita influéncia	Muita influéncia	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Pouca influéncia	Muita influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Pouca influéncia	Muita influéncia	Alguns preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Alguns influéncia	Muita influéncia	Pouca preocupaçáo	Pouca preocupaçáo	Pouca preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Muita influéncia	Muita influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Alguns influéncia	Alguns influéncia	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Alguns influéncia	Muita influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Alguns influéncia	Muita influéncia	Alguns preocupaçáo	Pouca preocupaçáo	Nem muita nem pouca	Muita preocupaçáo
Pouca influéncia	Alguns influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Muita influéncia	Muita influéncia	Pouca preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Nem muita nem pouca	Alguns influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Muita influéncia	Muita influéncia	Muita preocupaçáo	Nem muita nem pouca	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo
Pouca influéncia	Muita influéncia	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Alguns influéncia	Muita influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Muita preocupaçáo	Muita preocupaçáo
Nem muita nem pouca	Alguns influéncia	Muita preocupaçáo	Alguns preocupaçáo	Nem muita nem pouca	Muita preocupaçáo

[Acidente numa central nu]	[Contaminação por residu]	[Acidente industrial]	[Marés negras]	[Cheias por fenómenos na [Terramotos]
Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação
Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação
Pouca preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação
Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Alguns preocupados
Nenhuma preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Pouca preocupação
Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Nem muita nem pouca
Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação
Pouca preocupação	Alguns preocupados	Alguns preocupados	Alguns preocupados	Alguns preocupados
Nem muita nem pouca	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação
Nenhuma preocupação	Alguns preocupados	Muita preocupação	Muita preocupação	Nem muita nem pouca
Pouca preocupação	Alguns preocupados	Alguns preocupados	Muita preocupação	Pouca preocupação
Nenhuma preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Alguns preocupados	Alguns preocupados
Pouca preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação
Nenhuma preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Alguns preocupados
Nem muita nem pouca	Muita preocupação	Muita preocupação	Muita preocupação	Nem muita nem pouca

(máx. 150 palavras)
sim
sim alguns

Sim, pois alguma indústria local é muito poluente.

Há uma indústria muito poluente.

Sim. Praticamente temos cheiro no ar diariamente.
Não sei

Sim, existem. A principal causa são os cheiros nauseabundos que se fazem sentir ao cair da noite, lançados pelas chaminés das fabricas.
Os elevados níveis de tóxicos lançados para a atmosfera pelas indústrias locais, causando cheiros insuportáveis

Onde houver indústrias poluidoras e habitem seres humanos sempre haverá conflitos. Sobretudo pela localização das estruturas industriais, situadas todas na periferia da cidade, sem acessibilidades alternativas que possam evitar a exposição quer visual quer olfativa dos efeitos resultantes da atividade industrial. É um péssimo cartão de visita, do qual não nós podemos separar, e com o qual também recebemos todos os que nos visitam.

Poluição atmosférica, descargas para o mar.

Derivado à emanação de fumos e gases poluentes, bem como a aumento significativo de doenças no âmbito das vias respiratórias e cânceros em geral.

Sim, derivado fundamentalmente aos maus cheiros e emissões atmosféricas.
Existem de vez em quando com a comunidade piscatória. Pela razão de que algumas empresas fazem descargas de resíduos para o mar individualmente prejudicando a pesca e por tal razão a população local.
Sim, mau cheiro constante no ar.
Os cheiros provenientes da zona da ETAR da Ribeira dos Moinhos

Com a expansão do complexo industrial, Sines passou a ter novos desafios nas questões do ambiente, onde foi criadas políticas para a monitorização da qualidade do ar, avaliação da poluição atmosférica para avaliar o impacto na saúde pública, entre outros. Ultimamente tem vindo a ser alvo de maus cheiros e queda de pelúcias (carvão) que tem feito com que a população se revoltasse e que exija medidas para a resolução destes problemas.

Sim, principalmente devido aos maus cheiros e poluição industrial.

sim... A ETAR de Sines não funciona corretamente cujos responsáveis serão as indústrias que trabalham com hidrocarbonetos

Não sei.

Sim, Porque o complexo industrial em Sines é muito elevado, logo em termos de poluição ambiental esta Cidade toma - se por vezes insustentável para a população e saúde da mesma.

Aparentemente não.

Existem, porque existe muita poluição ambiental devido a algumas indústrias, esta poluição nota-se no ar (maus cheiros) e nas águas - mar.

Nomeadamente a nível dos cheiros e odores libertados, tanto pelo fabrico e produção, como pelo tratamento das águas residuais na estação de tratamento.

Estes cheiros às vezes são muito fortes, tornando-se muito incómodos e até às vezes difíceis de suportar.

Alguns mas prevê-se uma aumento ao longo do tempo.

Sim, já tem havido manifestações por causa da poluição da refinaria.

A indústria local não cumpre leis ou se as cumpre é minimamente.

A população poderia estar mais informada, o que nem sempre acontece.

Incumprimento das medidas de segurança, libertação de gases, desrespeito pela população

Não. Já existiu mas passou a haver maior divulgação de informação e esse conflito desapareceu.

Sim. Existe tensão com os pescadores pela qualidade da água no mar, junto à costa na zona de descarga das fábricas. E com a população em geral pela poluição atmosférica.

PORQUE NÃO SE ESTÁ A DAR CUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR

A indústria local tem sido colaborante.

- (máx. 150 palavras)
sim as pessoas queixam-se
sim sempre
- Sim, num processo com participação pública, e transparente.
- Não, porque penso que têm todas as condições para fazê-lo, sem ajudas exteriores (económicas e logísticas).
- não tenho saúde para colaborar.
Não sei
O Ginásio Clube de Sines está com certeza disposto a colaborar nessa causa. Sendo um clube esta questão teria de ser levada a uma reunião de direcção.
- Divulgação de informação
Pelo bem de Sines sempre colaboracionista.
Várias Formas.
- Estou . Participando na discussão que vise sobretudo minimizar os efeitos nefastos da atividade industrial, e nomeadamente em definir estratégias que minimizem os referidos efeitos , inclusive no impacto que os mesmos representam na atividade económica e sobretudo turística na região de Sines.
Sim, a forma não sei como, uma vez que são essas organizações que não cumprem as regras estabelecidas.
- Fazendo passar a mensagem à população menos esclarecida sobre os efeitos nocivos da poluição na nossa região. (Reunões, debates, etc.)
- Sim. Sob qualquer aspeto.
- Estou disposta no seguimento de algumas contribuir em reuniões com a discussão do tema e tudo fazer para a melhoria da situação.
Depende
Sim.

Neste momento existe disponível online um formulário sobre os maus cheiros que quando um cidadão detecte uma situação de poluição industrial preenche este formulário que pertence à autarquia e o mesmo serve de fundamento e pedido de intervenção ao Ministério do Ambiente. A minha colaboração como seneense tem sido essa, preencher o formulário e enviá-lo para que possam reportar estas situações.
NÃO

Não serão as organizações industriais que deveriam colaborar com os cidadãos?
NÃO sei

Sim, desde que haja divulgação.
Estaria disposto a colaborar desde que houvesse benefícios para a população.
sim. Estudando e analisando a melhor forma de produzir mais sem poluir tamb. - Facto que não sei se é possível

Sim estarei de forma a que deixem a população participar, visitar as instalações, dar opiniões e que essas opiniões sejam tidas em conta.
Sim, através de ações de sensibilização.
Divulgação de informação
Visto que o exemplo passa por nós próprios, continuar a reciclar (separação dos lixos), reutilizar o que possa ser reutilizado, usar como menos vezes, reduzir o consumo de descartáveis, entre outros.

Sim, mas apresentem uma proposta que direi se estou disponível ou não

Sim. Em ações de sensibilização, cursos de formação, divulgação de informação.

Não. Se as indústrias também quisessem colaborar.

SIMI SENSIBILIZANDO OS NOSSOS ASSOCIADOS.

A Escola Secundária Poeta Al Berto, colabora e promove atividades alusivas à proteção do ambiente, fazendo-as incluir no seu Plano Anual.

- (máx. 150 palavras)
 as vantagens seriam boas
 as pessoas participavam mais
 Maior participação pública na gestão ambiental, mais exigência de qualidade ambiental, maior conhecimento dos problemas ambientais, adoção de soluções mais consensuais, gestão ambiental mais adaptativa.
 A protecção do ambiente e da saúde dos sinesenses tem da responsabilidade das indústrias poluentes. Com os grandes lucros que adquirem, deveriam assegurar uma melhor aplicação da legislação ambiental em vigor, com infraestruturas que pudessem filtrar toda o seu efeito negativo ambiental.
 termos um ar mais saudável e por isso também nos sentiríamos mais saudáveis, mais felizes.
- Não vejo qualquer desvantagem. Qualquer coisa que seja feito para proteger o ambiente era vantajoso para toda a população.
- Maior informação e sensibilização junto da população local
 Sempre que se colabore de qualquer forma para ter um melhor ambiente na região de Sines, sempre a população terá vantagens.
- As vantagens e desvantagens depende da leitura que cada um de nós, dependendo do seu grau de formação, visão e interesses. Mas a pergunta de alguma forma está respondida na anterior resposta.
 As vantagens seriam muitas se as organizações industriais cumprissem na íntegra toda a legislação.
 Acima de tudo actuar em termos informativos de forma a aumentar a sensibilização sobre o assunto, nomeadamente a mobilização dos cidadãos para este problema.
 "Mais vale prevenir que remediar"
 Melhoria do conhecimento da verdadeira situação ambiental em Sines através da divulgação dos estudos já efetuados.
- Sempre que haja discussão deste tema resultará de vantagens para a população de Sines e dos conselhos vizinhos.
 Depende de vários fatores
 Maior prevenção em caso de acidente.

Espero que com estas medidas que a Autarquia criou, juntamente com outras entidades ligadas ao ambiente que desenvolvam ações para diminuir o nível de poluição que é sentido em Sines.
Não conheço o trabalho de nenhuma organização industrial em Sines.

TODAS: ar mais limpo, água mais saudável, praias limbas e peixe saudável
Não sei

Para a população de Sines seria uma vantagem porque iria melhorar nível de vida, ou seja, menos doenças alérgicas, respiratórias entre outras causadas pela poluição.
o município poderia apostar mais no turismo.
Tenta-se toda a vantagem para um melhor ambiente e um viver mais saudável
Criar um ambiente mais saudável para todos, seria preservar a nossa saúde e a dos nossos filhos!

Uma melhoria da qualidade de ar, da água e da qualidade de vida, sendo que isso irá proporcionar boas condições de habitabilidade .
A vantagem seria cidadãos mais informados.
Poderiam ficar mais esclarecidos sobre problemas ambientais.

Penso que se todos reagissemos da mesma forma que descrevo na questão anterior, certamente que haveria melhor entendimento, menos poluição,
Depende do compromisso que ambas as partes estabelecessem e da disponibilidade das mesmas para o seu cumprimento
Desvantagens não. Vantagens, sim. As pessoas informada não levantam problemas. A dúvida gera alarmismos.

Vantagens. Se a indústria quisesse colaborar, para a qualidade do ar e das águas.

MAIS CONHECIMENTOS SOBRE O QUE OS AFECTA EM TERMOS AMBIENTAIS.
Maior sensibilização dos municípios na proteção do ambiente e maior envolvimento das empresas locais na prevenção, contribuindo no apoio financeiro no âmbito da responsabilidade social.